

2

**A DEMOGRAFIA  
NUMA PERSPECTIVA  
HISTÓRICA**

**SÉRGIO ODILON NADALIN**

**BELO HORIZONTE  
1994**

**dbep**

## **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS**

A Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) é uma sociedade civil de caráter técnico-científico, de direito privado, para fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Estabelecida legalmente em 20 de outubro de 1977, o objetivo da ABEP é promover o estudo da ciência demográfica no Brasil através do fomento, ampliação e fortalecimento do intercâmbio científico entre os demógrafos brasileiros e demais estudiosos dos problemas populacionais. Para tanto, promove encontros, congressos, conferências, publica trabalhos, mantém contato com entidades congêneres nacionais e estrangeiras de modo a favorecer a troca de observações e experiências entre seus membros.

### **ABEP**

#### **PRESIDÊNCIA**

Rua Curitiba, 832 - 9º andar  
30170-120 - Belo Horizonte, MG

#### **SECRETARIA GERAL**

Revista Brasileira de Estudos Populacionais  
Rua General Jardim, 770 - Cj. 3D  
01 223-010 - São Paulo, SP

#### **TESOURARIA**

Rua André Cavalcanti, 106 - 1º andar  
20231-050 - Rio de Janeiro, RJ

#### **CAPA**

Lúcia R. Serrano

#### **PRODUÇÃO DOS ORIGINAIS**

Wellington Alves de Castro  
(031) 331-1162

#### **IMPRESSÃO**

Gráfica e Editora NBS Ltda.  
Rua Baronesa do Gravataí, 123  
Porto Alegre, RS (051) 226-5925

1994

**A DEMOGRAFIA  
NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

**Sérgio Odilon Nadalin**

**ABEP  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ESTUDOS POPULACIONAIS**

**Belo Horizonte, 1994**

## **DIRETORIA**

Presidente: Diana Oya Sawyer  
Vice-Presidente: Daniel Hogan  
Secretária-Executiva: Felícia Reicher Madeira  
1º Tesoureiro: Kaizô Beltrão  
2º Tesoureiro: Haroldo Torres

## **CONSELHO FISCAL**

Rosana Baeninger  
Nádia Loureiro Pernes  
Luiz Patricio Flores Ortiz  
Lilibeth Cardoso  
Ignêz Helena Oliva Perpétuo

## **CONSELHO CONSULTIVO**

George Martine  
Carlos Eugênio de Carvalho Ferreira  
Morvan de Mello Moreira  
Sérgio Nadalin  
Maria Coleta F. Albino de Oliveira  
Alícia M. Bercovich de Grunman

## **APOIO INSTITUCIONAL**

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR/UFMG

## APRESENTAÇÃO

A Série Textos Didáticos que a ABEP está lançando faz parte de um projeto que objetiva alcançar não só estudantes de cursos ou disciplinas de Demografia, mas também um público mais amplo, interessado em se informar sobre os principais temas populacionais.

O projeto inicia a se concretizar. Ele foi concebido, há alguns anos, quando Elza Berquó, com o apoio do CNPq, tomou a iniciativa de coordenar a elaboração da Série. Desde então, muitos foram os envolvidos no processo, especialmente Neide Patarra, Ana Amélia Camarano, Elizabete Bilac, Presidente e Secretárias das gestões anteriores, e os autores convidados. Reunimos, discutimos e elaboramos o temário e os conteúdos dos volumes que comporiam a série.

As linhas condutoras da série foram traçadas tendo como objetivo a comunicação com um público que se inicia na disciplina ou nos temas específicos. Assim, cada volume deveria contemplar as principais questões metodológicas, o estado das artes do conhecimento teórico e empírico e, sobretudo, ilustrar a situação brasileira. Detalhes técnicos não deveriam ser inseridos no corpo do texto e sim em um apêndice, a não ser, é claro, naqueles temas primordialmente técnicos, como é o caso do volume sobre conceitos básicos em demografia. A produção de textos com estas características mostrou-se uma tarefa não tão fácil. Só agora começamos a ter condições de lançar os primeiros volumes. Outros estão prestes a serem lançados

Agradecemos ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da UFMG que alocou para a confecção do primeiro volume parte da sua verba em publicações do convênio com o FNUAP/UNFPA.

Num contexto de carência de textos didáticos consolidados na área de estudos da população brasileira, esperamos que todos vocês concordem que a série deva se completar o mais rápido possível.

Asseguramos que valerá a pena esperar.

A Diretoria

314.148  
N 127h  
1994

NADALIN, Sérgio Odilon.

A demografia numa perspectiva histórica /  
Sérgio Odilon Nadalin.- São Paulo : ABEP, 1994.

112 p. (Textos didáticos; 2)

1. Demografia histórica. 2. Brasil - População  
História. I. Associação Brasileira de Estudos  
Populacionais. II. Série.

**A DEMOGRAFIA  
NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

**Sérgio Odilon Nadalin**

à  
lúcia, giancarlo e cristiano

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO / 10

I - FONTES PARA UMA DEMOGRAFIA DO PASSADO / 15

1.1 - Os testemunhos da história demográfica. / 16

1.2 - A história de uma família. / 21

1.3 - Produção e limites das estatísticas populacionais do passado / 30

1.4 - O conteúdo das fontes paroquiais. / 39

1.5 - O conteúdo dos levantamentos censitários. / 45

II - HISTÓRIA DA POPULAÇÃO, HISTÓRIA SOCIAL / 52

2.1 - Algumas questões teóricas. / 52

2.2 - Tratamento e exploração dos dados. / 61

III - PARA UMA HISTÓRIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA / 105

3.1 - A demografia da sociedade colonial. / 105

3.2 - A teoria da transição demográfica. / 117

3.3 - A transição demográfica na história da população brasileira. / 123

CONCLUSÃO / 127

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / 134

## INTRODUÇÃO

Já faz tempo, mais de três anos! Foi quando a Dra. Elza Berquó convidou-nos para escrever esta pequena obra, em parceria com Clotilde Paiva, do CEDEPLAR. O trabalho deveria inserir-se numa série de livros, em pequeno formato a ser publicada pela **Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, a nossa ABEP. O objetivo era didático. Visava o grande público e, de modo precípua, estudantes. Infelizmente, a parceria não foi adiante, apesar de Clotilde Paiva muito ter contribuído com suas sugestões e críticas para o bom andamento do trabalho.

O 'tema' proposto foi "demografia numa perspectiva histórica". Tema amplo, tanto se pensarmos na perspectiva formal da disciplina, como no universo dos 'estudos populacionais'. Além disso, mais do que um tema, as questões propostas traduziam o privilegiamento de uma via diacrônica para o estudo das populações. De certa maneira, essas questões são tratadas no ítem introdutório ao segundo capítulo. Entretanto, o desenvolvimento do livro tocou principalmente a problemática de um diálogo possível entre a história e a demografia; daí porque consideramos mais oportuno e instigante um título que levasse o leitor a pensar em questões de natureza metodológica e epistemológica, articulando as duas disciplinas.

Gostaríamos de ir fundo numa proposta de trabalhar de igual para igual com os demógrafos, mas temos consciência dos vícios e dos gostos do historiador. Ofendemo-nos quando somos colocados num passado 'além' de 1940, pois teórica e epistemologicamente não há razão para este corte. Entretanto, a especialidade com o trato de certo tipo de fontes e uma atenção

especial a um passado mais distante, leva-nos a consubstanciar esta divisão. Falando um pouco da nossa experiência, dificilmente demonstramos um interesse maior pelos temas presentes da demografia, pelas características dos censos modernos, PNADs, etc.

É muito possível que o tratamento inicial deste livro reforce esta tendência. Dado que a demografia comporta sempre a utilização da variável 'tempo' e a variável 'população' tem como limite a sociedade, não temos dúvidas de que esse é o mundo da história. Assim, para a estruturação deste trabalho, tivemos de 'recortar' e escolher. E, optar por aquilo que tradicionalmente sempre caracterizou nossa disciplina, o problema das fontes, da sua crítica, da sua validade. Receamos, entretanto, que esta escolha mais uma vez nos marginalize num passado mais distante. Entretanto, tentamos ultrapassar tal perspectiva, no capítulo III, colocando algumas interrogações a respeito da teoria da 'transição demográfica'. Partimos de algumas generalizações, muito simples, concernentes a um "mundo que perdemos" - a nossa sociedade colonial brasileira -, para tentarmos abrir caminho à realização de uma história da população brasileira. O capítulo está aberto à discussão.

Este livro dirige-se principalmente aos estudantes de história. Foi, aliás, com base em notas de aula organizadas para a disciplina 'História Demográfica', que vem sendo ministrada já há alguns anos no Curso de História da UFPr, que ele foi organizado. Um 'pré-texto' foi elaborado e distribuído aos nossos alunos no segundo semestre de 1991, e ali bem discutido. Agradecemos a dedicação, espírito crítico e interesse do Ângelo, Aníbal, Carla, Celso, Cíntia, Elzeário, Gracialino, José e Solange - nomes que fazemos questão de registrar, pois os estudantes têm uma parte importante na feitura do trabalho.

Partimos de uma metodologia básica, tentando pensar a população sempre 'concretamente', como uma soma de indivíduos, homens, mulheres,

crianças, velhos... Por que, então, não buscar no passado, uma família que realmente tivesse existido, em vez de pensarmos preliminarmente nas abstrações tão familiares ao mundo da academia? Uma família passível de ser reconstituída historicamente, isto é, cuja existência teria sido comprovada pelas fontes usualmente trabalhadas pelos historiadores demógrafos. Essas fontes existem em profusão, e já foram levantadas para a região curitibana, no Paraná. Por que não pensar a história da população brasileira a partir de Curitiba no século XVIII? Afinal - sem nenhuma crítica - paulistas e cariocas sempre fizeram isso, fundamentado em suas respectivas histórias regionais.

Assim, buscamos uma bela família que tivesse sido reconstituída pela Professora Ana Maria de Oliveira Burmester, autora de uma tese sobre a população de Curitiba, no século XVIII. E, ao mesmo tempo, que constasse em alguns levantamentos censitários realizados a mando da Corôa Portuguesa. Ela foi encontrada, depois de uma certa procura. Trata-se de Gregório Gonçalves, sua mulher Anna Maria e filhos, cujo ciclo de vida e matrimonial na prática correspondem a esse período cujo conhecimento é crucial para entendermos, a nosso ver, a 'passagem' para o mundo contemporâneo. Como a Dra. Burmester encerrou sua observação no final da década de 1790, não tínhamos em mãos a possibilidade imediata de conhecer o que aconteceu depois com a referida família. Gostaríamos de ter tido mais tempo para seguir adiante, na busca dos outros dados vitais referentes ao casal e à sua prole.

Assim, a família Gonçalves constitui uma espécie de pretexto, para passar ao leitor alguns conceitos básicos referentes à demografia e à história demográfica, para discutir a validade das estatísticas populacionais recuperadas para o passado e as suas fontes clássicas. Enfim, para passar algumas das possibilidades de exploração desses dados. À medida que tratamos da história, esperamos que o interesse do livro transcenda ao grupo dos historiadores.

Sempre resta a esperança de podermos cooptar alguns demógrafos a mais para um trabalho ao mesmo tempo fastidioso e fascinante, que está além da exploração das estatísticas fabricadas pelas instituições. Os alérgicos ao pó que se protejam, arregacem as mangas e se transformem, como nós, em 'ratos de arquivo'.

O resultado apresenta-se desta forma, sintetizado no sumário. Para começar, temos as fontes para uma demografia do passado. Fontes 'clássicas', naturalmente, registros paroquiais e censos antigos. Investigamos também como e em que circunstâncias essa documentação foi produzida; em suma, sua história. Temos, ainda, a crítica dos dados e o conteúdo das fontes das paróquias e das listas nominativas de habitantes.

No capítulo seguinte, ultrapassada esta parte dedicada às fontes, buscamos fazer um pouco mais de 'história', tentando dar uma idéia ao leitor de como devem ser lidos, tratados e explorados os dados obtidos. Nesse sentido, quem quiser saltar o primeiro item, relacionado a algumas questões teóricas que levantamos, poderá fazê-lo tranqüilamente. Ele é o resultado da nossa natural vocação de professor. São problemas teóricos diversos, mas que principalmente tentam dar ao leitor uma visão do 'lugar' da história demográfica e da demografia histórica (existe alguma diferença?) no quadro geral da história e das ciências da população.

Todos esses assuntos, na medida que foram trabalhados, tendo como cenário a história da sociedade colonial, desembocam naturalmente num esboço de uma história da população brasileira. Sendo assim, o leitor não deverá se surpreender com a definição de um eixo possível para o conhecimento dessa história, fundamentado na 'teoria da transição demográfica'. É um problema que interessa tanto aos historiadores como aos outros especialistas em população.

Portanto, mais um veio comum que permite estimular o diálogo entre a história e a demografia.

O que fica, para finalizar, é uma vasta interrogação sobre os processos demográficos que traduzem uma perspectiva da história social brasileira mais recente. Em outros termos, as evidências de uma lacuna imensa que é datada na década de cinquenta do século passado, e que corresponde historicamente à significativas mudanças nas relações de produção, na história econômica, política e institucional do país, e que tem como outro extremo a década de 1930.

Este livro não teria esta 'cara' se não fosse a labuta e convivência diária com os colegas do Departamento de História, da Universidade Federal do Paraná. Queremos destacar especialmente um agradecimento a Francisco Moraes Paz, que reviu o manuscrito, e cujas críticas e sugestões foram extremamente valiosas para o acabamento do trabalho. De forma igual, estender esses agradecimentos mais uma vez a Clotilde Paiva, que teve o trabalho de ler os originais, submetendo-o inclusive para discussão a alguns dos seus alunos da UFMG. Como resultado, e em função de sua própria disposição para tal, certos aspectos relevantes da estrutura do texto foram discutidos, contribuindo também para a versão final da obra que está sendo apresentado aos leitores.

Finalmente, nosso livro também é tributário do trabalho de dois historiadores, e queremos deixar isto registrado com todas as letras. Trata-se das pesquisas das Doutoradas Ana Maria de Oliveira Burmester e Maria Luiza Marcílio, convenientemente referenciadas no final deste trabalho. A todos que nos apoiaram, em especial à ABEP, e que tornaram possível esta publicação, nossos sinceros agradecimentos.

Curitiba, julho de 1994.

## FONTES PARA UMA DEMOGRAFIA DO PASSADO

Os arquivos do Paraná e de São Paulo guardam em sua memória traços da presença em Curitiba do casal Gregório Gonçalves e Anna Maria Lima, unidos pelo matrimônio católico na sede da Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, no dia 9 de setembro de 1772. Do casamento, formou-se numerosa prole, constituída de nove filhos: Felizberto, Bento, Maria, João, Rosa, novamente Maria, Izabel, Felizardo e Anna.

Esta família 'biológica' ou 'nuclear' constitui parte das inúmeras genealogias que podem ser montadas a partir dos registros paroquiais, e que traduzem a dinâmica da população curitibana desde o momento em que o planalto começou a ser ocupado até os dias atuais. Tal dinâmica constitui o objeto restrito de uma **história da população**.

## 1.1 - Os testemunhos da história demográfica

Com efeito, os registros paroquiais constituem 'testemunhos demográficos' por excelência, a começar pelas antigas atas de casamento:

*Aos nove dias do mes de setembro de mil e sete centos e setenta e dous annos nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Lux da Villa de Corytyba, de tarde feitas as denunciações na forma do Sagrado Concílio Tridentino, sem se descobrir impedimento algum, como consta da provizam de licença do Mto. Rdº. Vigario da vara, q. fica em meu poder, em presença de mym o Padre Manoel Domingues Leytam, vigario da ditta Igreja, sendo presentes por testemunhas Antonio de Loureyro Almeyda Capam e Antonio Francisco Guymarães pessoas conhecidas e as mais que se achavam presentes, se cazaram por palavras de prezente Gregorio Gonçalves , filho de Clemente Gonçalves de Castro e de sua mulher Joanna Cardoza, com Anna Maria de Lima mullata forra filha de Antonio de Lima e de sua mulher Cypriana Rodz Seyxas ambos mullatos moradores desta fregã, e logo lhes dei as Benções conforme o Ritual Romano e para constar fis este assento q no mesmo dia signei com as ditas testemunhas no mesmo dia e hora vz supra..*

(seguem as assinaturas do vigário e das duas testemunhas.)

Desta forma, conseguimos estabelecer o início da 'história demográfica' da família de Gregório Gonçalves. Sua continuidade traduz-se na sucessão dos filhos, cujos batismos também estão assentados em livros próprios. As cerimônias ocorridas até 1778 foram registradas no Livro 6 (1774-1778), cujo termo de abertura esclarece o que segue:

*Este livro que ha de servir na Matriz de Nossa Senhora da Luz da Villa de Corityba p<sup>a</sup>. nelle se fazerem os assentos dos baptizados escravos e bastardos, vai numerado, e com o meu sobrenome [...] rubricado, e no fim leva termo de encerramento. Corytiba, 8 de outubro de 1762.*

*(ass) Faustino [...] do Prado.*

No mesmo livro 6, temos o assentamento relacionado ao batismo do primeiro filho de Gregório e Anna Maria:

*Aos vinte dias do mes de janeiro de mil e setecentos e setenta e cinco annos, nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz da Villa de Corytyba, baptizei e pus os santos oleos a Felizberto innocente, filho de Gregorio Gonçalves, e de sua mulher Anna Maria [...] todos moradores desta freguezia, e para constar fiz este assento no mesmo dia vz. supra.*

*(ass) Vigr. Manoel Domingues Leytam*

Anos mais tarde, o primogênito do casal também se casou, e o seu casamento encontra-se de modo igual e devidamente registrado, embora a forma da Ata não seja exatamente a mesma do matrimonio dos seus pais:

*Aos trinta dias do mez de julho do anno de mil sete centos noventa e cinco de menham nesta Igreja de Nossa Senhora da Luz, da Villa de Coritiba, de onde os contrahentes são freguezes, em minha presença, e dos testemunhos Miguel Antonio Teixeira, Felicio Fernandes [...] de Sancto Antonio da Lapa. Depois de feitas as denunciaçõins canonicas, sem impedimento, precedendo licença de ordinario, e do Reverendo Paroco, Ce casarão Felisberto Gonçalves Fernz , filho legitimo de Gregorio Gonçalves Fernz e de Anna Maria de Lima com Joanna Rodrigues de Andrade, filha legitima de Francisco Rodrigues de Andrade e de Escolastica Nunes, falecida. Logo receberão as bensais, do que para constar faço este asento.*

*(ass) O Coadjutor Joaquim Gomes de Escobar*

(seguem ainda o sinal de Miguel Antonio Teixeira e a assinatura de Felicio Fernandes.)

A história do casal, do ponto de vista demográfico, terminaria com o óbito de um dos cônjuges. Todavia, não foi possível encontrar traço dessas ocorrências, no que concerne a Gregório ou Anna Maria. No entanto, somente para completar o quadro que iniciamos com os casamentos e os batismos, reproduzo a seguir um exemplo excepcional - pela quantidade de informações - de um registro paroquial de falecimento:

*Aos dezesseis dias de julho de mil setecentos noventa e cinco falleceu da vida presente Patrício Ribeiro do Valle solteiro com sessenta anos de idade pouco mais ou menos, filho legítimo de João Ribeiro do Valle e de Izabel Soares, já fallecidos. Recebeu na enfermidade os Sacramentos da Penitencia e Extrema-Unção, e, não o Sagrado Viático, por impedimentos provenientes da moléstia. Foi recomendado e seu corpo sepultado nesta Igreja Matriz da Nossa Senhorada Luz de que foi freguez...*

*(ass) Manuel Caetano de Oliveira (BURMESTER, 1981: 33.)*

Voltando à história da família de Gregório e Anna Maria, principalmente na falta do óbito de um dos dois, seria interessante detectar a presença do casal e dos filhos em outros momentos do ciclo matrimonial. Isto é possível com o auxílio de outro tipo de documento, os levantamentos censitários existentes na época colonial e primeiros anos do Império e que cobrem certas regiões brasileiras.

Foram selecionados dois censos como exemplos, cujas folhas onde encontramos a lista nominal dos integrantes da família de Gregório Gonçalves têm suas cópias apresentadas a seguir:

**Figura 1** - Levantamento censitário realizado em 1792;  
 Curitiba, Segunda Companhia,  
 povoação de "Nossa Senhora do Amparo".

Paróquia de Nossa Senhora do Amparo

	379	26	631	24	500	26	663	140	277
Casa Manuel Antonio Cas									
Pedro de São José									37
Francisco J									17
José J	1		30						
Antonio J									12
Alfonso J									9
Delgado J									4
Casa Gregorio J Cas									
Antonio J									40
Pedro J									20
José J									16
Francisco J	2		14						
Antonio J									19
Francisco J									6
José J									8
José J									1
Casa José Domingos Cas									50
Casa José Francisco Cas									30
Antonio J									28
Casa Domingos Cas									12
Antonio J									36
Francisco J	4								3
Antonio J									
Casa de Sebastião Cas									
Antonio J									40
Antonio J									12
Antonio J									
Antonio J									
Casa José Cas									58
Antonio J									47
José J									20
Francisco J	3								18
Antonio J									
Antonio J									16
Antonio J									12
Antonio J									18
Antonio J									11
Casa Francisco Cas									48
Antonio J	2								30
Antonio J									11
Francisco J	6								
Casa José Cas									30
Antonio J									



## 1.2 - A história de uma família

O conteúdo da documentação mostrada anteriormente, e os registros de batismos dos filhos de Gregório Gonçalves e Anna Maria Lima permitem definir um esboço da "história demográfica" da família referida. Sabemos que o casal constituiu um **fogo** (domicílio) na região de Curitiba, continuando presente até seguramente o ano de 1797. Igualmente, que os dois, mais nove filhos, um genro e uma nora, constituíam parte do **conjunto de habitantes** do território curitibano no final do século XVIII. Em outros termos, e para ser mais preciso, onze destas treze pessoas seguramente faziam parte do **efetivo da população** de Curitiba por ocasião do censo realizado em 1797. Não sabemos o destino de Felisberto e Joanna, que devem ter fundado outro domicílio.

A lista também evidencia, no momento em que foi elaborada, que este efetivo familiar caracterizava-se pela presença de três filhos do sexo masculino e cinco do feminino. Tal constatação admite o conhecimento da **estrutura por sexo** da família, somando-se o genro, e, naturalmente, o casal. Verificada a idade de todos os seus componentes, teríamos a **estutura etária**.

Finalmente, a constatação de que, além de Gregório e Anna Maria, também estavam casados em 1797 Maria, a filha mais velha, e Felizberto, o primogênito. Se este e sua mulher não mudaram da região, contrapunham-se - juntamente com sua irmã, o cunhado Policarpo, seus pais e naturalmente outros casais - aos indivíduos solteiros do planalto curitibano. Caracterizavam, desta forma, a **estrutura da população por estado civil**.

Até agora, entre nós e a realidade do século XVIII, interpõe-se um testemunho, que nos informa com relativa segurança alguns dados sobre a estrutura da população paranaense. No que difere o nosso conhecimento da realidade demográfica do passado? Evidentemente, da correção das informações

e de sua correta interpretação. Esta é uma questão importante, que será tratada adiante, quando examinarmos a crítica dos dados.

É óbvio que a população não se reduz às evidências quantitativas acima apontadas. Ela distribui-se também segundo outras categorias, além do sexo, idade ou estado civil. Como sabemos, ser solteiro ou casado, ou mesmo, viver ou não como companheiro de um homem ou de uma mulher não é simplesmente condição imposta pela natureza. Depende de circunstâncias ditadas pela sociedade, que variam de época para época, de lugar para lugar. É função, por conseguinte, da idade, das condições ou nível de vida dos indivíduos ou de suas famílias, além de outros traços culturais da sociedade em questão. Para compreender isso, basta-nos lembrar que as sociedades têm valores diferentes no que se refere ao casamento e à procriação, só para citar dois exemplos.

Assim, a família de Gregório e Anna Maria tinha características outras, articuladas diretamente com o modo com que se organizava a sociedade paranaense colonial. Os sinais destas evidências também nos são transmitidos pelos testemunhos que utilizamos para reconstituir a referida família, mas agora nem sempre de forma tão explícita. Senão, vejamos.

A ausência de escravos no domicílio anuncia uma família de poucas posses, o que não significa necessariamente pobreza. Entretanto, o conteúdo da ata de casamento admite algumas conclusões, pois nos científica que a mulher era **mulata**, e não só isso, **forra** (alforriada). Triste combinação numa sociedade escravista, extremamente hierarquizada. Podemos depreender que Gregório também era mulato, e de condição social original não muito diferente da mulher. Esta dedução é reforçada pelo que pudemos ler no termo de abertura do livro em que foram registrados os primeiros filhos do casal, além da menção explícita no assentamento do batismo de Felizardo, referindo-se a Gregório e Anna como **bastardos**.

Consultando o 'Aurélio'(1986), somos informados de que esta palavra significa *fora do matrimônio [...], filho ilegítimo*, portanto; porém, pode exprimir ainda hoje *degenerado da espécie a que pertence*. Palavras fortes, sem dúvida, embora hoje em dia pouco utilizadas para qualificar pessoas. Palavras muito mais pesadas do que aquelas encontradas num dicionário publicado originariamente em 1813:

*BASTARDO, adj, Filho Illegítimo, cujo pai as Leis não reconhecem ou é incerto [...] fig. Dos animaes gerados por pais com alguma diferença na casta [...]. (SILVA, 1922: 268-9.)*

De qualquer forma, sabemos que Gregório e Anna eram legalmente casados, portanto seus filhos não eram **ilegítimos**. Realmente, o significado da bastardia era mais amplo e, principalmente considerando a cultura colonial, denotava "alguma diferença na **casta**", ou seja, uma condição social definida pela mestiçagem. Assim, era **bastarda** a união de Gregório com a mulata forra Anna Maria, como eram bastardos os filhos do casal. Esta condição era tão especial para a ordem social vigente na colônia, que merecia um livro de registros próprio na Matriz, separado dos assentamentos dos batismos de "boa casta".

É certo que não temos condições de distribuir para essa época os indivíduos, famílias ou domicílios em função da **renda**., em virtude de falta de informações neste sentido. Esse dado, quando existe, refere-se às listas do século XIX, privilegiando as famílias mais ricas. Todavia, como vimos com os Gonçalves, é possível através de aproximações classificar grosseiramente os domicílios do passado segundo um certo nível de vida.

Finalmente, um outro critério para o conhecimento da população considera sua distribuição **rural-urbana**, evidentemente distinção que tem muito

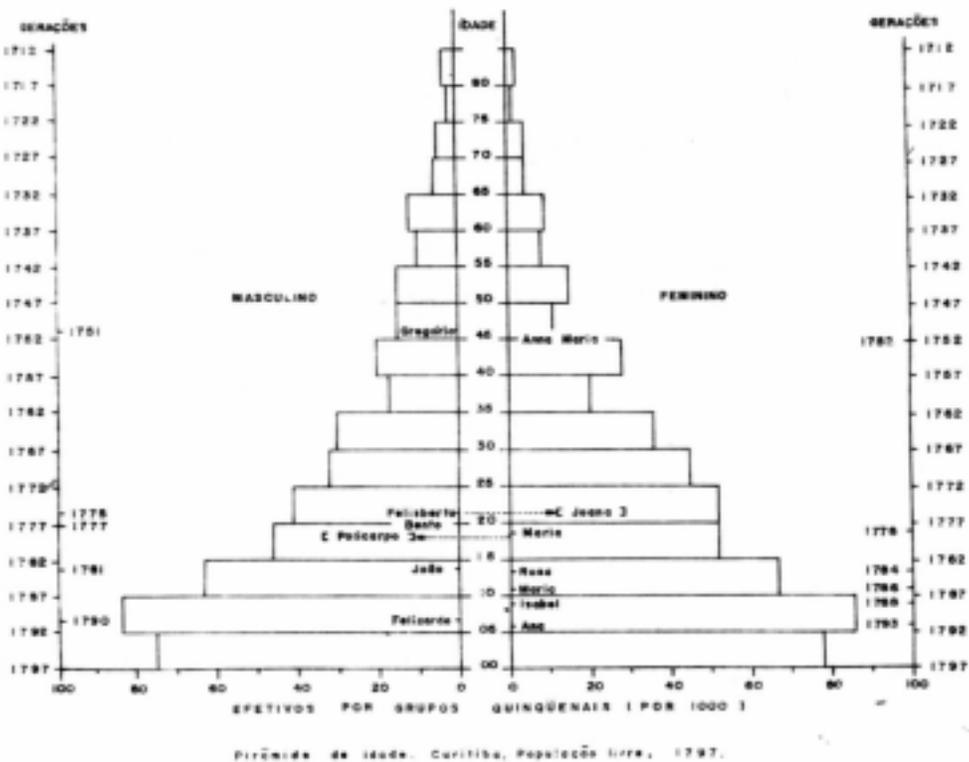
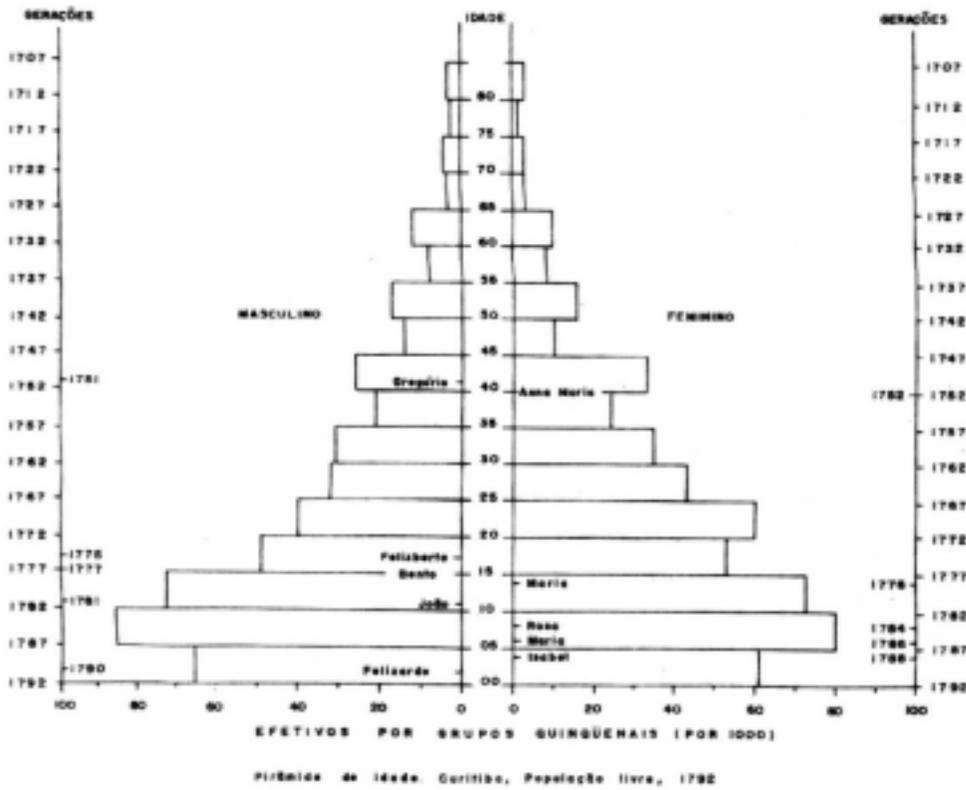
mais sentido nos dias atuais. Aliás, 'urbano' é categoria criada para a compreensão das sociedades modernas. No século XVIII dominava o mundo rural, se abstrairmos as poucas cidades que se localizavam na direção do litoral.

De fato, os levantamentos censitários da época revelam que parte significativa da população vivia em localidades, povoações e fazendas, fora do 'rocio' da vila. O censo de 1792 mostra que o domicílio dos Gonçalves estava situado na povoação de Nossa Senhora do Amparo; lá, provavelmente, "viviam do que plantavam". Entre 1792 e 1797 mudaram-se, ao que tudo indica. O segundo levantamento nominativo de habitantes que estamos considerando, registra que o fogo da mencionada família podia ser encontrado no 'bairro' de Itaperuçu. Tanto uma localidade, como outra, constituíam parte da "Segunda Companhia de Ordenança desta Villa de Curitiba". Naquela época, um bairro podia ter comumente o mesmo significado que na atualidade; porém, no caso específico, refere-se a uma divisão administrativa das Companhias de Ordenanças, critério para a organização militar da população na época.

Em síntese, à família de Gregório e Anna Maria somavam todas aquelas domiciliadas na Vila, no seu rocio e na região abrangida pelo território curitibano. O censo de 1797 constitui como que uma 'fotografia' da aludida população, captando um instante do seu dinamismo; é o **estado** da população num determinado momento, ou sua **estrutura**.

É preciso, entretanto, enfatizar que a estrutura populacional, apesar da aparente imobilidade que traduz, expressa sempre um **movimento**. Isto pode ser verificado justapondo-se **pirâmides etárias** obtidas de censos diferentes no tempo; por exemplo, de 1792 e 1797, como a figura que segue:

**Figura 3 - Pirâmides etárias; Curitiba, população livre. 1792 e 1797.**



Na segunda pirâmide a família completa dos Gonçalves pode ser visualizada tendo em vista os grupos de idade a que pertencem (0-4, 5-9, ... até 45-49 anos). Na primeira pirâmide a situação não é diferente. Todavia, nesta, todos os componentes do domicílio encontram-se em faixas etárias mais perto da base, cinco anos mais jovens; e Anna, a filha mais nova, ainda não havia nascido.

Quanto às outras distribuições que caracterizam o estado da população, algumas pouco mudaram, outras modificaram-se de forma mais significativa. É possível mesmo aventar que a 'migração' dos Gonçalves, de uma localidade a outra, por pequena que fosse, poderia indicar uma melhoria na situação econômica da família. Ainda, quanto à distribuição por sexo, temos uma alteração com a inclusão da pequena Anna; e, quanto à distribuição do estado civil, pelo casamento de Felizberto e Maria, entre 1792 e 1797.

Assim, a família, o domicílio de Gregório Gonçalves e Anna Maria tem uma história, que integra o conjunto de histórias dos domicílios curitibanos no final do século XVIII. História, portanto, de uma população.

Mudemos, agora, o ângulo da nossa perspectiva. Em vez de dois instantes, acompanhemos a vida dessas famílias a partir das informações obtidas das atas de batismos, casamentos e óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Tal ângulo de observação é mais apropriado para a caracterização do dinamismo de uma população, definido pelo contínuo processo de entradas e saídas de indivíduos, cujo saldo representa crescimento ou diminuição dos efetivos populacionais. Isto é, entradas e saídas, "receita" e "déficit", traduzido por **nascimentos/imigração e falecimentos/emigração**.

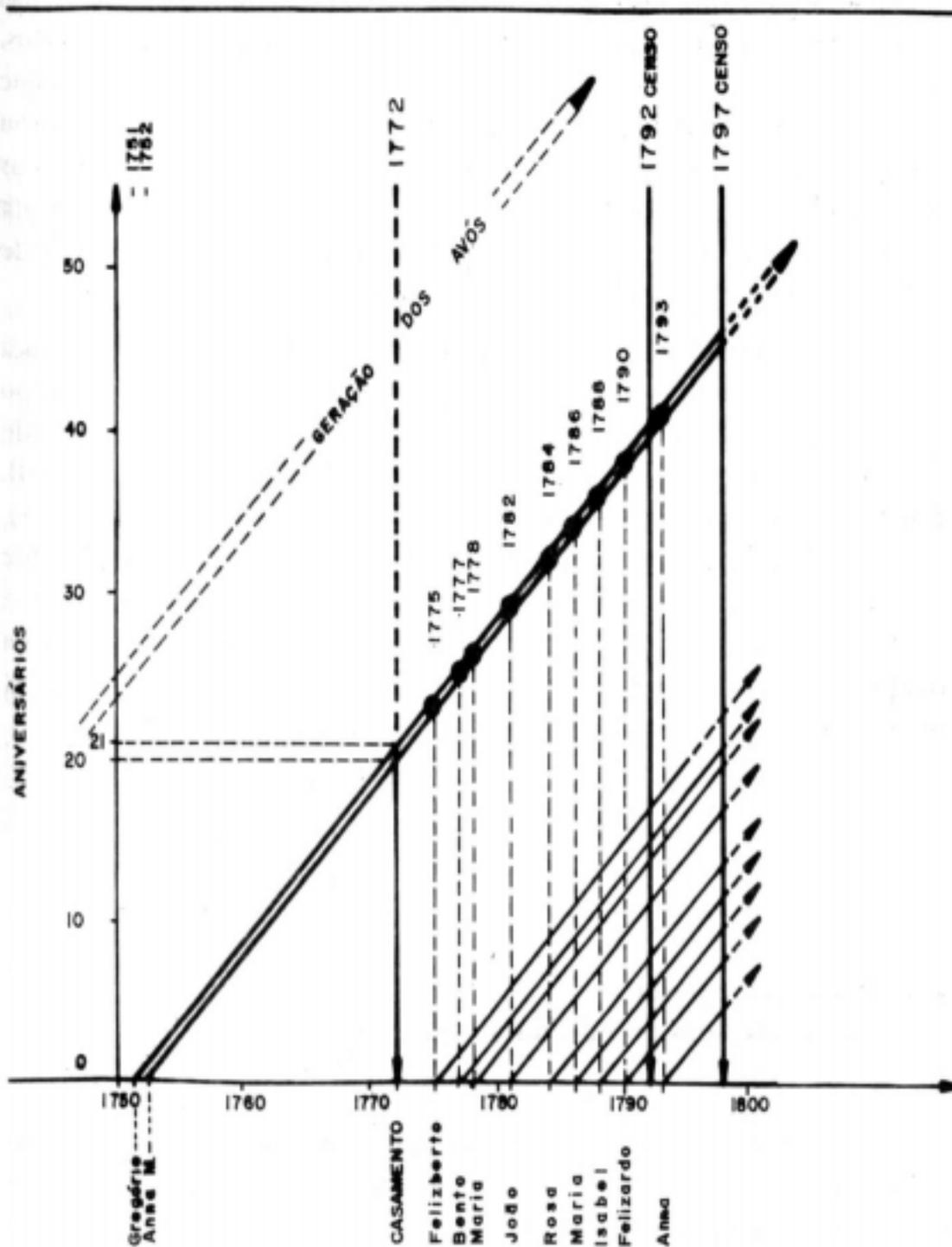
Do ponto de vista das histórias de famílias, e de novo chamamos a atenção para nosso exemplo, a entrada pelo nascimento é facilmente perceptível.

Em 25 anos de observação (1772-1797), a referida família cresceu de 2 para 11 componentes, não havendo nenhum óbito a ser contabilizado. A visualização das migrações é mais complicada, dificilmente observável num exemplo tão pontual. Na família em foco, a única "emigração" que pode ser aventada é a de Felizberto, a partir do casamento. Em 1797, ele não se encontrava mais no rol do domicílio dos Gonçalves.

Para saber se o filho mais velho mudou-se tão sómente para um sítio vizinho, na mesma Companhia, ou mesmo para um local um pouco mais distante na mesma região, ou ainda para a vila com o objetivo de trabalhar como assalariado ou artesão, seria necessário uma pesquisa do conjunto de domicílios recenseados nas listas nominativas referentes a outras Companhias de Ordenança.

O ângulo de perspectiva 'longitudinal' que estamos utilizando pode ser representado num diagrama, como o que se apresenta abaixo:

Figura 4 - Diagrama: representação dos ciclos vitais na família de Gregório Gonçalves.



A figura tem nos seus dois eixos de escala a marcação do tempo (eixo 'x ') e dos 'aniversários' (eixo 'y'); as diagonais representam os ciclos vitais dos indivíduos e das famílias. De fato, cada novo indivíduo nascido está assinalado no ciclo vital da família Gonçalves, correspondendo, ao mesmo tempo, ao início de um novo ciclo de vida. Estão igualmente assinalados no diagrama os cortes transversais concernentes aos censos de 1792 e 1797. Os ciclos vitais dos 'avós' foram indicados arbitrariamente, uma vez que não possuímos suas referências demográficas, e nem mesmo sabemos se habitavam a região.

A história da população, entretanto, é apenas perceptível a partir do dinamismo demográfico; suas mudanças definem-se qualitativamente. Refiro-me, por exemplo, à relação entre as mudanças de idade dos integrantes de uma população e o processo de envelhecimento. Nesse caso o conceito de 'velho' muitas vezes muda, à medida que a pessoa de idade for valorada de forma diferente de lugar para lugar, de época para época. Antigamente, o velho era muito mais um 'ancião!' (FOURASTIÉ, 1959, p. 417-33).

As mudanças no estado civil realmente traduzem mudanças de **status** social, de solteiro para casado, de casado para viúvo, desquitado, ou divorciado. O significado delas varia histórica e culturalmente. Por outro lado, as sociedades humanas refletem de forma diferente uniões não 'legalizadas' pelo casamento, uniões consensuais, concubinatos. Evidentemente, trata-se de indicações de representações sociais. No que diz respeito à procriação, o amadurecimento revela, a nível do indivíduo ou do grupo, mudanças biológicas e sociais, como o desenvolvimento de tabus relacionados à virgindade feminina. Ainda neste caso, o crescimento maior ou menor da população pode ser decorrência da adoção maior ou menor de métodos contraceptivos, fruto de uma determinada estrutura mental.

De indivíduo para indivíduo, de geração em geração, de época para época, mudanças qualitativas refletem-se também no campo profissional, pois sabemos que existe uma relação entre a mobilidade 'horizontal' (migração) e a mobilidade 'vertical' (mobilidade social). Finalmente, devem ser frisadas as relações evidentes entre a população, conjunto de indivíduos, força de trabalho e consumo, relações estas que fundamentam organizações sociais. Fica óbvio que transformações qualitativas na população e na sociedade resultam em conseqüência da irrupção de crises epidêmicas e econômicas, de fatores genéticos, psico-sociais (ou comportamentais), políticos, e assim por diante...

### 1.3. - Produção e limites das estatísticas populacionais do passado.

Por natureza, o historiador desconfia de suas fontes de informações. Conseqüentemente, pergunta-se até que ponto pode confiar nos dados, por exemplo, que lhe permitiram reconstruir sumariamente a história da família de Gregório Gonçalves. Porque, de fato, se a citada família tivesse vivido um século antes em Curitiba, dificilmente teria deixado traço, pois os registros paroquiais no Paraná são encontrados somente a partir do século XVIII.

Como vimos, tratava-se de um domicílio legitimamente constituído, aos olhos da Igreja e do Estado - na época, não havia registro civil. Mas, e se Gregório e Anna Maria não tivessem se casado, como acontecia com uma percentagem que pode ter sido representativa na sociedade brasileira da época colonial?

O confronto dos registros paroquiais com as listas nominativas permite verificar se não teria havido um sub-registro de batismo ou de óbito. Para o caso da família em pauta, os dados parecem perfeitos. Não obstante, temos de nos

perguntar até que ponto a população curitibana, paranaense e, principalmente, a população total da colônia foi registrada nos antigos censos e nas paróquias de então.

Sabemos que a Igreja Católica Romana, mais tarde seguida pelas diversas denominações 'protestantes', anunciou precocemente o que viria a ser uma das características da 'modernidade'. Desde o Concílio de Trento (1545-1563), instituiu formas de controle da sua população, definindo normas para padronizar os registros dos principais sacramentos que marcam a passagem dos diversos momentos do ciclo de vida dos cristãos católicos. Desta maneira, os padres foram ensinados como registrar os Batismos (e mais tarde a Crisma), os Matrimônios e os Falecimentos. Tais normas foram completadas no século XVIII, por ocasião da instituição do **Rituale Romanum** que, além de definir como fazer o assentamento, ensinava a fazer contagens periódicas dos paroquianos (MOHLS, 1954:88 e segs.).

Estas medidas coincidem com o início da expansão do cristianismo que acompanhou o processo colonialista encetado no século XVI. A Igreja naturalmente cuidou de estender seu controle também nas populações do Novo Mundo. As peculiaridades do povoamento e da colonização, bem como tamanho e a rarefação do território, com seus 'vazios demográficos', constituíam obstáculos para que tais objetivos fossem plenamente alcançados, tanto na América hispânica como na portuguesa.

Assim, essas questões poderiam justificar a lacuna entre as ordenações da Igreja Católica e, no que concerne aos registros paroquiais, sua definitiva implantação no Brasil colonial. Problemas estes, naturalmente, conjugados com outras explicações possíveis para a falta de registros anteriores ao século XVIII, entre as quais a simples perda da documentação.

Entretanto, para além das questões institucionais, no dia a dia, como a população se comportava face à legislação canônica? Com relação ao casamento, não há dúvida de que a sociedade brasileira tradicional, regra geral, tinha muita dificuldade para atender as exigências da Igreja. Auguste de Saint-Hilaire passou-nos seu testemunho e opinião a respeito, o que, a nosso juízo, vale não só para as primeiras décadas do século XIX, mas principalmente para o século XVIII:

*O vigário de vara, possui, além disso, outras espécies de jurisdição. É juiz de casamentos, e não os pode contrair nenhum sem o seu consentimento. Ainda que as partes estejam perfeitamente de acordo é necessário que tenha lugar um processo perante o vigário de vara, e o resultado dessa ação byzarra é uma provisão que se paga por 10 ou 12\$000 réis [...] ou mais, o que autoriza outro a casar os nubentes. Se existe a sombra de um impedimento, então a despesa sobe a 30, 40, 50 \$ reis ou mais. É verdade que não há nada a acrescentar a essas despesas para a cerimonia do casamento propriamente dito, mas é necessario dispende ainda 1\$200 com os proclamas.*

*Assim em um país onde já existe tanta repugnancia pelas uniões legítimas, e onde seria tão essencial para o Estado e a moralidade pública que elas fossem encorajadas, os indigentes são, por assim, arrastados pela falta de recursos a viver de modo irregular.*

(SAINT-HILAIRE, 1975: 84-5.)

Em suma, custava muito caro aos pobres rústicos da colônia casar, porque eram altos os custos materiais e burocráticos estipulados pela Igreja. Essa situação provavelmente combinava-se com uma herança dos primeiros tempos da colonização, relacionada às duas práticas matrimoniais trazidas pelos portugueses da Metrópole. Esses costumes eram reconhecidos pelas Ordenações do Reino, e consistiam no casamento "à porta da Igreja" e no casamento

"presumido". Esta última prática pressupunha apenas uma coabitação prolongada (SILVA, 1984:37-8). Evidenciava-se assim uma espécie de 'banalização' da união consensual, relevada pela sociedade. Em outros termos, no quadro lógico dos séculos XVI e XVII - e, acreditamos, também no XVIII - *na mesma medida em que tudo era pecado, quase nada era objeto de escândalo e indignação* (ALMEIDA, 1992:125). Na base de tudo, estavam as formas culturais características de uma sociedade que se constituía articulada a um processo de ocupação e colonização de imenso território.

Estas práticas não se coadunavam com as exigências de legitimação das uniões, sempre muito explícitas por parte da Igreja. Com efeito, a contradição em parte se explicava pela flexibilidade do 'baixo clero' na aplicação das normas conciliares e pela resistência que opunham às tentativas dos bispos, para determinados casos, em tornar gratuito o casamento para os pobres. (VENÂNCIO, 1986:110-1). Os modestos curas das paróquias mais distantes não tinham nem interesse nem clareza para contribuir com seu esforço para a legitimação dos diversos tipos de 'amancebamentos' que vigoravam na colônia.

É óbvio que, dadas as condições descritas, era também muito difícil batizar as crianças, mas cremos que, nesse aspecto, os dispositivos legais eram mais respeitados. Além de não existirem impedimentos de ordem burocráticos e materiais, batizar era uma questão fundamental de sobrevivência, e não só após a morte! O Batismo, segundo Maria Luiza Marcílio, poderia exercer

*o meio de ingresso na vida do espírito, a iniciação na vida cristã e da Igreja, mas era ainda um meio de se conseguir a vida do corpo. A criança deve ser levada logo à pia batismal, para assegurar sua saúde e sobrevida à primeira e mais difícil fase de sobrevivência. (1986:202).*

Quanto à morte, toda a experiência que temos no trato com a questão mostra que, no passado, as pessoas não davam tanta importância ao registro dos que se foram desta vida. Especialmente nas condições antes mencionadas (colonização, grandes espaços...), torna-se evidente as razões da existência significativa de **sub-registros** de óbitos, principalmente de crianças. Afinal, a quem interessava realmente o falecimento de um caboclo que vivia longe, no meio do mato, a não ser à sua própria família? E, dadas as condições definidas pela grande mortalidade infantil na época, a quem interessava a morte de uma criança, prontamente repostada pela alta fecundidade característica das sociedades tradicionais? Além disso, como fazer para que, toda vez que ocorresse um óbito, especialmente infantil, as autoridades eclesiásticas fossem informadas sobre o fato? Não só dava muito trabalho; não era importante, e não havia praticamente sanções para os que descumpriam a lei.

Este é um aspecto do problema posto pela pesquisa de uma população com as características que conhecemos. É necessário considerar que os mesmos obstáculos incidem sobre o investigador, à medida que é extremamente difícil a coleta e agregação dos dados demográficos do passado, especialmente o brasileiro.

Mas é fora de dúvida que as regras, no que toca à obrigatoriedade dos registros, existiam, e elas foram formalizadas no início do século XVIII com as chamadas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, subsistindo até o final do século XIX. Tratava-se de um estatuto sinodal, formulado com base nos dispositivos do Concílio de Trento:

*A obrigatoriedade e universalidade de registrar batismos, casamentos e óbitos imposta pela Igreja de Trento foram providenciais para os estudos históricos,*

*particularmente para os de Demografia Histórica. Na falta de estatísticas vitais para as épocas pré-estatísticas, os registros paroquiais fazem perfeitamente as vezes do registro civil nas análises longitudinais e tendenciais das populações antigas. Os registros paroquiais se constituem, pois, na fonte fonte por excelência da Demografia Histórica. (MARCÍLIO, 1979:260.)*

Diríamos mais. A própria disciplina surgiu das necessidades técnicas e metodológicas colocadas pela demanda em função das exigências da exploração dos registros de catolicidade.

Por outro lado, cumpre acrescentar que, ao estudarmos o passado demográfico brasileiro, é possível contar com uma outra fonte de grande interesse, os levantamentos censitários realizados nos séculos XVIII e XIX. Trata-se de listas nominativas de habitantes que nos esclarecem sobre a estrutura da população em certos momentos de sua história.

Esses antigos censos populacionais resultaram de uma tentativa de modernização da administração da colônia, a partir do projeto de um 'déspota esclarecido' português, o Marquês de Pombal. Entretanto, havia outras razões ditadas pelas circunstâncias particulares da época. Era necessário conhecer a composição da população afim de melhor arrecadar os impostos. Além disso, sobretudo no Brasil Meridional, e em função das querelas de fronteiras com a Espanha, visava-se conhecer as potencialidades militares da população.

Apesar de Portugal reservar aos portugueses os postos mais elevados no exército, sua política exigiu que fossem recrutados efetivos brasileiros, pois a Metrópole, com pouca população, não tinha condições de defender com suas próprias forças a colônia. Em 1765, o Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antino de Souza Botelho Mourão, recebeu da Metrópole a ordem de reorganizar as forças militares da Capitania. Para isto, ordenou o primeiro

recenseamento de todas as vilas sob sua jurisdição (DE BONI, 1974:22), entre as quais Curitiba.

Foram censos como estes que detectaram a presença da família dos Gonçalves na Quinta Comarca da Capitania de São Paulo. O que não sabemos é se eles teriam sido, como era ordenado, recenseados todos os anos. De qualquer modo, mesmo após a Independência, essa prática foi formalmente continuada até pelo menos 1830, e isto significa que, de 1765 até este ano, as autoridades tiveram a incumbência de mandar elaborar 66 listas de habitantes; os mapas e tabelas sínteses pertinentes, pelo menos até 1822, deveriam ter sido enviados a Portugal.

Porém, relativamente, foram poucas as listas encontradas, distribuídas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX., e os pesquisadores às vezes só se depararam com os mapas gerais (resumos das contagens da população), sem as listas de base. Além disso, o que é mais grave, estes antigos levantamentos censitários nunca foram encontrados para a totalidade do território brasileiro. Na prática, duas capitanias ficaram privilegiadas: Minas Gerais (cujo conteúdo das listas não se dispõe sob uma forma 'militar') e São Paulo (onde incluía-se o Paraná). Os historiadores estranham essas ausências, dado que as ordens da Corôa eram explícitas, dirigidas a todas as Capitanias, não havendo até o momento explicação convincente para essas aparente mistério.

Ainda que o resultado das ordenações do Reino não tenha se refletido numa generalizada realização de levantamentos censitários, essa é outra questão. Contudo, sabemos que as paróquias, no geral, cumpriram bem suas tarefas. A inexistência de fontes eclesiásticas nos arquivos locais na atualidade deve-se muito mais à falta de cuidados generalizados com a documentação do que o descumprimento da legislação da Igreja Católica.

Essa lacuna é, no estado atual da questão, suficientemente grave para comprometer qualquer investigação que pretenda englobar outras regiões do território brasileiro do passado, e nem se fala da população pretérita na sua totalidade. Do ponto de vista do esforço da pesquisa, observa-se um certo problema, na medida que os historiadores têm sido especialmente atraídos para o início do século XIX,, em função da sensível melhoria na qualidade das listas a partir de 1798.

Isto posto, é possível concluir que não foi simples coincidência, a relativa sincronia entre a melhor organização dos registros paroquiais, a partir da segunda metade do século XVIII, e o esforço para estabelecer as primeira estatísticas demográficas da colônia, iniciado na década de 1760. Estes dois empreendimentos foram realizados com o auxílio das duas Instituições melhor organizadas no território, a Igreja e a Milícia, esta constituída pelas Companhias de Ordenança, justamente no momento em que se orientava a política mercantilista portuguesa. É necessário ainda incluir que a conjuntura notabilizava-se pela disposição dos Estados Modernos em melhor conhecer, por meio de estatísticas, os seus efetivos populacionais.

É fundamental entendermos também que tais dispositivos 'modernos' pressupunham substanciais mudanças na mentalidade das pessoas, principalmente aquelas oriundas dos meios populares. Cremos que eram homens comuns os sargentos de milícias e os cabos de esquadra, e mesmo os modestos curas de algumas paróquias, sobre os quais, no final das contas, recaía a responsabilidade das contagens anuais da população. Essas mudanças na mentalidade deveriam ser capazes de incorporar a pratica do rigor, necessária à realização dos censos de um lado, e dos registros de catolicidade, de outro.

Além disso, necessidade de rigor que correpondia, no caso do entrevistado, à exigência de responder com exatidão as informações solicitadas.

Era o caso, por exemplo, da declaração da idade. Vimos como o vigário, ao receber o dado sobre a idade de um determinado falecido, registrava na ata de sepultamento que o morto tinha 60 anos, 'pouco mais ou (pouco) menos'. Em outros termos, responder com exatidão a idade, naqueles tempos, traduzia uma aquisição mental. De qualquer forma, o mundo novo que se abria no final do século XVIII preanunciava o mundo da exatidão, característica da modernidade. A idade das pessoas passa a acompanhar gradativamente sua identidade, seja formalmente face ao Estado, seja informalmente, para sua auto-referência e perante a sociedade, e essa prática começou naturalmente nos extratos sociais mais elevados.

Assim, na medida que os documentos utilizados pela demografia histórica não foram produzidos com a finalidade que se quer do seu tratamento, coloca-se o problema importante do 'significado' dos mesmos, que aparece basicamente em dois níveis. Primeiro, o problema do que significava, por exemplo, o casamento para quem o registrou. Segundo, o que significavam os comportamentos relacionados ao casamento, à nupcialidade, para os contemporâneos em geral (ANDERSON, 1984:31-2). Estas questões críticas devem se antepor ao tratamento dos dados, pois não é possível simplesmente comparar índices obtidos a partir de mesmos procedimentos técnicos para culturas diferentes. Pensemos, por exemplo, no conceito de **celibato definitivo**, correntemente trabalhado nas populações do Antigo Regime europeu, e a possibilidade concreta de utilizá-lo na sociedade colonial brasileira, principalmente com objetivos comparativos.

A crítica dos dados completa-se, pois, pela descrição do conteúdo da documentação referida, da fidelidade das informações nelas contidas e pelo levantamento de alguns problemas relacionado à interpretação dos dados:

#### 1.4 - O conteúdo das fontes paroquiais

Como foi aludido no início deste capítulo, as atas de registros de casamentos utilizadas como exemplo estão assentados nos livros do acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, constituindo os processos verbais do matrimônio de Gregório Gonçalves e Anna Maria Lima e, anos mais tarde, da união do filho mais velho do casal, Felizberto, com Joanna Rodrigues de Andrade.

Enfatizamos que, para os objetivos da história demográfica, não importa tanto a forma. Os dois registros referidos são diferentes, o primeiro, por exemplo, faz explícita menção a Trento e ao Ritual Romano. Para o pesquisador tem importância, principalmente, a existência de séries de dados, *como: data do casamento, lugar e hora do casamento, nome dos cônjuges, nome dos pais, e assinatura do vigário e das testemunhas.*

É necessário alguns comentários sobre a qualidade das atas de casamento, e talvez seja possível generalizá-los para a realidade da sociedade tradicional brasileira. Para começar, note-se duas importantes omissões: não eram indicadas, nem a idade dos noivos, nem a profissão. Uma exceção, porém, pois é possível observar que, quando os pais dos cônjuges, um ou outro, eram da milícia, ou o próprio noivo, tal situação era mencionada, signo de uma posição numa sociedade hierarquizada. Nesse sentido, é possível aventar, a partir de algumas observações realizadas, uma certa endogamia social, pois numerosos matrimônios uniam filhos de milicianos, ou um miliciano e a filha de outro militar (BURMESTER, 1981: 29 e segs.).

Como já foi referido, os nomes dos pais dos nubentes eram praticamente sempre transcritos, e tal prática tem repercussão metodológica fundamental. Com efeito, tais referências tornam factíveis estudos genealógicos,

e, por conseguinte, permitem reconstituições de famílias. Do ponto de vista da 'ilegitimidade', este estatuto era quase sempre explicitamente indicado e, da mesma forma, se um ou os dois jovens eram 'enjeitados'. Outra condição sempre anotada era a situação de viúvo ou viúva, quando se tratava de segundas núpcias; neste caso, via de regra o nome do falecido era convenientemente citado.

A origem dos contraentes não era registrada, mas, da mesma maneira que a idade, tais dados podem ser obtidos num momento posterior da pesquisa, a partir da reconstituição de família. Esta técnica, cujos objetivos serão explicitados mais adiante, baseia-se fundamentalmente na agregação de informações em fichas especiais, obtidas das atas de batismos, casamentos e óbitos referentes a uma mesma família, e controlados eventualmente pelos dados obtidos das listas nominativas de habitantes.

Os vigários conscientes de seus deveres exigiam uma espécie de 'certificado', que deveria ser apresentado pelos noivos originados de outras paróquias, provando que eram solteiros ou viúvos, face às estritas exigências da Igreja nesse sentido. Conclue-se, pois, que uma parte representativa das uniões consensuais, prática mais ou menos generalizada na sociedade colonial brasileira, eram constituídas por casais onde pelo menos um dos cônjuges originava-se de outra paróquia.

Os casamentos de pessoas de nível social proeminente eram registrados com mais detalhes. Além das informações comuns a todos os assentamentos, eram incluídas outras sobre os avós dos noivos, geralmente oriundas de outras regiões brasileiras, sobretudo de São Paulo, e mesmo de Portugal.

Também se refletia nos registros a divisão da sociedade em livres e escravos, separação não só de caráter jurídico, mas principalmente social. Assim,

o casamento de Gregório Gonçalves e Anna Maria foi assentado no livro dedicado ao registro de escravos, mulatos, administrados e bastardos. Na escala social, estes estavam muito distantes da camada 'branca' da sociedade colonial brasileira, supondo-se, entretanto, que poderia haver um 'branqueamento' proporcional a um eventual aumento da riqueza.

Da mesma forma que os registros de casamentos, cumpre salientar os livros de batismos, passíveis do estabelecimento de 'séries', e que interessam particularmente ao historiador da população. Estes contém *dia, mês e ano do batismo, prenome (e sexo) da criança, nomes e prenomes dos pais, condição da criança (legítima, ilegítima, exposta), residência dos pais, nomes e prenomes do padrinho e da madrinha, residência dos padrinhos, e assinatura do vigário*. De maneira geral, as atas também indicam a paróquia de nascimento dos pais.

Como já foi observado, sempre existem assentamentos cujos conteúdos são mais ricos em informações, concernentes à parcela populacional mais rica. Nesse caso, além dos dados comuns, constam o nome, lugar de origem e residência dos avós do batizando, e também dos padrinhos. Sabemos que essas pessoas, de um nível social mais elevado, fossem ricos proprietários, altos funcionários ou militares mais graduados, descendiam de famílias 'paulistas' ou originárias do 'Reino'.

A condição de legitimidade do nascimento, em primeiro lugar, deve ser inferida ou não, conforme o padrão do registro, que variava em função da época e lugar ("*filho de Gregório Gonçalves e de **sua mulher** Anna Maria de Lima*", ou *filho **legítimo** de Fulano e de Beltrana...*). Em relação aos filhos ilegítimos, o pesquisador tranqüilamente anotará esta condição quando é mencionado na ata a expressão **pater incognitus**, ou mesmo, quando se manifestar a ausência da citação do nome do pai. Embora em algumas localidades ou paróquias, - como a Lapa, no Paraná, São Paulo, ou Ubatuba, no litoral da Capitania -, a ilegitimidade

oriunda de uniões consensuais fosse mencionada (*filho natural de...*), na a Paróquia Nossa Senhora da Luz, em Curitiba, o mesmo não ocorre. Realmente, são poucos os casos contabilizados, pelo menos para o século XVIII, onde foi possível deduzir tal situação a partir de menção explícita nas atas.

Um outro tipo de registro refere-se às crianças 'abandonadas'. A condição de criança 'exposta' era declarada explicitamente, e o vigário indicava também o nome das pessoas que a encontraram. Às vezes, o registro salientava que a criança tinha sido abandonada na porta do domicílio de 'Fulano', mas que foi recolhida por outra pessoa. Na pesquisa de Ana Maria Burmester, referente a Curitiba no século XVIII, foi decidido somente considerar as crianças abandonadas como oriundas de pessoas livres, pois seria bem difícil para os escravos dispor seus filhos, propriedade dos seus senhores. Livres, mas sem dúvida miseráveis. É muito provável que estas crianças tenham nascido de uma relação ilegítima, e abandonadas por sua mãe.

Além da data do batismo, às vezes era registrada a data de nascimento. Entretanto, na maioria dos casos, só a menção 'inocente' permite-nos inferir que se trata de uma criança com pouca idade. Realmente, algumas vezes acontecia que eram batizados escravos ou indígenas adultos.

Em geral, o sacerdote designava a cor dos pais do batizado, e é com certa regularidade que encontramos a referência 'mulato', 'negro', 'forro', 'administrado'. Por outro lado, a condição 'branco' não era registrada. A cor da pele era muito mais um indicativo social, e é possível pensar que muitos padres teriam omitido a menção para um ou outro indivíduo de cor já 'assimilado' ao mundo dos brancos. Daí porque um estudo sobre a composição da população brasileira em função desta variável mostrar-se-ia bastante subjetiva, dada a dificuldade em deduzir o número de brancos a partir de uma 'não-indicação'.

Todo o pesquisador deve estar atento à ordem cronológica obedecida pelos registros, que podem traduzir a existência de 'sub-registros' ou 'sub-enumerações'. Assim, para o caso de Curitiba, quando se tratava de crianças nascidas na própria vila, a ordem cronológica era respeitada, o que não ocorria normalmente para as origens mais distantes. Com efeito, o padre nesses casos era muitas vezes obrigado a se deslocar quilômetros para celebrar batismos, voltando após um certo tempo para transcrevê-los nos livros apropriados, na sede da paróquia, o que poderia eventualmente levar à perda de alguns registros, ou de algumas informações.

Lembremos, ainda, dos óbitos e dos conseqüentes registros de sepultamentos. Das séries paroquiais, estes registros são os que mais apresentam problemas, variando o conteúdo das atas, a correção das informações, as possibilidades de identificação do falecido, etc., em função da época, do lugar, do sacerdote que fez o registro, e assim por diante. De fato, temos o sentimento de que, apesar das disposições da Igreja, o estado dos registros e sua representatividade sempre dependeu muito da boa vontade e do capricho do vigário que elaborou a ata. Sem dúvida, também, da importância que a sociedade dava a tais informações, pois dela resultava o encaminhamento ou não das comunicações dos óbitos à Igreja. Na realidade, essas constatações, feitas para a sociedade tradicional colonial brasileira, podem ser **grosso modo** ajustadas para a maioria das sociedades do passado, como já foi constatado por inúmeros historiadores.

Conseqüentemente, é importante assinalar a existência representativa de sub-registros para a sociedade brasileira do passado. Longe da sede da paróquia, em lugar de difícil acesso, morto e enterrado o membro da família, mormente uma criança ou talvez mesmo uma pessoa de certa idade, qual a possibilidade de que tal óbito tivesse sido registrado? Essa é a questão,

finalmente, que incomoda o investigador, pois sua experiência tem mostrado que a ausência de informações a respeito é importante no passado.

Mais uma vez, o exemplo da Paróquia Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba autoriza aventar algumas generalizações a propósito deste tipo de registro. Nele encontramos *a data do óbito, nome (e sexo) do falecido, e a idade* (geralmente aproximativa). Além destes, outros dados, que não apresentam a mesma coerência e uniformidade, dificultando igualmente a identificação do falecido. Trata-se *do nome dos pais* (quando o falecido era solteiro), *nome do cônjuge* (quando casado ou viúvo), *residência* - algumas vezes com *local de origem* -, *estado matrimonial, local do sepultamento, e o nome do sacerdote que redigiu a ata.*

Alguns comentários ainda são necessários. A identificação do falecido muitas vezes está comprometida, quando se trata de crianças que morreram antes do primeiro aniversário; nesse caso, em geral o padre contentava-se em nomear o nome do pai. Estes problemas de identificação apresentam-se igualmente no caso de óbitos de pessoas idosas; da mesma forma, quando em qualquer registro for difícil a determinação do estado civil, ou mesmo do nome do falecido.

Normalmente, a **causa-mortis** não era registrada. Em certas atas, o vigário observava: 'faleceu subitamente', ou 'faleceu em seguida a ferimentos por arma de fogo' ou mesmo 'faleceu em seguida à luta contra os índios'. No que se relaciona às mulheres, encontramos esporadicamente informações de que determinada pessoa morreu de parto, ou em seguida a uma hemorragia. Enfatize-se que são informações muito eventuais, tornando difícil qualquer pesquisa sistemática sobre as causas da mortalidade na época. Quando se inicia o século XIX, dependendo sempre do vigário, as informações a respeito da causa da morte melhoram, com referência às doenças que teriam levado à morte o indivíduo.

Conseqüentemente, é cada vez mais comum, à medida que deixamos o século XVIII para trás, encontrarmos menções como as que seguem, nos registros de sepultamento: morreu de **maligna, tísica, estupor, lombriga, lepra, bexiga, ...**

### 1.5. O conteúdo dos levantamentos censitários

O passado demográfico brasileiro, como observamos, também foi parcialmente preservado por antigos levantamentos censitários, em geral denominados pelos historiadores 'listas nominativas de habitantes'. Os primeiros recenseamentos consideraram somente a população livre. Todavia, a partir da década de 1770, todos os habitantes foram incluídos nas listas, com excessão evidentemente dos indígenas, cuja maioria escapava ao contrôlo das autoridades portuguesas.

O poder civil, tendo à testa os **capitães mores**, ficou encarregado de efetuar o censo da população, que compreendia *"todos os moradores que se achassem no estado de servirem nos terços e auxiliares, sem excepção de nobres, plebêos, brancos, mestiços"* (IHGEB, 1868, citado por DE BONI, 1974:..). Na Capitania de São Paulo, que conhecemos mais de perto, a organização das listas e, por conseguinte, da população, era caracteristicamente militar. A Vila de Curitiba, por exemplo, no século XVIII era dividida em cinco companhias de ordenança, abrangendo um amplo território da Quinta Comarca: Primeira e Segunda Companhia da Vila de Curitiba, Terceira Companhia da Freguezia do Patrocínio de São José, Quarta Companhia da Freguezia de Santo Antônio da Lapa e Quinta Companhia da Freguezia de Sant'Anna de Castro.

A população era contabilizada por 'fogos', em função das referidas companhias de ordenanças. Estas, divididas em 'bairros', abrangendo habitantes não só do 'rocio' da vila, mas também de localidades e povoações dispersas; inclusive, das fazendas. O levantamento de cada domicílio era encabeçado pelo nome do chefe e da esposa (se fosse o caso), seguido pelo dos filhos (primeiramente os meninos, depois as garotas). Após, vinham os expostos ou enjeitados, os outros membros da família vivendo no mesmo fogo, seguido dos 'agregados' (com indicação da côr a partir do século XIX); e finalmente, os prenomes dos escravos (sem outra identificação, e com a menção da côr no século XIX).

Os documentos que utilizamos anteriormente, para mostrar o domicílio de Gregório Gonçalves, indicam a forma com que as listas eram organizadas. Os habitantes eram recenseados por 'classes', que em 1775 passavam a seguir o seguinte esquema:

- primeira classe, crianças do sexo masculino de 0 a 7 anos;
- segunda classe, meninos de 7(8) a 15 anos;
- terceira classe, homens de 15(16) a 60 anos;
- quarta classe, velhos de 60(61) anos ou mais;
- quinta classe, crianças do sexo feminino de 0 a 7 anos;
- sexta classe, meninas de 7(8) a 14 anos;
- sétima classe, mulheres de 14(15) a 40 anos;
- oitava classe, mulheres de 40(41) anos ou mais;
- nona classe, nascimentos do ano;
- décima classe, óbitos do ano. (DE BONI, 1974:24-5;

MARCÍLIO, 1977:69.)

Devemos nos resguardar de uma interpretação dos censos antigos fundamentada nos objetivos atuais dos levantamentos censitários, que, visando o

conhecimento da estrutura por sexo da população, separa a contagem dos homens e das mulheres. Se, de um lado, este propósito também poderia estar contido nas ordenações que mandavam organizar as listas de habitantes no século XVIII, é bem verdade, por outro lado, que a forma com que se separavam os homens das mulheres nas referidas listas de domicílios poderiam refletir resquícios de atitudes tradicionais em relação ao sexo.

De fato, a iconografia europeia a partir do século XV revela gradativamente uma preferência pelos motivos familiares, da vida privada, sem dúvida indicador de transformações importantes que estavam ocorrendo; entretanto, com uma peculiaridade sintomática: os indivíduos do sexo masculino (o pai, os filhos -- e inclusive os filhos mortos, nas cenas de devoção; os criados...) ocupam um lado da representação, separado das mulheres (mãe, filhas, criadas) (ARIÈS, p.201-2). Esta era uma distinção evidentemente imposta pela sociedade, e que no Brasil colonial poderia, ainda no século XVIII, manifestar-se na forma de separação evidenciada nas listas de domicílios.

Igualmente, as 'classes de idade' eram, ainda em 1797, definidas a partir de critérios que, aos nossos olhos, podem parecer bizarros. Sem dúvida, havia por detrás destas distinções uma determinada racionalidade, resíduo de hábitos mentais herdados do medievo ocidental, e que periodizava a vida com *a mesma fixidez que o ciclo da natureza ou a organização da sociedade* (ARIÈS:40), consagrando a solidariedade entre as manifestações sobrenaturais e da natureza (: 34).

A chave deste código era o número **sete**, igual ao número de planetas então conhecidos, evocando o elo entre estes e o destino do homem (:36-7), de modo que, *para o homem de outrora [...] a vida era a continuidade inevitável, cíclica, [...] das idades, uma continuidade inscrita na ordem geral e abstrata das*

*coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortalidade (:39).*

Estamos, pois, nos referindo ao fato de que os indivíduos eram classificados em 'classes de idade', traduzindo idades biológicas, que correspondiam a determinadas funções sociais. Assim, sintetizando as classes em três grandes grupos, teríamos em primeiro lugar, a **infância e puerilidade** (até os 7 anos, idade dos brinquedos; dos 8 aos 14, idade da escola); em segundo, a **adolescência e juventude** (dos 15 aos 30/35 anos, idade do amor e dos esportes ; em diante, até os 45/50 anos, idade da guerra); e, finalmente, a **velhice e senilidade** (idade consagrada aos estudos, dos homens da ciência e da lei).

Trata-se de uma organização social em função da idade e, ao mesmo tempo, de um sistema de representação de mundo que, sabemos, desaparece lentamente no ocidente, mas suficientemente profundo e arraigado para deixar fragmentos ainda no século XVIII.

Em que medida a divisão em classes de idade que transparece nas listas nominativas até 1797 no Brasil colonial traduz esta concepção da *vida dividida em etapas bem delimitadas* de que nos fala Ariès, correspondendo a modos de atividade, a tipos físicos e inclusive a diferentes maneiras de vestir? (:40)

O fato é que, pelo menos para os homens, verifica-se uma correlação, nas faixas etárias definidas nos censos, que não parece refletir uma simples coincidência com o que acabamos de ver: **0-7, 8-15, 16-60, 60 e mais**. Para as mulheres, há uma correspondência nas suas duas primeiras classes, modificando-se o conteúdo das mesmas em seguida.

Naturalmente, é possível aventar outras explicações para este tipo de estrutura etária:

*Os 7 anos marcavam, em princípio, e para os dois sexos, o início do católico nos sacramentos da confissão e da comunhão. O agrupamento das idades do sexo feminino entre 14 e 40 anos leva a supor imediatamente um critério biológico e da natureza político-institucional. Nessa faixa etária situa-se grosseiramente a fase potencialmente fértil da mulher.*

*Para os homens, o período compreendido entre os 15 e os 60 anos (3a classe) correspondia, em primeiro lugar, à faixa etária em que, de acordo com as Ordenações do Reino, os elementos deviam pertencer às Companhias de milícias da terra: um critério militar, portanto. Contudo poderia representar, igualmente, a faixa de idade economicamente ativa, o potencial de força de trabalho adulta masculina. Nesse caso, um critério de natureza econômica (MARCÍLIO, 1977, p. 69).*

De uma maneira ou de outra, as diferentes formas de estruturação das classes de idade dos homens e mulheres nas listas nominativas não deixam de manifestar, mais uma vez, atitudes diferentes e bem marcadas da sociedade colonial em relação ao sexo.

As duas últimas classes referem-se, evidentemente, a informações adicionais agregadas, solicitadas também por Portugal, que resultavam geralmente de dados enviados pelo vigário ao elaborador da lista, com base nos registros paroquiais.

É necessário anotar ainda que a Corôa sempre se preocupou, igualmente, com a avaliação da produção econômica de suas gentes nas colônias, da mesma maneira que parecia estar interessada na potencialidade produtiva expressa nos números da população. Assim, informações referentes à riqueza de alguns fogos já eram registradas desde as primeiras listas, melhorando substancialmente as informações a partir de 1798, tendo em vista uma ordem régia nesse sentido datada em outubro do ano anterior (MARCÍLIO, p. 69).

Aliás, a partir deste ano mudaram os critérios das sub-divisões das classes, para **0-5, 5-10, 10-20, 20-30, [...] 90 e mais**. E grife-se, **para ambos os sexos!** É bastante provável que estas alterações para um sistema 'decimal' constituam indicador de importantes rupturas que já vinham evidenciando-se na segunda metade do século XVIII. Logo, tudo se passa como se o imaginário construído em torno de certos números, exemplares no caso das classes de idade, caíssem finalmente por terra, ao mesmo tempo que as imprecisões desse mundo simbólico desatassem, para dar lugar às necessidades de exatidão da modernidade, caracterizada, aqui, pelo sistema decimal no agrupamento das faixas etárias da população.

Tudo isso, naturalmente, par e passo com o desenvolvimento da política mercantilista portuguesa, com a necessidade de racionalização administrativa da colônia, de incremento da população e de desenvolvimento da agricultura e do comércio colonial. Em consequência, simultaneamente à mudança de forma com que eram dispostos os conteúdos demográficos, observa-se que o próprio objetivo das listas mudou, à medida que mudou a qualidade das informações nela contidas, de militares para econômicas, articuladas a uma política de estímulo ao crescimento da população e de ocupação dos 'vazios demográficos' do território. As listas incluíam agora a profissão do chefe do domicílio e a produção anual do fogo, compreendendo também a relação nominal dos agregados, escravos, 'forros', 'administrados' (indígenas), além de outras informações quandooubessem.

Obviamente essa riqueza de informações, passíveis de construção de séries, explica a atração demonstrada pelos historiadores da população à primeira metade do século XIX. Enfatizamos esta propensão, essa afeição mesmo, pelas primeiras décadas do século passado, manifestada principalmente pelos pesquisadores paulistas e paranaenses. Tal atração, em grande parte, deve-se a

considerações materiais, tendo em vista a profusão e a qualidade destes documentos para esta época. De tal modo que, de certa forma, inverte-se o caminho normal da investigação (da problemática às fontes), inversão determinada por uma, digamos, 'ditadura' da documentação.

Tal fato explica a nosso ver a ênfase da historiografia da história demográfica paulista, e mesmo mineira (para onde também existem recenseamentos de qualidade), no período 1798-1830. Desde então praticamente desorganizam-se os serviços de levantamentos censitários. O século XVIII é relativamente desprezado por esta história; e, igualmente, a historiografia ressent-se de uma lacuna importante no período subsequente à 1830, até 1872, quando é inaugurada a era estatística no Brasil com a realização do primeiro censo nacional. Diríamos, mesmo, que esta lacuna prolonga-se até 1940, uma vez que os quatro censos realizados antes deste ano (1872, 1890, 1900 e 1920) são, para dizer o mínimo, problemáticos.

## HISTÓRIA DA POPULAÇÃO, HISTÓRIA SOCIAL

Normalmente, do conteúdo dos documentos passa-se para a exploração e tratamento dos dados que eles contém. Entretanto, ao rascunhar os textos que constituiriam a parte anterior deste livro, questões surgiram, evidentemente muito pessoais e derivadas da nossa própria experiência. Não obstante, são questões que podem ser importantes, e que gostaríamos de dividir com os leitores.

Dito em outros termos, antes de sabermos **como** manipular os dados, será necessário minimamente saber **o que** fazer com eles, ou seja, aprender a interrogá-los.

### 2.1 - Algumas questões teóricas

Primeiramente, partiríamos de um consenso referente ao objeto da história, dinâmica das sociedades humanas e que tem o tempo como primeira referência. Em seguida, apreenderíamos que a matéria histórica é constituída por fatos construídos pelo historiador, dentre os quais destacamos tipo de fatos que nos interessam aqui mais de perto, qual seja, os **fatos de massa**. Eles compreendem fenômenos relativos às 'mentalidades' e de 'opinião' - são as 'massas' dos pensamentos e das crenças -, incluem os fenômenos concernentes à economia - as 'massas' de bens produzidas pelas sociedades humanas - e, o

que queremos aqui sublinhar, **os fatos populacionais**, que têm como matéria as 'massas' constituídas pelos homens (VILAR, 1980:43).

É claro que, na base de tudo, está a própria organização da sociedade e as relações sociais pertinentes. A história da população tem como objeto precípuo, portanto, o dinamismo dos sistemas demográficos e suas articulações com outros sistemas (econômicos, sociais, ideológicos, e assim por diante). A par com a preocupação pelas estruturas, pelas generalizações, enfim, pelo que se repete, o historiador continua fiel à marca fundamental de sua disciplina, sua inquietação, para não dizer sua motivação principal, **com o que aconteceu!** Em conseqüência, seus 'fatos demográficos' - fatos construídos, nunca é demais repetir -, são **dados**. Por conseguinte, a temporalidade na qual se insere a sua problemática é relativamente concreta, à medida que, na construção histórica, tudo se passa como se de fato tivessem ocorrido.

Estas reflexões permitem colocar outras, referentes à abrangência do objeto das diversas disciplinas que, nas suas dimensões 'diacrônicas', ou seja, ao trabalharem explicitamente com a dinâmica das sociedades, tocam na história, tratam da história. Disciplinas, por exemplo, cujos objetos constituem-se na população, o que nos leva a interrogações acerca das suas mútuas interrelações. Mais especificamente, a tradução de termos tais como **história, população, demografia; história demográfica e demografia histórica**. Finalmente, o que nos parece mais importante: **demografia histórica, história social** e o campo no qual se inserem os denominados **estudos populacionais**.

Este não será o lugar para se fazer um exercício epistemológico. Nossa intenção é, tão somente, levantar algumas questões visando a compreensão dessa área de estudo que denominamos história da população, sua originalidade metodológica e, finalmente, uma tentativa de resolver a questão da amplitude que acabou tomando a demografia histórica. Originalmente delimitada

do ponto de vista metodológico, hoje esta disciplina é sinônimo de história demográfica, de história da população e até mesmo de certas parcelas da história social que se utilizam de fontes originariamente usadas pela demografia histórica.

Em diversos momentos deste texto, principalmente quando, com o auxílio da observação da família de Gregório e Anna Maria Gonçalves, ilustrava uma 'contabilidade' de indivíduos, estávamos na realidade referindo-nos à possibilidade de uma contabilidade populacional. Esta, para ser realizada, exige métodos e técnicas apropriadas, formulações matemáticas e construções de modelos, cujo conjunto constitui a originalidade de uma disciplina. Estamos querendo mencionar a demografia que, estrito senso, e para atingir seus objetivos, ainda registra os fenômenos populacionais, mede-os, calcula, projeta, estuda e formula leis matemáticas das populações (SAUVY, 1976:16).

A demografia é uma disciplina que privilegia a dinâmica populacional. Portanto, a história, no mínimo, compõe seu pano de fundo. Os demógrafos acostumaram-se fundamentar suas análises nas estatísticas correntes produzidas especialmente com aquela finalidade. Os historiadores demógrafos, ao contrário, constituíram seu campo de trabalho em cima das adaptações e criações metodológicas necessárias para dar conta de uma documentação que não foi produzida para ser explorada demograficamente. Refirimo-nos novamente aos registros paroquiais e à maioria dos tipos de listas nominativas de habitantes que são colocadas em mãos dos historiadores.

Deste modo, não basta incluímos simplesmente a variável tempo para se ter uma demografia histórica, porque, no fundo, toda a demografia já é naturalmente 'histórica'. Historiograficamente, a originalidade da demografia histórica é sua metodologia de base. Ela se constituiu como disciplina justamente em função dos registros de catolicidade, para dar conta de períodos geralmente

mais distantes do presente, quando não se produziam correntemente dados para as contagens de população.

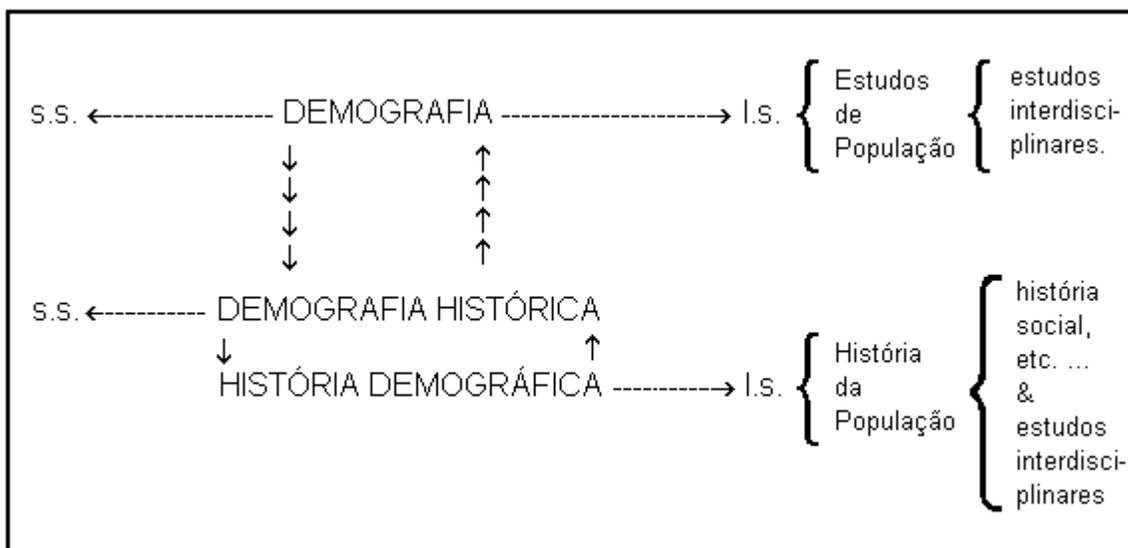
A demografia pode ser concebida de forma mais ampla do que aquela inferida pelo seu conceito quantitativo. Alfred Sauvy refere-se também a esta disciplina como objetivando o estudo dos homens em suas atitudes e seus comportamentos populacionais; como se preocupando com as causas dos fenômenos de população, e de suas conseqüências. Desemboca, assim, num campo imenso, compreendendo diversas disciplinas, como a economia, a sociologia, a antropologia (etnografia), o direito, a política, etc., inscritas no que é ordinariamente denominado 'estudos de população'. Estes podem ainda constituírem-se de diversas disciplinas com objetivos e metodologias combinadas, tais como uma demografia econômica, uma demografia social, uma paleodemografia, uma demo-geografia (geografia das populações)..., disciplinas que constituem especialidades no campo.

Em resumo, de um lado temos uma demografia 'formal' e matemática, desenvolvida por demógrafos 'puros' bem relacionados com os chamados métodos das ciências exatas, e cujo trabalho sustenta-se em rigorosas técnicas de análise. De outro, 'demógrafos' debruçando-se sobre os estudos de população, tendendo à análises subjetivas das ciências sociais.. Distinções formais, como estas, muitas vezes dificilmente sustentam-se na prática da disciplina.

De qualquer forma, as necessidades da análise demográfica e principalmente, as articulações dos processos populacionais como indicadores das relações sociais - pois no fundo é isto que pretendemos compreender -, exigem a ampliação da análise para uma perspectiva macro, estrutural. Isto implica, em especial, na perspectiva do tempo histórico, em estudos de **longa duração**, em recorrer à história, ao que aconteceu. É desta maneira que muitas

vêzes argumenta-se contra as generalizações que não consideram de forma apropriada as especificidades históricas e culturais.

Assim, existe uma história das populações, que inclui no seu âmbito uma história demográfica ou/e uma demografia histórica. Até poderíamos aventar, indo um pouco mais longe (e para isso usamos um pouco a imaginação), uma história antropológica das populações, uma demografia econômica retrospectiva, uma etno-demografia histórica,... disciplinas que se abrem para nós conforme nossas necessidades metodológica privilegiamos de uma dimensão temporal dos fenômenos demográficos, projetada geralmente para um passado 'pré' ou 'proto-estatístico', e correspondendo à síntese acima, temos, de um lado, uma demografia demografia histórica e suas pretensões **nomotéticas** generalizadoras, tendendo à análises quantitativas. De outro, uma história demográfica tendendo ao que aconteceu, à história da população, parte de uma história social que desemboca, por sua vez, em uma variedade de estudos interdisciplinares. Para sintetizar esta questão, apresentamos o seguinte esquema:



Para completar o levantamento dessas interrogações teórico-metodológicas, gostaríamos ainda de discutir um pouco a questão das relações entre as dimensões temporais normalmente utilizadas pelo historiador desde Fernand Braudel e a dimensão temporal pertinente à história dos indivíduos e das famílias.

Vejam os novamente o que aconteceu com Gregório Gonçalves e sua mulher Anna Maria. Para o historiador, isto significa verificar como os indivíduos pertencentes à referida família inserem-se nos diversos 'tempos' da história. O casal, seus filhos, genro e nora, e talvez até mesmo os sogros de ambos os cônjuges, constituíam parte da sociedade paranaense que se costuma denominar de 'tradicional', característica do século XVIII, embora já anunciando mudanças sociais e econômicas que seriam desenvolvidas principalmente no século seguinte. A temporalidade pertinente a esta sociedade tradicional inscreve-se na 'longa duração', relacionada às estruturas da economia, população e sociedade, isto é, às estruturas concernentes a uma geo-história paranaense dos séculos XVIII e XIX. É claro, sabemos que a própria idéia de tempo só tem sentido quando traduzida em transformações. Entretanto, um artifício teórico-metodológico permite que sejam abstraídas as mudanças em favor das 'não-mudanças', forças inerciais definindo equilíbrios e que se articulam com as discontinuidades: essa dialética na longa duração, segundo alguns, constituiria a 'base' do processo histórico.

As mudanças, a partir da noção de que as estruturas não são estáticas, facilmente são detectadas por meio de cortes 'transversais' em momentos diferentes da história e que ensejam constatar certas 'sincronias' diferenciadas no tempo. No caso em foco, e de maneira exemplificativa, salientamos o momento do casamento, que assinala a passagem do estado de solteiro para o de casado dos cônjuges, e os momentos definidos pelos censos de

1792 e 1797, que praticamente coincidem com a mudança da fase procriativa da família para uma fase 'pós-procriativa'. Conseqüentemente, na história de Gregório e Anna Maria visualizam-se três períodos diferentes, ou 'conjunturas', como diria o historiador se estivesse tratando de uma problemática mais ampla. A primeira, da juventude; a segunda, referente à história fecunda do casal; e, finalmente, o início da velhice... No entanto, tais considerações são simplesmente exemplificativas; para o historiador do social, esse tipo de abordagem só tem sentido agregando-se várias famílias para análise. É nesta medida temporal, também, que são visualizados de maneira privilegiada os ritmos da população, crescimento e queda, oscilações, e assim por diante.

Da mesma forma, fica patente que a história da família é plena de eventos significativos, 'acontecimentos', fatos de curta duração, alguns dos quais partilhados com a comunidade formada pelos parentes (o casamento, o batizado,...) e suficientemente marcantes para definir transformações ou impressionar para sempre a memória nas suas histórias de vida. De um ponto de vista mais amplo, o acontecimento demográfico, para ser assim considerado, concerne a toda sociedade. Pode ser uma epidemia, uma crise, ou uma revolução...

A história das populações, por outro lado, *qualquer que seja o ritmo do seu dinamismo, mantém-se [...] por um processo de substituição de indivíduos, sob a forma de sucessão de gerações, desde o nascimento até a morte; ela se mantém, portanto, pela reprodução biológica, a qual gera os novos contingentes que vão integrar as sucessivas gerações* (CAMARGO, 1980:13). Reprodução biológica, tão somente? Diríamos, talvez melhor, que se trata da própria reprodução social, à medida que, para as sociedades humanas, a natureza é cultura.

Conseqüentemente, um outro olhar é possível, que acompanha a vida de Gregório, Anna e seus filhos a partir dos respectivos nascimentos, ou a partir

do casamento do casal. A categoria da análise agora é o 'ciclo vital', como chamaria o demógrafo, o antropólogo ou o historiador da família. De fato, categoria com uma dimensão biológica cuja carreira temporal é pré-determinada. Inicia-se com o nascimento (ver ilustração no diagrama da p.[38]), e vai até a morte, passando por uma série de transformações bio-psíquicas, além de outras fases do transcurso temporal marcadas por ritos de passagem. Estes são definidos de maneira mais ou menos arbitrária pela sociedade (CAMARGO: 12-3).

Assim, cada indivíduo tem seu ciclo vital, com uma temporalidade própria e característica. Igualmente, cada família tem também seu ciclo vital, nesse caso iniciado no matrimônio ou com a decisão de coabitação do casal. Este tempo encerra-se quando um dos cônjuges morre. Ao mesmo tempo que os diversos nascimentos fazem parte do ciclo matrimonial, dão começo à cursos vitais diferentes, uma história de vida para cada filho. Para efeito de análise, dependendo do efetivo da população em estudo, é necessário agregar gerações e famílias. Como exemplo, Gregório e Anna faziam parte das gerações de 1750-1754, e somavam-se às famílias cujo ciclo matrimonial foi iniciado no período 1770-1774.

Os cortes transversais, definidores de conjunturas, alcançam os ciclos vitais em momentos diferentes dos seus desenvolvimentos. Esta constatação sintetiza toda a virtualidade da perspectiva de análise fundamentada no tempo do ciclo vital, na medida que, independentemente das relativas coerências das conjunturas, histórias de famílias, histórias de indivíduos, têm sua própria autonomia.

Indo mais longe, o processo de substituição de indivíduos que constitui basicamente a história da população, antes mencionada, manifesta-se também num processo de permuta entre gerações que, segundo Marc Bloch, por meios 'educacionais' transmitem diacrônicamente a herança cultural, como que

em *fila indiana* (BLOCH, 1965:40). Referindo-se ao conservadorismo camponês na França, o autor mostra como as crianças dessas sociedades têm outros contatos com o passado, além da mediação de seus pais. Pais e mães das aldeias francesas - e cremos, não só francesas - são obrigados pelas condições de trabalho a estarem afastados dos filhos quase o dia inteiro, sendo eles criados sobretudo pelos avós. E, prossegue:

*Por cada nova formação de espírito recua-se, portanto, um passo, que, por cima da geração eminentemente portadora de mudanças, vincula os cérebros mais maleáveis aos mais cristalizados. [...] Como o antagonismo natural aos grupos de idade se verifica principalmente entre grupos limítrofes, acontece que mais de uma juventude ficou a dever às lições dos velhos pelo menos tanto quanto às dos homens feitos. (BLOCH, 1965:40.)*

Assim sendo, tradicionalismo e mudanças na história poderiam resultar de mais ou menos conflitos entre gerações, superpostas sincronicamente num determinado momento do processo histórico.

Tal raciocínio coaduna-se com aquele que constitui base da chamada 'teoria de Tocqueville' (WRIGLEY, 1969:190), referindo-se aos indivíduos que se encontram numa situação de certo melhor que a dos seus pais, e que alentam esperanças de melhorias ulteriores; afirma que são os primeiros os que têm maior probabilidade de se rebelarem no caso das condições de vida piorarem subitamente, pois têm uma percepção mais clara de um progresso continuado. Mais uma vez, efeito de gerações...

Ainda um último comentário a respeito destas questões. O passado, do qual dependem os projetos para o futuro de cada indivíduo, é, fruto da história, constantemente reelaborado, o que ocorre de modo diferente de cultura para cultura. Para cada época, evidencia-se uma reconstrução relativamente

homogênea do passado.. Entretanto, diferenças importantes podem ser assinaladas, quando complicada a análise, tendo em vista a heterogeneidade própria da organização social, caracterizada não só por conflitos sociais, mas também por conflitos de gerações. Dito de outra maneira, a visão que cada indivíduo tem do mundo depende não só do lugar social que ele ocupa, da forma como ele se insere na sociedade organizada, mas da mesma maneira do referencial que tem do passado, função igualmente do seu amadurecimento psico-biológico e educacional.

Exemplificando, e para isso voltando ao já referido diagrama da página [38], as gerações às quais pertencem Gregório e Anna Maria construíram uma memória, donde suas visões de mundo, tendo em vista uma experiência vivida diferentemente das gerações dos seus pais. Do mesmo modo, seus filhos contam histórias diferentes a respeito de si mesmos. Dessa contradição, resultado da articulação de histórias geracionais superpostas sincronicamente, dependeria também o processo histórico.

## 2.2 - Tratamento e exploração dos dados

Não é nossa intenção abordar as técnicas de análise em demografia histórica. Essas questões, além de já terem sido tratadas de forma exaustiva, continuam a ser desenvolvidas por especialistas, e poderão ser recuperadas a partir de uma bibliografia especializada (ver, p. ex., HENRY, 1977). Importa, aqui, sinalizar as possibilidades de tratamento e exploração dos dados, e as virtualidades das informações obtidas das fontes documentais usualmente utilizadas pelos historiadores das populações. É claro, consideraremos especialmente os registros paroquiais e, em segundo lugar, as listas nominativas

de habitantes e as possibilidades de convergência dos dados obtidos dos dois tipos de fontes.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores demógrafos tem sido a enormidade do trabalho e, conseqüentemente, a considerável demanda de tempo exigido pelo 'levantamento' das fontes. Refirimo-nos especialmente às questões relacionadas a conservação dos documentos, do estado geral dos Arquivos brasileiros, da falta de pessoal especializado nestas instituições, da carência de inventários, sem contar o problema antes referido que afeta diretamente o pesquisador, da extensão do território, da história do povoamento, e assim por diante. A esta questão soma-se aquela própria do 'arrolamento' dos dados, outra tarefa muitas vezes penosa e demorada. Neste caso, os trabalhos clássicos de demografia histórica fundamentaram-se em tabulações manuais, resultando em inúmeras tabelas de números 'brutos' que, por sua vez, ensejaram multiplicações de quadros menores, procurando responder perguntas específicas colocadas pelo investigador. Felizmente, anuncia-se, com o advento e o desenvolvimento da informática, um alívio parcial ao trabalho do pesquisador. Enfatizamos o 'parcial', porque durante muito tempo ainda restará ao historiador um volumoso trabalho manual, felizmente não tão fastidioso como poderia aparentar. Basta que se evite abstrair das tabulações a serem realizadas o concreto que se esconde atrás dos 'bastõezinhos' dos quadros de tabulações. São centenas de 'Annas', de 'Gregórios', que nascem, vivem e morrem, que penam pela sobrevivência, que amam e sofrem, e que são contabilizados pelo historiador do social. Portanto, as questões que seguem só tem realmente sentido se levantadas em função do amplo quadro da sociedade da época que estiver sendo estudada.

As sugestões a serem feitas consideram a possibilidade de se estabelecerem 'n' fenômenos demográficos e sociais no tempo, tendo em conta uma situação ideal, isto é, sem considerar falhas e lacunas de informações que,

na realidade, podem ser constatadas de local em local, de época para época, e segundo as diferentes fontes utilizadas. Do mesmo modo, aqui não serão colocadas as questões técnicas para resolver esse tipo de problema, geralmente desenvolvidas a partir do arsenal da demografia. Como sabemos, os dados obtidos dos registros paroquiais e das listas de habitantes estão longe de se compararem à riqueza e às informações contidas nos registros de cartórios na atualidade e nos censos modernos. Entretanto, é surpreendente como às vezes revela-se encorajador o conteúdo de algumas daquelas fontes normalmente utilizadas pelo historiador da população. De outro lado, não é porque são contemporâneos que os dados dos censos modernos e dos registros civis são perfeitos. O que é necessário grifar é que, tanto hoje como ontem, independentemente da origem e tipo das fontes de dados e de informações, é sempre necessário criticá-las com o auxílio de procedimentos técnicos apropriados.

É também preciso lembrar que, ao se trabalhar com dados de natureza quantitativa, a técnica exige a definição de tabelas de números, com dados brutos e percentuais, que possibilitarão muitas vezes a construção de curvas diversas. Uma possível articulação, disposta pelo historiador em função dos problemas que coloca, levará a novas questões relacionadas a determinados momentos da história da sociedade analisada, a novos problemas concernentes à estrutura social observada.

As indicações que se farão a seguir são corriqueiras, não absolvendo o historiador de usar a sua imaginação no sentido de responder a questões resultantes de problemáticas mais específicas. Baseiam-se, como fizemos em outros momentos do texto, numa reflexão que procurou vincular os comportamentos 'demográficos' da família de Gregório Gonçalves com o quadro da sociedade em que estavam inseridos.

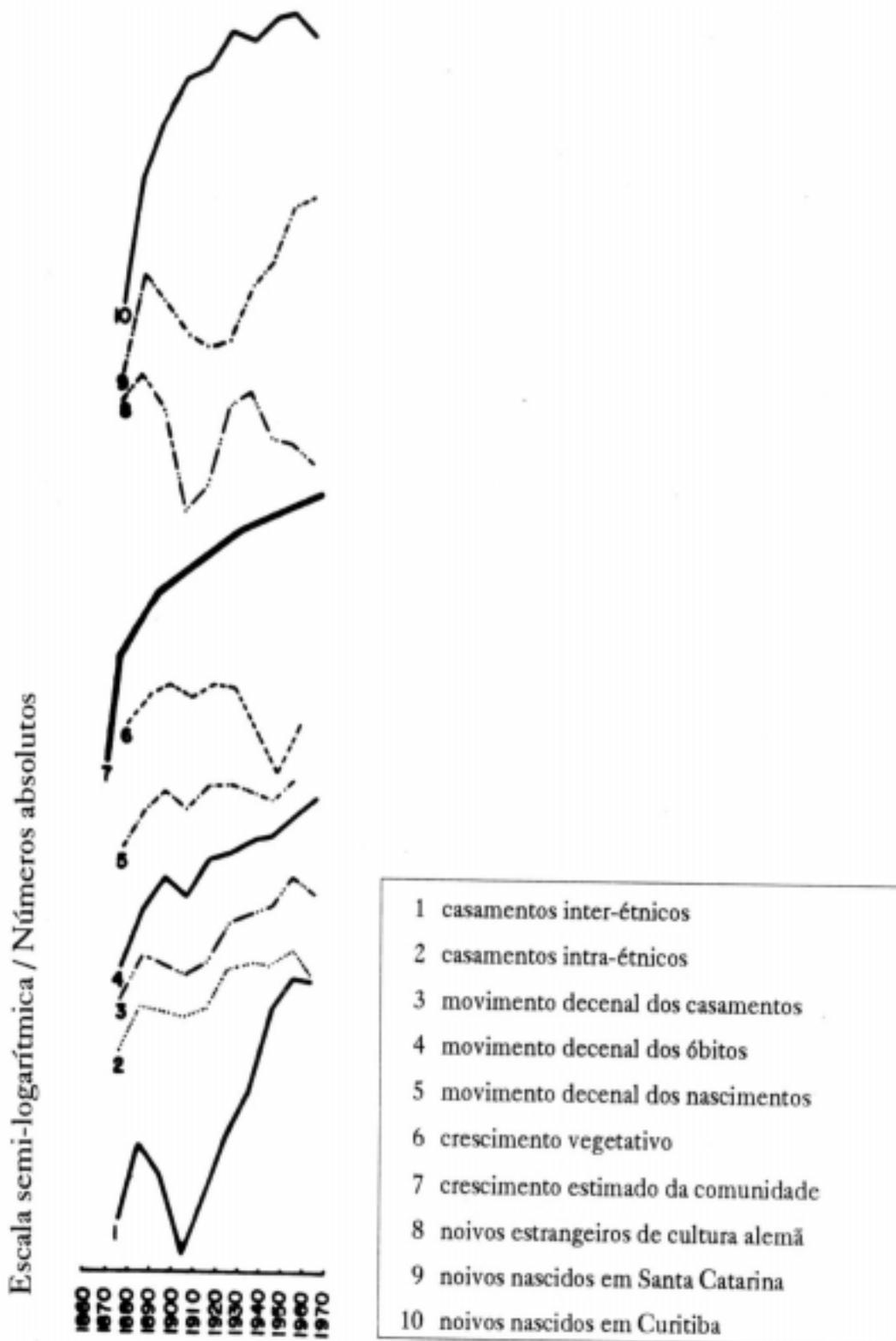
### 2.2.1 - *A exploração dos registros paroquiais.*

Usualmente, é recomendado que o pesquisador trate de modo **preliminar e sumariamente** as informações que obteve, visando uma análise mais 'rápida' da sociedade local que está sendo objeto de estudo. Interessa, assim, somar anualmente o número de casamentos, de batismos - melhor ainda dos nascimentos, se for possível -, e de óbitos. Este tratamento inicial, além de permitir uma visualização da qualidade dos dados, consente retratar, por meio de três curvas, o **movimento** geral da população local, suas flutuações e tendências, num determinado período. A observação de um gráfico como este possibilita detectar nas sociedades tradicionais 'crises' demográficas, ou, pelo menos, aumentos representativos da mortalidade, quando o número de óbitos, nascimentos e casamentos oscila, o número de falecimentos superando as concepções, em alguns momentos da história de uma paróquia, de uma região, ou de um país.

Melhor ainda, quando for possível, será articular estas curvas com outras, de natureza econômica, por exemplo; além disso, examinar estas informações à luz dos acontecimentos, fatos sociais, eventos políticos, conflitos diversos, e assim por diante, de modo a se ter um amplo quadro de análise da sociedade da época.

Assim, para exemplificar, embora trate-se de uma população relativamente contemporânea estudada por meio de registros paroquiais, iremos observar alguns eventos demográficos num grupo étnico de origem imigrante em Curitiba. O gráfico que segue, composto de um 'inventário de curvas', coloca como uma das suas evidências uma sensível diferença das curvas 5 e 6 (relativas ao movimento decenal dos nascimentos e 'crescimento vegetativo' da comunidade) e o traço de número 7, que traduz o crescimento estimado da população.

**Figura 5** - Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba: inventário de curvas; 1866-1969.



Fontes: NADALIN, 1974: 186-95; 1978: 172, 374-84

Em primeiro lugar, tal cotejo de curvas permite verificar que o crescimento do grupo nessa conjuntura originou-se principalmente da entrada de novos elementos na paróquia, pois o traço que representa o crescimento estimado da comunidade é sensivelmente mais ascendente do que a linha do crescimento vegetativo (diferença entre nascimentos e óbitos). De forma mais específica, conjuntural, parece ter havido uma resposta demográfica à uma crise de natureza política e ideológica que caracterizou a história desta paróquia que estamos utilizando como exemplo. Com efeito, tratava-se de um grupo populacional de origem étnicamente germânica, que sofreu no período de entre-guerras, sobretudo a partir de 1935, as interferências nacionalistas contraditórias da sociedade emissora localizada na Europa e da sociedade receptora brasileira. O gráfico em questão mostra uma retração dos nascimentos, a partir da década de vinte até a década de quarenta, e que poderia refletir uma crise de valores teuto-brasileiros tradicionais e uma conseqüente manifestação de insegurança traduzida pela diminuição da natalidade (NADALIN, 1981:23).

Visualizado o movimento da população em algumas de suas linhas, passemos à exploração sumária das outras informações contidas nos registros paroquiais, começando pelos **casamentos**. Trata-se, fundamentalmente, de utilizar as séries de dados obtidas das atas de matrimônios como indicadores de determinadas relações sociais e padrões culturais. Trata-se, enfim, de fazer perguntas às cifras por meio de uma problematização apropriada. Contudo, o que segue não pretende ser mais do que alguns exemplos e ilustrações do que é possível fazer em matéria do tratamento e exploração dos dados obtidos das atas matrimoniais.

Voltemos inicialmente à nossa ata de um casamento que foi realizado há mais de duzentos anos, próximo da virada do século XVIII para o XIX. Em que medida aquelas bodas são exemplares, espelhando comportamentos sociais apropriados a um determinado 'sistema' demográfico colonial brasileiro? O

conteúdo daquele registro, geralmente passível de ser tratado inserindo-o em 'séries' de dados, poderá nos dar algumas indicações, principalmente assinalando as virtualidades dos registros de casamentos no que concerne aos comportamentos populacionais da sociedade tradicional brasileira.

Já fizemos algumas referências, inclusive evocando o testemunho de Saint-Hilaire, sobre a generalizada dificuldade das pessoas comuns em se casarem, naquela época. Também especulamos sobre o provável estatuto marginal ocupado pelas pessoas pobres e bastardas numa sociedade colonial extremamente ordenada e, no que se relaciona à legalização da união por intermédio do matrimônio, a possível indiferença das pessoas da época a certos comportamentos que denominaríamos grosso modo de 'ilegítimos'. É muito provável que havia uma estreita relação entre estes dois comportamentos, que se somam a outros fatores, como poderíamos depreender do seguinte trecho:

*A Igreja, pois, sendo a instituição oficial das prescrições morais, inequivocamente condenava toda atividade sexual fora do casamento. Resta saber se o grau, pelo qual suas prescrições influenciavam as atividades populares, foi alto.*

*As leis canônicas exigiam que os casos de adultério, fornicção e coabitação ilícita, suspeitos ou comprovados, fossem submetidos a tribunais eclesiásticos. Ora, num meio inculto e isolado, sem a presença desses tribunais, nem mesmo de ordens religiosas, com alguns poucos padres, tais normas pouco efeito produziam. Às atitudes ambivalentes e condescendentes do povo correspondiam-se iguais atitudes do clero local. Por sua vez, os controles sociais internos da comunidade contra qualquer comportamento sexual fora das normas canônicas era flexível e dúbio, além de reinar generalizada tolerância para com as uniões consensuais estáveis. (MARCÍLIO, 1986:208.)*

É preciso dizer mais? Talvez devamos sublinhar que, para as classes menos privilegiadas da sociedade colonial brasileira, não conhecemos nenhuma espécie de **charivari** que pudesse constituir instrumento de uma espécie de controle da sociedade a qualquer desvio da norma formal estabelecida, como acontecia com as comunidades camponesas européias aproximadamente na

mesma época. Por outro lado, é lógico que estes controles, se existiam, eram mais evidentes na elite. Nas camadas mais altas da sociedade colonial brasileira, as relações ilegítimas eram flagrantemente problemas de adultério. No alto da hierarquia social, o casamento para esta camada da população tinha uma importância fundamental relacionada aos direitos de sucessão, problema que evidentemente não atingia pessoas como Gregório e Anna Maria Gonçalves, habitantes no planalto de Curitiba. Pelo menos, em termos...

O que se constata é que este casal, como outros tantos na mesma condição social conseguiram somar recursos, superar os entraves administrativos e burocráticos, e se casaram! Como seria feliz o historiador que conseguisse, mesmo para uma pequena localidade do passado, distinguir estes dois tipos fundamentais de famílias coloniais, fundadas a partir de um casamento na Igreja ou com base numa união consensual. Desafortunadamente, as listas nominativas, que arrolavam domicílios, não nos informam a respeito. No mínimo, tal silêncio é sintomático.

Como seríamos felizes, igualmente, se conseguíssemos que Anna e Gregório nos respondessem a simples perguntas como, por exemplo, por que, sendo pobres e, talvez mesmo, muito pobres, sacrificaram-se para pagarem as custas do casamento se, como concluímos antes, a sociedade de modo geral dava pouca atenção para as uniões consensuais? Seria porque eram especialmente religiosos? Nesse sentido, é preciso cuidar para que não cometamos nós um pecado, o do 'anacronismo', pois, indo mais a fundo, seria muito difícil sustentar uma conotação entre religiosidade e 'legitimidade'.

É possível pensar, por outro lado, que a povoação onde viviam fosse suficientemente próxima da sede paroquial, para que sentissem os efeitos da pressão da Igreja com relação à obediência das disposições canônicas. Igualmente, se as famílias originais dos dois cônjuges vivessem pelo menos há algum tempo na região, teria sido muito mais fácil para que ultrapassassem os problemas administrativos ligados às exigências à realização de um casamento.

Naturalmente, algumas dessas questões poderão ter respostas aventadas pelo exame qualitativo da documentação paroquial. Uma observação anotada ao pé de uma ata pelo vigário, outra nota inserida no próprio conteúdo do registro, o termo de abertura do assentamentos de batismos dos filhos de um determinado casal, além de outras informações, constituem dados que se podem utilizar para que seja possível, com muita paciência, fechar, mesmo tênueamente, o quadro da reconstituição social de uma determinada população. Outras perguntas terão respostas inferidas a partir do tratamento estatístico e gráfico de cifras tabuladas em função de sua distribuição anual ou, mesmo, mensal ou semanal. No que concerne às especulações que fizemos a respeito de Gregório e Anna Maria, basta que procuremos conhecer um pouco mais sobre 'Nossa Senhora do Amparo', região provavelmente donde eram oriundos, para substanciarmos melhor as hipóteses.

Casaram-se em setembro, na primavera. É preciso, aliás, que se observe antes de mais nada que, entre 1.646 casamentos realizados na Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais em Curitiba no período 1751-1798, exatamente dez em cada cem ocorreram neste mês. Caso as pessoas não tivessem preferências, a distribuição dos casamentos seria relativamente homogênea durante cada ano do citado período, somados convenientemente seus quantitativos, para que não tivéssemos de enfrentar distribuições aleatórias devidas à observação de números estatisticamente pouco representativos. Não é o que ocorreu em Curitiba (CARDOSO & NADALIN, 1982:125-6) e, como comprovam centenas de 'monografias paroquiais' publicadas ou produzidas aqui no Brasil e em outros países, a distribuição 'sazonal' das núpcias constitui principalmente função cultural, econômica e social.

Hoje em dia, várias circunstâncias interferem no processo de determinação de uma data de casamento. Dois jovens comprometidos levarão em conta, por exemplo, as possibilidades de parentes e convidados poderem se locomover ou viajar para o local das festas e da cerimônia, e para isto escolherão

um fim de semana e uma **saison** de férias. Talvez no inverno, salvando as férias de janeiro e fevereiro! Embora, a nosso ver, casar em época mais quente possa ser mais agradável, por vários motivos. O que mais poderia haver? A tradição, que parece eleger alguns meses mais felizes para o casamento, como o mês de maio, mês das noivas, mês de Maria. O interessante é observar que, no passado mais distante, esta consagração do mês de maio a Maria poderia ser muito mais um motivo de recusa do que de eleição. Existem alguns meses, por outro lado, que definitivamente são escolhidos por excessão. Precisamos falar em Agosto, mês de desgosto?

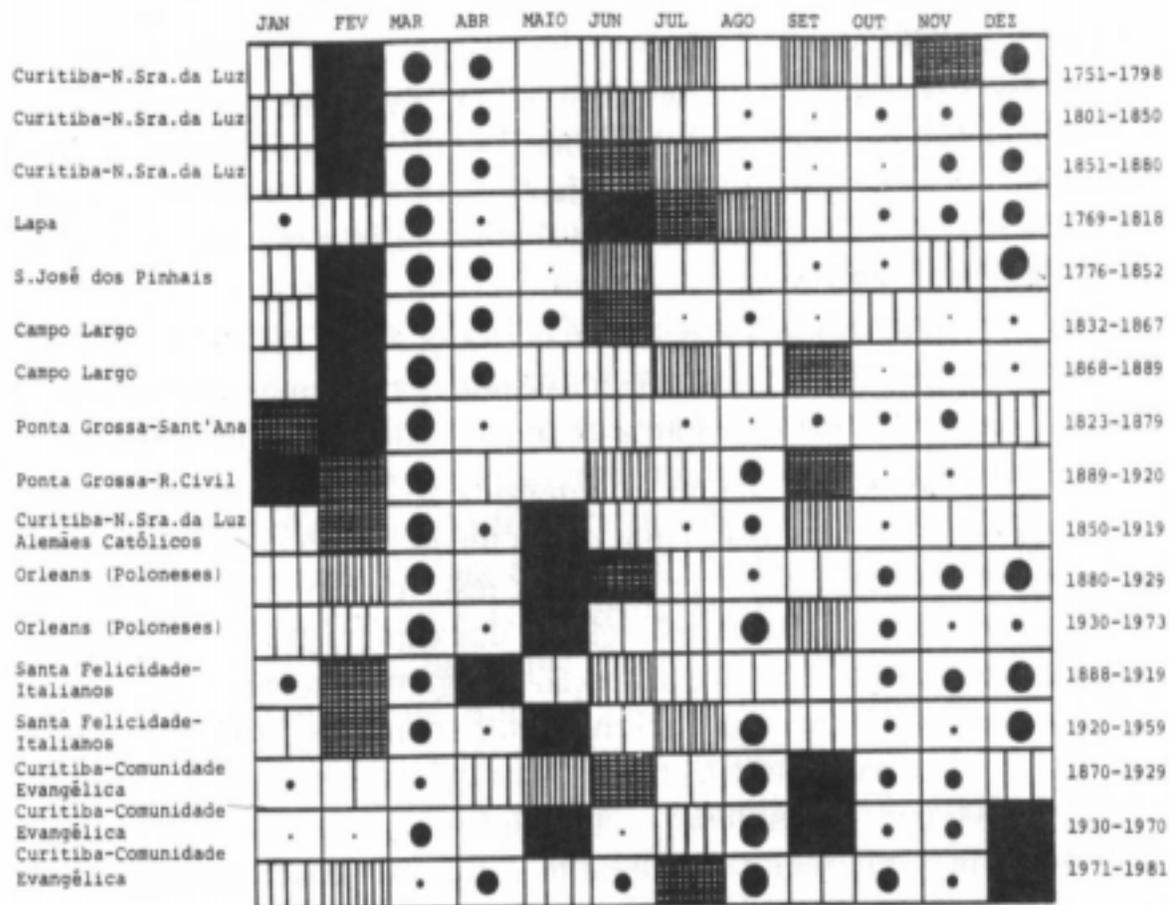
Para ontem, muito mais do que para hoje, o movimento sazonal dos casamentos constitui um rico indicador do cotidiano. A escolha do mês para a realização do rito nupcial reflete costumes, tradições e mitos, interdições e mentalidades religiosas, influências das atividades sociais e econômicas, 'urbanas' ou rurais, e que sofrem alterações na evolução das sociedades no tempo.

Retomando o artigo referenciado (CARDOSO & NADALIN), pretendemos dar algumas demonstrações do que estamos afirmando e, ao mesmo tempo, mostrar uma forma de tratamento deste tipo de dados.

Metodologicamente, o referido trabalho constitui uma síntese do estudo de nove paróquias, cujos dados foram distribuídos em dezenove períodos diferentes. Como conseguimos resolver o problema posto pela necessidade de uma visualização global das comunidades estudadas, no tempo? Apresentando uma construção ortogonal que procurou sempre destacar, **para cada caso**, as diferenças entre os meses de preferência para a realização do casamento e os meses mais evitados, sempre em relação à média de 100 por mês, número relativo que ocorreria caso os registros se distribuíssem uniformemente durante o ano.

O quadro-resumo dessa construção se apresenta da seguinte forma:

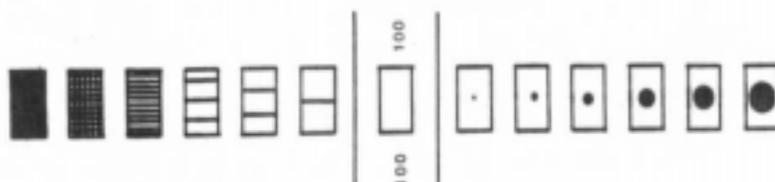
**Figura 6 - Paraná - movimento sazonal dos casamentos; séculos XVIII, XIX, XX.**



Legenda:

Meses preferidos

Meses evitados



O exame da imagem possibilita uma primeira constatação, para o amplo período de mais de duzentos anos examinado. As pessoas, de modo generalizado, evitavam casar-se em março e, em segundo lugar na recusa, em dezembro. Tal comportamento caracteriza, como tem sido demonstrado por todos os trabalhos realizados no Brasil ou no exterior, envolvendo populações católicas, influência quase sempre permanente do calendário religioso, segundo o qual a **quaresma** e o **advento** eram períodos a serem evitados, não propícios à celebração do casamento.

Ainda buscando identificar as retrações sazonais, o quadro-resumo mostra que, a partir de um determinado momento, e de modo generalizado, agosto apresenta progressiva recusa, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX, salientando-se o século atual. Entre várias hipóteses apresentadas, temos as que falam da concentração do trabalho agrícola de preparação da terra neste período, e a da influência possível dos imigrantes de origem camponesa. Preferimos destacar, porém, uma terceira, fundamentada na evolução das superstições e preconceitos populares que envolvem o oitavo mês do ano. Devemos chamar a atenção, nesse sentido, para o período posterior a 1920, quando se acentuam estas retrações, mormente em se tratando de populações que estão se urbanizando.

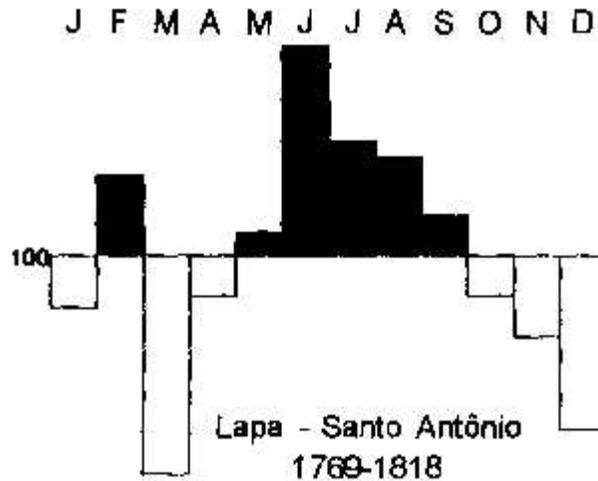
O quadro também autoriza constatar, mais discretamente porém, uma sistemática diminuição dos matrimônios nos meses de outubro e novembro, destacando-se levemente este último. Assim, o trimestre final do ano, no conjunto, é um período em que o número de casamentos apresenta-se sempre inferior à média. Como foi visto, dezembro explica-se pelo advento; para outubro e novembro, é possível levantar a questão do calendário agrícola, uma vez que nesse período ainda era feito o plantio de importantes produtos para a dieta alimentar da população, como o arroz, mandioca, feijão, etc.

Fazendo abstração de certas populações, o quadro-resumo revela duas fases distintas a nosso ver, caracterizadas pela maior concentração dos casamentos nos meses de maio a julho e pela recusa de agosto, além da diminuição da preferência por fevereiro, assinaladas a partir dos últimos decênios do século passado.

É possível estabelecer a hipótese de que as populações concernentes, na maioria de origem imigrante estrangeira, e incluídos os alemães do século XIX, ampliaram suas atividades agrícolas com vistas à demanda crescente do mercado urbano, que também se constitui no período. O final do século passado assinalaria, grosso modo, de acordo com as indicações do movimento sazonal de casamentos, a transformação de uma atividade agrícola fundamentalmente de subsistência para uma agricultura de mercado e, subrepticiamente, uma modificação nos hábitos de consumo, dependendo cada vez mais a sociedade rural das cidades em transformação. Este fato marcaria mais os ciclos agrícolas e os condicionamentos sociais resultantes nos períodos recentes. Portanto, ocorre maior concentração relativa dos casamentos no período de recesso agrícola, entre a colheita do primeiro semestre (maio/junho) e o reinício do plantio, com o preparo da terra em agosto. Sendo assim, é possível supor que as superstições deste mês sejam relativamente recentes, repetindo o que afirmávamos antes, configurando uma explicação urbana para a generalizada aversão à escolha deste mês para a união matrimonial. A influência cultural imigrante constituiria eventualmente o elo de ligação nesta dinâmica da passagem do mundo tradicional para a modernização.

Será necessário ainda salientar que a distribuição sazonal destes eventos muitas vezes reflete peculiaridades muito regionais, características e diferenciadas. Veja-se, por exemplo, o caso da Vila de 'Santo Antonio da Lapa', no Paraná, no final do XVIII, início do século XIX (CARDOSO & NADALIN:123).

**Figura 7** - Lapa, Paraná - movimento sazonal dos casamentos; séculos XVIII e XIX.



Além da observância dos tempos 'proibidos' da quaresma e do advento, destaca-se de imediato a intensidade dos casamentos realizados de maio a setembro, cerca de metade deles, com preferência destacada, no período mencionado, para o mês de junho. A concentração urbana e regional na Lapa nasceu de um ponto de pouso das tropas de muares que vinham do Rio Grande do Sul para o comércio na feira de Sorocaba em São Paulo. Com seus campos reunos e suas fazendas de invernagem e o grande número de tropeiros que fornecia, tornou-se no século XVIII e XIX o centro mais importante das atividades do tropeirismo no Paraná, quiçá do Brasil meridional. Os tropeiros lapeanos passavam os meses de primavera e verão em viagem, buscando as tropas no sul, e depois de curta estada nos campos paranaenses levavam os muares para Sorocaba, conforme os relatos, regressando à Lapa a partir de maio. A migração oscilatória dos tropeiros, definida por certos ritmos sazonais, evidentemente causava em alguns períodos do ano um significativo e momentâneo desequilíbrio na distribuição dos sexos. Durante o inverno a população masculina voltava para casa, era mais sedentária, e a ocasião favorecia duplamente o casamento. A concentração de junho coincide não só com esses fatores sazonais, mas

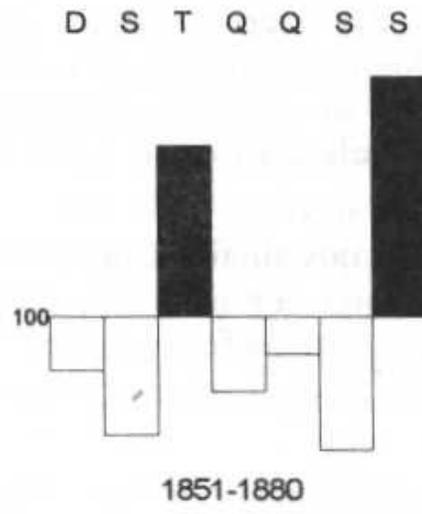
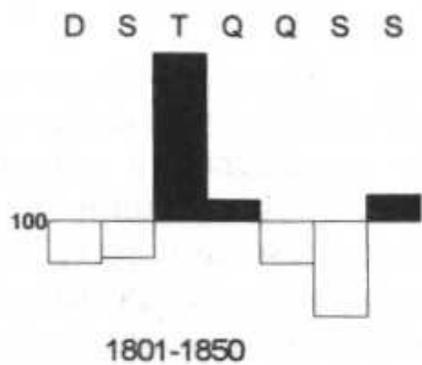
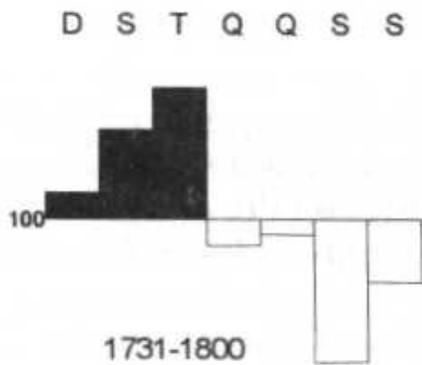
provavelmente também com as festas do padroeiro da cidade, realizadas neste mês.

Na verdade, além de questões técnicas e de tratamento, fizemos algumas tentativas de aduzir uma interpretação sumária da sazonalidade dos matrimônios, que evidentemente não foi exgotada. Outros problemas interessantes são colocados pelos dados, alguns tratados no artigo antes mencionado. Provavelmente, devemos ter deixado escapar algumas necessárias observações, o que poderia ser ainda mais evidente agregando-se novos dados, comunidades e períodos para serem estudadas. Aliás, à medida que muitas vezes é difícil encontrarmos fontes qualitativas ou 'literárias' para realizarmos a convergência em relação às indicações quantitativas, o aumento do conhecimento só será possível a partir de métodos comparativos, passíveis de permitirem outras inferências, e impossíveis de serem notadas na observação de casos isolados.

Voltemos novamente ao casamento de Gregório Gonçalves e Anna Maria Lima, deslocando um pouco nossa exploração, e tentando sondar mais uma vez o que os dados aparentemente escondem. Eles casaram-se no dia 9, do mês de setembro, do ano de 1772 Consultando um calendário perpétuo, vemos que o matrimônio foi realizado numa quarta-feira. Nossa primeira tendência foi escrever: dia da semana **escolhido** pelo casal para a realização do casamento; porém, temos sérias dúvidas se pessoas humildes como nossos dois atôres tinham muita possibilidade de 'escolha', ou, dito de outra forma, se de certa forma não havia certas determinações quanto à utilização dos dias da semana, principalmente para atos como o ritual do casamento.

De fato, as indicações que temos mostram uma preferência, ou determinação, tendendo à uma concentração nos primeiros dias da semana, começando pelo domingo, acumulando-se um pouco mais na segunda, e concentrando-se finalmente na terça-feira.

**Figura 8** - Curitiba, Paraná - distribuição semanal dos casamentos; séculos XVIII e XIX.



O tratamento técnico para a elaboração das tabelas e dos gráficos é muito semelhante à obtenção dos dados para a distribuição sazonal (FLEURY & HENRY, 1965:104.). Entretanto, interessa-nos aqui salientar as virtualidades da análise dos dados. Novamente recorreremos ao mesmo artigo. O ritmo semanal dos matrimônios caracteriza uma longa tradição de preferência pelas terças- -feiras, e também pela recusa das sextas-feiras, bem como uma mudança rápida de preferência de terça pelo sábado. De maneira geral, a figura apresentada acima fala por si. O que queremos salientar, entretanto, é a evidência de uma aparente abstinência a partir das quartas-feiras, uma aparente inexplicável concentração num dia da semana que não é nem sábado nem domingo; igualmente, a visualização das rupturas impostas pela passagem dos anos, denunciada no período 1851-1880, completada nos últimos anos do século passado.

Por que Gregório e Anna não se casaram no dia de semana preferido pela maioria das pessoas da sua época, na região curitibana? Por que não escolheram a terça-feira, quando a tradição popular mandava homenagear Santo Antonio, o 'santo casamenteiro'? Provavelmente porque, justamente neste ano de 1772, o dia 8 de setembro, dia de Nossa Senhora da Luz, padroeira de Curitiba, 'caíu' numa terça, e provavelmente o vigário não casou ninguém neste dia de feriado religioso. O que mostra, finalmente, que as estatísticas constituem um retrato amplo do concreto, mas que não atenderão jamais a uma visualização comportamental de toda a população, pois tendem a considerar fundamentalmente o centro da distribuição dos eventos. Assim, também Felizardo, filho mais velho do casal, ao se casar, definiu-se pela quinta-feira; no mês de julho!

Na perspectiva de tempos mais recentes, a escolha por um dia no meio da semana poderia causar estranheza, dado que tal fato implicaria em interrupção dos trabalhos executados no decorrer da semana. Mas isto não

poderia atrapalhar a vida econômica dos paroquianos, pois que suas atividades, numa economia de subsistência e de extração, autorizavam a interrupção do trabalho cotidiano para a celebração e, se fosse o caso, participação de festas como a do casamento.

A partir de um certo momento, cujos sinais são evidentes no período que termina em 1850, uma fração cada vez mais importante da sociedade curitibana adota um comportamento diferenciado, que se aprofunda mais no final do século. O sábado passa a ser escolhido para a celebração dos ritos nupciais.

Sem dúvida, esta dinâmica indica que, paulatinamente, uma parte representativa da população dedicava-se a atividades que determinavam um melhor aproveitamento da semana ou um aproveitamento mais 'racional' do tempo, sendo, portanto, conveniente a escolha do sábado para o casamento, contrariando a tradição de casar de preferência no meio da semana.

Neste processo de mudanças sociais mais complexas, o gráfico referente ao terceiro quartel do século XIX assinala, melhor do que os demais, as contradições inerentes às transições mais abruptas. Mostra a superposição de dois comportamentos; um, relacionado talvez a uma população mais urbana, mais dependente de uma economia já de transição (escolha do sábado); outro, que revela o peso das permanências, manifestadas pelos segmentos que continuavam a manter um gênero de vida 'tradicional', relativamente alheio às mudanças sócio-econômicas. É confirmado assim, por outra série de dados, a tendência histórica da urbanização já vislumbrada nas mudanças ocorridas na sazonalidade dos casamentos.

O registro do casamento do nosso casal indica que a cerimônia foi realizada pela tarde, sem maior precisão. Por que não à noite, como as elites brasileiras atuais, cujos comportamentos de pronto foram imitados pelas classes médias e até menos favorecidas de nossa sociedade? Ora, pois, imaginemos que

uma contagem da frequência dos matrimônios na época colonial mostraria uma concentração da realização dos ritos na parte da manhã. O que isto poderia significar? Cabe ao historiador da população e do social buscar as soluções, ou pelo menos possibilidades de respostas, hipóteses explicativas... Significaria também que, no caso específico dos Gonçalves, havia uma exceção entre outras, que também exigiriam explicações, desde que socialmente significativas.

Para a França do Antigo Regime, geralmente os noivos assinavam, quando tinham uma certa educação, a ata do casamento, o que permite interessantes análises a respeito da evolução da educação popular na história daquele país. Infelizmente, não é o caso dos registros coloniais brasileiros. Aqui, a única assinatura na ata era da testemunha, dado que evidentemente poderia ser aproveitado para certo tipo de estudos se não ocorrer o uso, como em Curitiba no século XVIII, da utilização sempre das mesmas pessoas para testemunhar o ato. Sem dúvida, resta-nos, a esse respeito, perguntar quem eram essas pessoas, e esta é uma investigação que ainda está para ser feita.

Sabemos igualmente que tanto Gregório e Anna Maria eram solteiros quando se casaram, ou seja, não eram viúvos (muito menos divorciados). Quando se trata de um caso como este, o vigário geralmente anotava no registro, inclusive nominando o cônjuge anterior falecido. O exame da frequência de novos casamentos no tempo - **recasamentos**, como se diz no jargão da demografia histórica - nos leva, no mínimo, a avaliar a importância da manutenção do estatuto de casado numa determinada população. Estas análises são permitidas principalmente ao se cruzar os dados da nupcialidade com os da mortalidade, por exemplo; ou, a partir da reconstituição de famílias, da influência do número de filhos na decisão do homem ou da mulher de casarem novamente. Ainda, da relação entre a idade do noivo ou/e da noiva e a probabilidade do recasamento.

Tudo indica que um viúvo tinha maior ou menor possibilidade de se casar de novo, principalmente se a mulher fosse mais jovem, solteira, e ele tivesse muitos filhos, se o **mercado matrimonial** estivesse a seu favor, ou seja, se não tivesse a concorrência de homens solteiros de seu nível social. Teoricamente, também, uma proporção maior ou menor de homens e mulheres nunca se casou, por opção, vocação ou por falta de companheiro ou companheira. Quando o casamento constitui um indicador importante da legitimidade em um grupo - não é o caso do Brasil, como vimos -, o tratamento dos registros de sepultamento em função do estado civil e da idade do falecido ou falecida permite distinguir a frequência do **celibato definitivo** que, por definição, é constituído por todas aquelas pessoas que, tendo atingido os cinquenta anos de idade ao falecerem, eram solteiros.

Essa questão do mercado matrimonial é socialmente importante, pois interfere também no 'raio matrimonial', espaço teórico possível de se determinar, estudando os locais de residência dos noivos, espaço esse onde os casais teoricamente se conheceram, se encontravam e marcaram o casamento. Em outros termos, existe uma relação direta entre a quantidade de cônjuges disponíveis para o casamento e o tamanho do raio matrimonial. Relacionado à questão está a estrutura dos sexos da população, o uso e tamanho do dote feminino, as pré-condições masculinas para o casamento, e assim por diante.

Evidentemente, a problemática do mercado matrimonial também interferia na idade em que os jovens se casavam. Sabemos, por exemplo, que Gregório tinha 21 anos quando uniu sua vida a de Anna Maria; esta era um pouco mais nova do que seu marido, pois praticamente havia completado seu vigésimo aniversário quando se casou. A dúvida que deve aflorar na cabeça do leitor, pensamos, concerneria à possibilidade de se obter essa informação, dado o tradicional laconismo dos registros de casamento a respeito. Pois, ao articularmos

convenientemente os dados sobre o casamento com os de batismos e de óbitos, família após família, e fazendo convergir as informações passadas pelas listas nominativas de habitantes, teremos condições de completar esses dados, para uma fração substantiva da população. Isto faz parte das virtualidades da reconstituição de famílias.

O que significava casar nesta época, com esta idade? Constatamos, de início, que o casal enquadrava-se relativamente na média do comportamento dos noivos curitibanos, no final do século XVIII, 26.8 anos para os rapazes, 21.2 para as moças (BURMESTER, 1981:140 e 148). Esta média não era muito diferente em outras regiões do Brasil. Importa salientar, entretanto, que entre aquela época e a atualidade brasileira, as cifras pouco mudaram. Não obstante, sabemos que a sociedade não é a mesma, e a prova estatística disto é que, naquela época, tais médias, no que se refere às mulheres, eram determinadas por um significativo número de casamentos de adolescentes. Assim, isto é uma coincidência, da qual o historiador deve tirar partido, e não se deixar enganar por ela. Tanto hoje como ontem, o casamento não constitui simplesmente uma resposta à uma necessidade de acasalamento determinada pela parte biológica que nos iguala aos outros seres vivos. A união entre um homem e uma mulher é regulada, a sexualidade muitas vezes reprimida e sublimada, experimentando os homens em algumas épocas e algumas culturas a espera de mais ou menos dez anos desde que ingressaram na adolescência até lhes ser permitido legítimas núpcias com uma mulher. De fato, a união sexual entre o homem e a mulher constitui antes de mais nada um ato cultural; da mesma forma, o seu resultado, a perpetuação da espécie, tanto demográfica quanto socialmente..

Se compararmos a média curitibana com a média geralmente calculada para a Europa Ocidental tradicional, praticamente na mesma época, verificamos que nossa idade era baixa. Os europeus, principalmente de origem

camponesa, costumavam casar-se tarde, mulheres com 25 a 26 anos, ou mesmo mais; os homens, com 27 a 28 anos, médias que podiam entretanto variar no tempo e de lugar para lugar.

Nestas regiões, para esta época, o casamento **legítimo** constituía realmente a chave para o entendimento de um **sistema demográfico**, extremamente original e impropriamente chamado de 'ocidental'. Funcionava, mais ou menos, da seguinte forma:

*Nas sociedades pré-industriais, o coeficiente de natalidade se mostrava mais estável do que o de mortalidade. Entretanto, pelo menos na Europa pré-industrial, o nível do coeficiente de natalidade era indiretamente afetado pelo coeficiente de mortalidade, em virtude da influência direta deste último sobre a idade para o casamento. Em grande parte da Europa, o casamento se achava ligado à herança. Na medida em que o matrimônio não pudesse ser contratado senão depois que o casal adquirisse bens de raiz, o enlace, freqüentemente, precisava esperar a morte do pai do noivo. Depois de um período em que o coeficiente de mortalidade houvesse sido anormalmente elevado, uma percentagem maior de homens herdava bens de raiz e a idade média da herança baixava. O casamento de maior quantidade de homens e o declínio da idade para o casamento redundavam num nível relativamente alto de fertilidade (leia-se, fecundidade). Por outro lado, no decurso de períodos em que o coeficiente de mortalidade fôsse baixo, menor número de homens herdava bens e os que tinham a possibilidade de herdá-los só os herdavam numa idade mais avançada. Em consequência disso, o casamento era menos freqüente e mais tardio e a fertilidade (fecundidade) declinava. (HEER, 1972:26.)*

Estamos, naturalmente, nos referindo aos camponeses, homens comuns que, na Europa tradicional, eram fortemente constrangidos pelo problema da terra. Esse era um problema que não se colocava no Brasil colônia. A agricultura fundamentava-se na subsistência, explorada num sistema de 'posse'.

Havia sempre a possibilidade, mais adiante, de garantir a alimentação da família, ao se cansar a terra, ou a possibilidade do sustento de uma nova família que se formava com a união de um novo casal. Mais do que na Europa, nossas populações tradicionais eram fundamentalmente móveis. Tal fato explicaria a baixa idade dos casamentos, cuja média esconde uma distribuição de idades fortemente caracterizada pela união ('legal' ou não) entre adolescentes. Da mesma forma, e mais tarde falaremos disto com mais detalhes, não há evidências de 'crises de mortalidade' no passado brasileiro.

Por outro lado, existem evidências que a elite casava-se tardiamente, o que poderia significar que as camadas mais privilegiadas da população, estas sim, estariam constrangidas pela questão da propriedade da terra. Tal signo já foi mencionado, quando observamos que, entre a elite colonial brasileira, teria sido pouco significativo o número de uniões consensuais, indicador provável da relação entre o casamento e a transmissão do patrimônio.

Das uniões entre homens e mulheres chegamos aos **nascimentos**, recuperados com os registros de Batismos. Como deixamos claro anteriormente, era o Batismo que conferia a um determinado indivíduo seu certificado legal de existência, uma vez que, antes da República, não existia o registro civil no Brasil.

Quando tratamos da produção e dos limites das estatísticas populacionais do passado, fizemos referência à uma possível representatividade dos Batismos em relação à totalidade dos nascimentos. Conseqüentemente, o historiador será levado a agir como se a totalidade dos Batismos traduza com certa fidelidade a natalidade em uma paróquia, num determinado momento de sua história. Porém, a dificuldade maior não está aí. Como veremos, a determinação da idade da criança é fundamental para os estudos mais 'finos' de fecundidade e, em vista disto, é necessário estabelecer uma hipótese básica relacionada à idade

com que as crianças eram batizadas. Tudo isto porque, em geral, os registros paroquiais do passado omitiam essa informação. Além disto, somos pressionados pela natureza da nossa pesquisa a não estabelecer a hipótese de uma diferença de idade muito grande entre o nascimento e o Batismo. Guardadas as possíveis diferenças entre o planalto curitibano e a região do litoral paulista onde localizava-se a paróquia de Ubatuba, mais ao norte, é possível que também em Curitiba a média de tempo entre o nascimento e o batismo fosse relativamente próxima do nascimento, talvez até próxima dos vinte dias, com uma distribuição concentrada um pouco antes (MARCÍLIO, 1986:202). Reforça nossa hipótese o fato de que para a paróquia do Rio Grande, bem ao sul do país, no século XVIII, início do XIX, 83% dos batismos realizavam-se antes do primeiro mês de vida da criança (QUEIROZ, 1992:163).

De qualquer forma, também acreditamos, principalmente em função do risco de vida do recém-nascido e da função "terapêutica" tida pelo Batismo no imaginário da sociedade colonial, que tanto os pais, como a Igreja, tinham todo o interesse em batizar a criança logo após o nascimento. Naturalmente, desde que isso fosse possível.

Um tipo de análise usual, nesta exploração preliminar dos registros paroquiais consiste no estudo da distribuição dos nascimentos durante o ano, visando verificar como se comportavam os casais no que tocava à sazonalidade das concepções. Técnica, o problema é fácil de se resolver, se tivermos a data de nascimento: basta retroagir os nascimentos em nove meses. Mas, e se tivermos somente os batismos?

Examinemos o exemplo da família Gonçalves. Consideremos a hipótese de que todos os filhos de Gregório e Anna Maria foram batizados até um mês depois de terem nascido. Não vemos problemas em formulá-la para este determinado casal, mas ela torna-se complicada de ser sustentada para uma

sociedade cuja população vivia espalhada num território imenso, e cujos componentes viviam de forma variada distantes da sede da paróquia. O exame da sazonalidade mostra que alguns filhos foram concebidos no verão, outros no outono, e outros ainda no inverno. No conjunto, parece não ter havido nenhum constrangimento moral ou religioso ao casal no que toca às suas relações de amor durante o ano, nem mesmo ao período normalmente de jejum e penitência do Advento e da Quaresma.

É óbvio que, para o historiador do social, interessa examinar o comportamento de toda uma população e, para isto, deverá arranjar convenientemente os dados, distribuindo os batismos/nascimentos sazonalmente durante um certo número de anos, de modo que tenhamos um número suficiente de observações. Dever-se-á operar dessa forma para evitar ao máximo as flutuações aleatórias, de modo a objetivar melhor as análises. Além das necessárias curvas a serem traçadas a partir da contabilidade anual e mensal dos batismos/nascimentos, as informações contidas nas atas e nos livros concernentes são extremamente ricas, principalmente se as tratarmos de modo conveniente e com cuidado.

Referimo-nos antes que Gregório e Anna Maria tiveram dez filhos, legítimos, mas assim mesmo, 'bastardos'. Foram, inclusive, registrados no mesmo livro onde assentaram-se os batismos das crianças ilegítimas, 'expostas', e de filhos de escravos. De maneira geral, os registros deixam entender ao leitor a condição jurídica e social da criança. Entretanto, vale repetir, muitas vezes é necessário inferir sobre a condição de legitimidade, conforme o padrão do registro. Principalmente, dever-se-á levar em conta sempre o significado da legitimidade e da ilegitimidade na época; e sobretudo, deverão ser bem estudadas, previamente, as condições locais da 'bastardia', para evitar confundí-la com a ilegitimidade e os filhos de escravos. Resolvida essa questão, o pesquisador estará apto para tratar e explorar os dados concernentes à ilegitimidade, basicamente relacionando suas diferentes formas (ilegítimo **estrito**

**senso**, de paternidade desconhecida; ilegítimo **lato senso**, oriundo de uniões consensuais; agregação dos expostos, se for estabelecida a hipótese de que sejam também crianças ilegítimas) com a totalidade dos nascimentos (legítimos, ilegítimos, expostos).

A tabela a seguir foi obtida tendo como base o tratamento diferenciado das crianças cujos batismos foram registrados (1) sem o conhecimento do nome dos pais e (2) como expostos ou enjeitados:

**tabela 1** Paróquia Nossa Senhora da Luz, Curitiba, Paraná;  
Frequência de batismos de crianças ilegítimas e expostas,  
(população livre) 1751 - 1880.

DÉCADAS	TOTAL	ILEGÍTIMOS		EXPOSTOS		ILEG + EXPS.	
		N. A.**	%	N. A.**	%	N. A. **	%
1751-1760	1297	129	10.0	44	3.4	173	13.4
1761-1770	1158	119	10.3	71	6.1	190	16.4
1771-1780	1222	139	11.9	112	9.2	251	21.1
1781-1790	1849	294	15.9	184	10.0	478	25.9
1791-1800	2388	399	16.7	319	13.4	718	30.1
1801-1810	2869	499	17.4	296	10.3	795	27.7
1811-1820	2649	566	21.4	234	8.8	800	30.2
1821-1830	3784	785	20.7	207	5.5	992	26.2
1831-1840	3880	992	25.6	111	2.9	1103	28.5
1751-1760	1297	129	10.0	44	3.4	173	13.4
1851-1860	5996	1352	22.6	*	*	1352	22.6
1861-1870	6067	1462	24.1	*	*	1462	24.1
1871-1880	5489	1133	20.7	*	*	1133	20.7
<b>TOTAL</b>	<b>43015</b>	<b>8920</b>	<b>20.7</b>	<b>1645</b>	<b>3.8</b>	<b>10565</b>	<b>24.5</b>

\* Registraram-se apenas 5 casos de crianças "expostas", durante todo o período 1851-1880.

\*\* N.A. = Números absolutos.

Fontes: BURMESTER, 1974:78-9; KUBO, 1974:74-5; MIRANDA, 1978:142-3.

É fácil constatar a evolução, do século XVIII para o XIX, da freqüência dos nascimentos 'ilegítimos'. Estimula-nos as evidências de que as tendências mostradas pelas tabelas refletem o mesmo caminho seguido pela ilegitimidade na Europa Ocidental. Porém, a evolução das cifras relativas às crianças abandonadas, mostrada na tabela anterior, indica que devemos tomar muito cuidado ao anexar esta categoria ao conjunto de crianças ilegítimas.

Com efeito, esta decisão está fundamentada em uma tese antiga; esta sustenta-se na hipótese de que a maioria das crianças livres abandonadas eram ilegítimas. O exame da tabela 1 evidencia, entretanto, a dificuldade de se manter esta suposição, pelo menos no longo prazo. A partir do século XIX, é verificada uma diminuição das crianças enjeitadas, principalmente ao confrontarmos as percentagens com a totalidade dos ilegítimos. Estes continuam proporcionalmente a aumentar em Curitiba, e de maneira significativa. Daí a necessidade de revisão crítica da aludida 'tese', em confronto com uma análise da evolução da estrutura do casamento e da história das uniões consensuais.

As atas de batismo possuem ainda uma outra riqueza, praticamente inexplorada, constituída pelas imensas séries de nomes que uma vez deram identidade às pessoas; nomes inventados, nomes compostos, sonoros, extraídos de inspirações e motivações as mais diversas, como nas Santas Escrituras, no santo padroeiro, nos santos do dia. Isto, durante dezenas de anos, e até séculos...

O historiador tem a curiosidade estimulada para o estoque dos prenomes disponíveis e utilizados com mais freqüência pela sociedade da época e, é óbvio, para as mudanças nas freqüências calculadas. Começamos por examinar os prenomes de batismo da nossa família-exemplo: Gregório, Anna+Maria, Felizberto (e sua mulher Joanna), Bento, Maria (e seu marido Policarpo), João, Rosa, mais uma Maria, Izabel, Felizardo e Anna. Em seguida,

relacionemo-os com os quase quatro mil batismos de meninos e perto de outro tanto de meninas, realizados na Igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais em Curitiba, na segunda metade do século XVIII. São nomes que compõem um estoque de quase uma centena de prenomes de meninos e quase igual número para as meninas, durante os cinqüenta anos considerados. Entre estes, os nomes de Gregório, Anna, Maria, os nomes dos dez filhos do casal, do genro e da nora.

O que foi verificado, apesar de toda esta amplitude e de toda esta disponibilidade, é que a mencionada população tinha certas preferências bem marcadas. Com efeito, os pais das crianças concentravam suas escolhas numa lista bastante reduzida de nomes. Para cada cem batismos de garotos, setenta evidenciam uma escolha reduzida Pela ordem, Manoel, Francisco, José, Antonio, João, Joaquim, Salvador, Bento, Miguel e Inácio. Por esta listagem e pelas suas percentagens, depreendemos que a metade dos homens que nasceram em Curitiba por esta época chamavam-se Manoel, Francisco, José ou Antonio.

Da mesma forma 60% das escolhas dos pais das meninas recaía sobre uma listagem tal qual Maria, Anna, Francisca, Izabel, Gertrudes, Rosa, Quitéria, Joanna, Antonia e Joaquina. Entretanto, a escolha era mais reduzida, pois para cada dez mulheres nascidas na Vila e seu domínio, certamente quatro atendiam pelo nome de Maria ou Anna (BURMESTER, 1974:79 e segs.).

A própria família Gonçalves, comum como era, não conseguiu fugir ao peso dessas influências e dessas tradições. Os nomes Bento, João, Anna, Maria, Joanna, Rosa e Izabel encontram-se no rol dos nomes mais freqüentes; restam de fora Felizberto, Felizardo, Policarpo e o próprio Gregório, nomes mais originais.

Reconhecemos que se trata de simples constatações. Um melhor uso desse tipo de informação, naturalmente abstraindo-se o individual onde se insere a história da família em apreço, deverá ser trabalhado pelo pesquisador. A partir

de uma problemática construída tendo como pano de fundo a sociedade colonial, interessa ao historiador, entre outras coisas, divisar comportamentos coletivos, inferir atitudes, que poderiam traduzir traços do imaginário da sociedade brasileira tradicional, dos séculos XVIII e XIX.

Finalmente, estimula a nossa imaginação a existência de duas Marias entre os filhos dos Gonçalves. Caso a segunda tivesse nascido logo após a primeira, e esta falecido, a explicação seria clara. Costumava-se na cristandade européia e, por extensão também, na sociedade luso-brasileira colonial, repetir nomes de filhos falecidos, conforme exemplos existentes (BURMESTER, 1981: 91-6; MARCÍLIO, 1986:204).

Porém, não é o caso, e sabemos disto. É provável que um segundo nome compunha uma combinação com Maria, fato que nem sempre o pároco considerava no registro de batismo. No caso em pauta, se esta hipótese estiver correta, parece que nem o recenseador ou o elaborador das listas de 1792 e 1797 levaram em consideração um segundo prenome para uma ou para as duas Marias. Enfim, quem sabe?

Ampliando sua observação, e detendo-se agora nas frequências obtidas, geralmente dispostas em determinados períodos (dez em dez anos, ou mais), o investigador estudará as mudanças nas mesmas, tentando conformá-las ao quadro social e comportamental da população analisada. Entretanto, uma exploração mais 'demográfica' dos registros de batismos, referente à natalidade, só poderá ser realizada articulando-se o número de nascidos em cada ano com a população média arrolada para o mesmo ano, com base nos levantamentos censitários.

Este tipo de procedimento permite a obtenção de taxas de natalidade que constitui, de certa forma, estatística relativamente grosseira de um dos componentes da dinâmica demográfica. Primeiro, pela própria qualidade dos

dados, mas principalmente porque, ao procedermos desta forma, estaremos colocando na relação a **população total**, que inclui indivíduos em idade não reprodutiva isto é, crianças e velhos. Assim, por exemplo, a taxa de natalidade calculada para Curitiba no período 1776-1800 - 50 nascimentos por mil habitantes ao ano (BURMESTER, 1974:62) -está próxima do limite 'natural' da fecundidade humana. É provável que esta taxa traduza um problema de 'denominador' na relação nascimentos/população média.

Um índice talvez um pouco melhor, mas somente válido para longos percursos de tempo, poderia ser obtido da relação entre nascimentos em um determinado tempo e os casamentos realizados neste mesmo período. Porém, tal abordagem choca-se com o simples fato de que um número importante de nascimentos no Brasil tradicional resultava de uniões consensuais, que escapariam ao 'denominador' de nossa fórmula. O estudo mais apropriado da fecundidade só poderá ser realizado a partir da reconstituição de famílias, agregadas de forma que se possa relacionar o número de crianças e o número de mães em idade reprodutiva (da puberdade a menopausa).

Falta-nos, para concluir esta parte referente à exploração e tratamento dos registros paroquiais, algumas palavras com vistas aos registros de sepultamentos e aos **óbitos**. Infelizmente, não foi possível seguir muito longe na nossa pesquisa, de modo a poder recuperar os registros dos diversos falecimentos que atingiram o casal Gregório e Anna Maria e seus filhos. Como já ficou evidente, pelo menos no que toca à mortalidade, esta família foi feliz durante os primeiros vinte e cinco anos do ciclo matrimonial. Nenhum óbito foi registrado, o que se confirma pelas listas nominativas de 1792 e 1797. Entretanto, não era o que acontecia normalmente com a grande maioria da população, livre e escrava. Sem dúvida, a natalidade era alta em Curitiba, correspondendo de certa forma a

uma alta mortalidade, comum nas populações tradicionais, geralmente com índices um pouco mais, um pouco menos, inferiores às taxas de nascimentos. Tal diferença permitia, em tese, visualizar um **crescimento vegetativo** da população, sem contar a imigração. Na Europa, essa alta mortalidade era agravada pelos constantes 'picos' de crises demográficas, que praticamente ceifavam os saldos positivos na dinâmica populacional, comprometendo o seu crescimento.

No que concerne ao Brasil, parece que nesse aspecto das crises de mortalidade, pelo menos, a situação não era tão difícil. As curvas que conhecemos sobre o movimento dos óbitos no passado, com exceção naturalmente de pulsações resultantes de epidemias periódicas que assolavam algumas regiões brasileiras, não assinalam o que se caracteriza tecnicamente como situações de crise.

Apesar da má qualidade generalizada das fontes para o estudo da mortalidade, é possível empreender tentativas de avaliações que permitam, pelo menos, conclusões provisórias para o problema. Tomemos, por exemplo, o estudo realizado por Ana Maria Burmester sobre a região de Curitiba na época em que aqui viveram os Gonçalves. A autora relaciona de maneira conveniente a totalidade dos óbitos de crianças falecidas antes de completar o primeiro aniversário com os correspondentes nascimentos totais ocorridos em cada ano do período 1785-1798. Fazendo com muito cuidado ajustes e correções, estima que a mortalidade infantil na região expressava-se por duas marcas possíveis. Em outros termos, avalia que, no final do século XVIII, para cada mil nascidos morriam de 190 a 214 crianças, antes de completarem seu primeiro ano de idade.

Trata-se de uma situação um pouco pior do que as taxas de mortalidade infantil calculadas para a Europa tradicional em épocas benignas - em torno de 140 por mil -, mas evidentemente melhor do que a margem mais normal

de mortalidade infantil assentada entre 180 e 260 por mil nascimentos. Posição muito melhor ainda, se considerarmos que nas épocas de crises a mortalidade infantil na Europa podia atingir 300, ou números próximos dos 400 por mil crianças dadas à luz.

A mortalidade infantil, sem entrarmos no mérito da qualidade dos registros e das dificuldades para se estimá-la, constitui um excelente índice de uma situação social, tanto hoje como ontem. Entretanto, se nos dias atuais as diversidades entre as taxas de mortalidade infantil e as condições de saúde dos países pobres e industrializados - ou mesmo, as diferenças regionais e/ou de renda evidentes e contrastantes nos países subdesenvolvidos - caracterizam desníveis e diferenças 'ímorais', no passado a situação era menos heterogênea. Além disso, por mais que queiramos, por que isto nos é atraente, fazer analogia entre a alta mortalidade que marca as regiões pobres do planeta na atualidade e a mortalidade do passado, aquelas eram muito mais significativas do que estas, evidenciando uma das principais rupturas entre as sociedades do passado e contemporâneas.

De outra forma, tal afirmação pode ser sentida por meio da 'esperança de vida ao nascer', outro índice correntemente utilizado na demografia. Conjugando adequadamente registros paroquiais de sepultamento e levantamentos censitários, e fazendo ajustes e correções permitidas pelas técnicas demográficas, temos algumas estimativas de mortalidade adulta para Curitiba. Esta técnica foi confrontada com outra, baseada na reconstituição de família, permitindo concluir que as pessoas que nascessem no Planalto curitibano, por volta do final do século XVIII, tinham, se fossem otimistas, uma expectativa de viver em torno de 40 anos; se, do contrário, fossem pessimistas, a expectativa seria de 30 anos (BURMESTER:197 e segs.). Evidentemente, Gregório e Anna

Maria burlaram esta margem, e em 1798 já contabilizavam uma sobrevida de alguns anos.

Voltemos aos registros paroquiais e às suas virtualidades. No que diz respeito aos óbitos, o pesquisador poderá, utilizando as mesmas técnicas antes referidas, também repartí-los mensalmente, com o objetivo de verificar o comportamento mensal da mortalidade e, mesmo, da **morbidade**. Entretanto, não tem sentido agregarmos todos os falecidos nestes estudos, uma vez que o ritmo sazonal dos óbitos é, ontem como hoje, função da idade. De fato, a mortalidade infantil e mesmo juvenil é, no geral, relativamente maior no verão do que no inverno. Corresponde, principalmente nas sociedades tradicionais européias, à época em que as mulheres estavam atarefadas no campo. A saúde das crianças amamentadas sofria então uma dupla ameaça, pela alteração do leite da mãe em função de longas jornadas de trabalho ao sol, ou pela diminuição da vigilância, inclusive em relação às crianças mais velhas. Aumentavam pois os riscos de acidentes, de infecções, de abusos na ingestão de frutos muito verdes ou muito maduros, resultando em problemas gastro-intestinais. Ora, sabemos que este ainda é um dos grandes fatores da mortalidade infantil nos países pobres, principalmente tropicais, e isto não deveria ser diferente nem na Curitiba do século XVIII, nem do XIX, e mesmo do século atual.

Concluimos esta seção com duas palavras. Em primeiro lugar, queremos repetir e sublinhar o caráter exemplar do que aqui foi abordado - é óbvio que tal ressalva valerá também para o item que segue, concernente às listas nominativas de habitantes. Em segundo, chamar novamente a atenção para a fragilidade das informações relacionadas à mortalidade e à morbidade no passado. De fato, tentamos traçar algumas possibilidades de análise dos registros de óbitos. Pretendemos, principalmente, fornecer algumas pistas para o historiador utilizar o conteúdo das atas de sepultamento. Finalmente, também

mostrar como era 'alta' a mortalidade do passado brasileiro, considerando a hipótese de uma relativa homogeneidade do fenômeno na época colonial. Parece que temos que nos satisfazer com isso, por enquanto. Mais ainda, temos de nos contentar com 'estimativas' que se situam numa margem de índices que, aplicada ao mundo contemporâneo, denunciaria enormes diferenças de nível de vida. Por certo não se trata de levar muito longe uma comparação do presente com o passado 'tradicional'. Entretanto, habituamo-nos tanto a trabalhar com taxas e probabilidades de morte problemáticas, que tendemos a homogenizar os tempos pretéritos em altas cifras de mortalidade (e natalidade).

Temos assim uma idéia do passado, que é reforçada por modelos geralmente aceitos que traçam uma história linear onde necessariamente a mortalidade "tradicional" era significativamente mais alta do que na atualidade. Contudo, temos indicações de que a população curitibana neste período de transição coberto pelo século XIX parecia ser relativamente feliz no que tange a estes aspectos, talvez em função do 'clima' curitibano. Conseqüentemente, cremos que nada ainda está definido em relação aos comportamentos demográficos do passado. Dêle, temos somente imagens, e estas são muitas vêzes opacas!

### *2.2.2 - A exploração das listas nominativas de habitantes.*

Vejam agora o tratamento 'transversal' das informações demográficas retrospectivas, chamando a atenção para o fato de que ainda estamos nos referindo à exploração sumária dos dados de população. O leitor, cremos, já está devidamente informado sobre o conteúdo dos censos antigos no Brasil, suas abrangências, defeitos e inclusive virtualidades. Nosso propósito é mostrar o uso que tem sido feito destes levantamentos censitários, sem nenhuma pretensão de fazer aquilo que na academia é chamado de 'estado das artes'.

No nosso entender, afora a utilização das informações cifradas a partir das listas para cruzamento com dados obtidos de registros paroquiais, a grande potencialidade das séries estabelecidas com base nesta documentação tem sido os instantâneos obtidos da família e principalmente dos grupos domésticos do passado colonial. Isto, sem mencionar o veio aberto por alguns historiadores no sentido de estudar a estrutura de posse da escravaria, os plantéis de escravos, e assim por diante.

Instantâneos como esses, em momentos diferentes no tempo, admitiram novas interpretações a respeito do tradicional modelo patriarcal da família brasileira, generalizado na historiografia até a década de 1970. Estudos quantitativos, seguindo a metodologia de Laslett (1972), levantaram a discussão a respeito da tese do predomínio da família extensa no Brasil colônia. Seguindo a receita indicada por esta metodologia, tudo indica realmente que, ao contrário do que se pensava, a família complexa deveria se reduzir a uma parcela menor da sociedade brasileira tradicional, talvez relacionada à elite.

Entretanto, não deveremos nos contentar com esses resultados, sem dúvida ainda preliminares. Primeiramente, porque nem sempre é conveniente traduzir diretamente grupo doméstico como família. Não é possível identificar a

partir do tratamento e análise das listas nominativas, a importante questão dos laços de parentesco. Cumpre lembrar que a ênfase da metodologia de Laslett está centrada na estrutura da família e do grupo doméstico, e que o estudo das relações de parentesco aí não é contemplado. E, em segundo lugar, estudos recentes têm mostrado que há uma relação entre a estrutura da família, sua complexidade e extensão, com a história do ciclo de vida da família (ANDERSON, 1984:28-9). É por isso que nós temos de aproveitar o vasto material documental existente para algumas regiões brasileiras do passado e realizar estudos mais detalhados, tentando inclusive seguir as famílias no tempo, de forma a estudar a própria consistência da documentação.

Um assunto realmente 'quente' e instigante na atualidade historiográfica está relacionado às teses e estudos mais recentes que dizem respeito à existência, também no Brasil, de famílias escravas. Da mesma forma, a possível relação desse fenômeno com a constituição de famílias entre os 'forros' e a relação entre libertos e escravos, na perspectiva da história da família. Tais questões naturalmente não têm a ver sómente com a exploração das listas nominativas de habitantes, visto que a complexidade do problema exige a convergência de outras fontes, inclusive registros paroquiais. Também tem sido muito polêmica a representatividade dos dados sobre a família escrava, o que, entretanto, não diminui a importância das questões e discussões a propósito. Enfim, apesar das críticas feitas à abordagem demográfica para o estudo da história da família, é fora de dúvida que a atual importância desta na historiografia prende-se às contribuições da demografia. Entretanto, estamos de acordo com a premissa de que será necessário multiplicar as abordagens para estes estudos, com vistas à estabelecer uma correta relação entre a família e a história social.

### 2.2.3 - *A reconstituição de famílias.*

Creemos não ser demasiado repetir que a principal originalidade das análises em demografia histórica não está propriamente no seu objeto, as populações do passado. Sim, na necessidade que ela apresenta de elaborar seus próprios dados, de construir suas séries estatísticas.

As técnicas para extrair da documentação histórica as enumerações, ou seja, as informações transformadas em algarismos com os quais são construídos seus dados de base e, posteriormente, preparadas as tabulações e quadros, compreendem principalmente a utilização de fichas especiais. Estas são destinadas a apresentar, de modo ordenado, as anotações constantes das atas do registro religioso ou civil.

Considerando, pois, que todo o indivíduo passa os momentos essenciais de sua vida, isto é, o nascimento, o casamento e a morte diante do cura de sua paróquia ou do cartório de sua cidade, o princípio básico da metodologia consiste no agrupamento em fichas especiais de todas as informações relativas a estes eventos. Seguindo os indivíduos através de toda sua existência, a demografia histórica permite recompor uma imagem da família e da sociedade.

A base para estes estudos é a reconstituição de famílias. Reconstituir famílias consiste, pois, em reagrupar sobre uma ficha nominal padronizada - a ficha de família - todas as referências individuais arroladas nos arquivos paroquiais ou cartorários, como foi procedido no exemplo a seguir:



A estas referências sobre o ciclo vital dos indivíduos que constituem cada unidade familiar, podem e devem ser acrescentadas todas as informações relativas à família ou aos seus membros, obtidas em documentos diversos. Temos, por exemplo, as listas nominais de habitantes por domicílio, róis de paroquianos, listas de milícias, listas eleitorais, contratos, testamentos inventários e muitos outros (BALHANA & NADALIN, 1981:646-7).

Apesar do que dissemos acima crava na possibilidade da utilização do registro civil, um problema maior se coloca, que nada tem a ver com a virtualidade das fontes: à medida que nossas pesquisas dirigem-se para o presente, aquelas características fundamentais que marcavam as populações antigas desaparecem. Ou seja, à medida que as sociedades se desenvolvem, o que é traduzido principalmente na urbanização e na crescente mobilidade da população, torna-se difícil encarar a hipótese de 'populações fechadas', marca fundamental das concepções teórico-metodológicas que autorizam os estudos com base na reconstituição de famílias para o passado.

Assim, dificilmente ter-se-á a oportunidade da utilização de registros cartorários, mais recentes, para estudos de demografia histórica. Por outro lado, nada impede que o método longitudinal, desenvolvido pelos historiadores demógrafos, fundamentado na observação do comportamento demográfico de uma mulher ou de uma família durante seu ciclo vital ou matrimonial, não possa ser utilizado por populações contemporâneas. Para isto existem técnicas de 'histórias de vida' que ensejam a reconstrução da história das sucessivas parturições de uma mulher, ou, o que é evidentemente mais apropriado para o investigador do social, de uma **coorte** de mulheres.

De qualquer forma, nunca ter-se-á uma população laboratório, nos moldes desejados pela teoria. Age-se como se a população fosse fechada, mas o fato é que inúmeras famílias, de caráter mais móvel, escapam à observação do

historiador. A hipótese de base, portanto, fundamenta-se na premissa de que os comportamentos das populações mais estáveis são representativas das populações migrantes, o que evidentemente ninguém pode garantir. Pelo menos, ainda não, no estágio atual dos nossos conhecimentos.

A figura 9, anteriormente reproduzida, foi preenchida com os dados concernentes à família de Gregório Gonçalves. No caso de estar completa - afinal, não temos a certeza absoluta de que algum nascimento não tenha se perdido -, a ficha reconstitui na sua integridade a vida biológica da célula familiar sobre duas gerações. Cumpre observar que, embora falemos sempre em 'família', trata-se da 'família nuclear'. Nada nas informações coletadas autoriza conclusões acerca da estrutura da família e das relações de parentesco que transcendem a família conjugal.

É óbvio que, na ausência ou na deficiência dos registros paroquiais, poder-se-á tentar a reconstituição de famílias a partir das listas nominativas. Aliás, isto já foi realizado no Brasil, e com sucesso (MARCÍLIO, 1986). O que se patenteia é que sempre será necessário um certo número de famílias completamente reconstituídas para se poder utilizá-las, apesar do espanto de muitos demógrafos ao se depararem com os pequenos números com que o historiador da população muitas vezes tem de trabalhar.

Temos que uma coleção de fichas, tais como a que apresentamos - incluindo todas aquelas que pudermos encerrar de forma metodologicamente rigorosa e reunidas em função de um período de casamentos -, consente análises estatísticas. Como exemplo, relaciona-se o número de nascimentos de cada família em função da idade da mãe, e ter-se-á a fecundidade da mãe por idade. (ver a parte inferior esquerda da ficha de família). Afinal, a finalidade principal dos criadores desta ficha sempre foi a da análise da fecundidade. Ou seja, permitir para o passado a obtenção de taxas de fecundidade e outros parâmetros

relacionados, como precisões relacionadas à idade média dos noivos ao se casarem pela primeira vez, a duração dos intervalos entre o casamento e o primeiro nascimento, e entre os nascimentos sucessivos. A exploração das fichas e desses dados convenientemente tratados, consente igualmente tentativas de se medir comportamentos outros, tais como relacionados à sexualidade (frequência de concepções pré-nupciais), ao celibato, às segundas núpciais, etc.

Apesar da ficha de família estar centrada numa interrogação sobre a fecundidade, ela permite também análises sobre a mortalidade infantil e de jovens, além da mortalidade de pessoas casadas. Foi dessa forma, por exemplo, que se construíram informações que, juntamente com o tratamento das listas nominativas, levaram às estimativas de mortalidade para o Planalto curitibano (BURMESTER, 1981).

É fácil constatar como a união dos Gonçalves foi fecunda. Com efeito, mesmo nas camadas mais pobres da população, ou em regiões rurais, é difícil hoje em dia encontrar muitas mulheres tão prolíferas quanto Anna Maria, naqueles idos do final do século XVIII. Nove filhos paridos, praticamente de dois em dois anos, entre 22 e 40 anos de idade. De outra forma, com a **última maternidade** ocorrida bem próxima da idade limite da **fertilidade**, convencional para as populações tradicionais em torno dos 45 anos da mulher. Aos nossos olhos, por conseguinte, uma bela família!

Mesmo para a época, comparada à média de quase oito filhos nascidos por casal em Curitiba na segunda metade do século XVIII, entre a população livre, a fecundidade da nossa família foi alta. Realmente, os intervalos entre os nascimentos da grande maioria das crianças curitibanas, observadas em mulheres que na época alcançaram os 45 anos-limite mencionados, antes do fim da união, eram maiores do que os intervalos **intergenésicos** constatados para a

família Gonçalves. Além disso, ao verificarmos que o último filho de Anna nasceu quando ela já estava com 40 anos de idade - mais exatamente, 40 anos e 11 meses -, constatamos que este comportamento individual não destoava de um 'comportamento médio' das curitibanas em geral. Ou seja, a idade de Anna quando de sua última maternidade não destoava da distribuição que assinalava 2 uma idade média de 40.6 anos na última parturição para as mulheres da região de Curitiba no século XVIII.

Da mesma forma, a idade de Anna Maria quando casou (20 anos e meio) praticamente não diferia da idade média com que as mulheres se casavam naquele tempo, calculada em 21.2 anos. Seu casamento relativamente precoce, os intervalos entre os nascimentos um pouco mais curtos - com excessão do intervalo **protogenésico** - e a idade da última maternidade relativamente alta não contrariam um comportamento geral da população local.

Cabe, por outro lado, indagar até que ponto a realidade demográfica paranaense no século XVIII, no que concerne à natalidade e à fecundidade, era diferente da situação brasileira em geral? Embora não baste uma única constatação a mais para comprovar uma hipótese, é útil de qualquer modo referir-se ao fato de que o tamanho médio da família de caiçaras no litoral mais ao norte de São Paulo, na primeira metade do século XIX, não se distanciava de modo nenhum do que ocorria no planalto curitibano (MARCÍLIO, 1986:174).

Aliás, a relativa natalidade 'alta' parece ter sido uma constante para as sociedades ditas 'tradicionais'. Isto é largamente constatado na literatura, em especial no que se refere à Europa até praticamente todo o século XIX, com variações regionais. Tais variações ficam mais evidentes ao se passar de um continente a outro. As pesquisas já referenciadas a respeito de Curitiba e Ubatuba no limiar do século XIX, registram descendências finais extraordinariamente elevadas que, ao que tudo indica, somente eram ultrapassadas pela população

canadense, na mesma época. Entretanto é necessário ressaltar que a fecundidade das mulheres brasileiras iniciava-se muito mais precocemente do que das européias e canadenses, em termos médios. Além disso, a distribuição das idades das mulheres ao se casarem a primeira vez traía um número elevado de casamentos entre adolescentes, com menos de 19 anos e mesmo, um número considerável de jovens que se uniram pelas núpcias com 13, 14 e 15 anos de idade. Este fato básico explicaria a maior descendência das brasileiras. Assim mesmo, os intervalos entre os nascimentos nas mães curitibanas tendiam a ser um pouco maiores do que aqueles calculados para as populações européias, igualmente 'camponesas' e **prémalthusianas**.

Consideremos que a amamentação retarde durante algum tempo o reinício da ovulação na mulher. Contudo, mesmo amamentando, havia 'espaço' para mais filhos na vida fecunda feminina no Brasil colonial, que podem não ter nascido em virtude de uma maior incidência de abortos. Uma hipótese se coloca para este comportamento diferencial, fundamentada nas disparidades dos modos de vida, clima, alimentação (BURMESTER, 1981:250).

Tudo isto nos permite inferir que, basicamente, a fecundidade era para este tipo de população 'tradicional' regulada socialmente. Seja pela flexibilidade da idade do casamento face à uma maior ou menor mortalidade, às condições de transmissão do patrimônio e da concessão do dote, como ocorria no modelo europeu. Seja pela interferência nos intervalos intergenésicos por meio de costumes relativos à amamentação ou, como é aventado para Curitiba, por intermédio de fatores ambientais e alimentares.

Relembremos aquilo que é admitido praticamente sem excessão e, mais uma vez dados paranaenses parecem comprová-lo. Os métodos contraceptivos não eram utilizados nas sociedades ocidentais, pelo menos da Idade Média até seguramente o século XVII, e com muitas evidências ainda no

XVIII, prolongando-se até o século XIX. É claro, para esta generalização temos de fazer abstração de casos excepcionais, como ocorreu com a burguesia de Genebra (HENRY, 1956). Poderiam ser até conhecidos. Porém, não eram utilizados no interior da família, seja porque as condições sociológicas não permitiam a integração de tais métodos ao universo mental, principalmente no mundo camponês; seja porque se submetiam à uma disciplina moral derivada da finalidade cristã do ato sexual.

No geral, tais considerações parecem-nos válidas para compreender o comportamento de Gregório e de Anna Maria, relativo ao tamanho de sua prole. Nunca passou pela cabeça deles 'planejar' o número de filhos que queriam. Os filhos que vinham eram o resultado dos desígnios de Deus e uma racionalização dirigida a um controle dos nascimentos só seria possível com o advento da modernidade.

## PARA UMA HISTÓRIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Alta natalidade, alta mortalidade! De fato, toda nossa caracterização do passado demográfico brasileiro deveria sempre ser iniciada com a mortalidade e a morbidade, evidência que nos diferencia de modo mais contundente das condições de vida de nossos antepassados.

Essa é a mais segura generalização possível de ser estabelecida para a sociedade tradicional brasileira. Será que não deveríamos, melhor, já pensar em termos de várias 'sociedades tradicionais' convivendo, superpondo-se e interpenetrando-se num mesmo momento de seu desenvolvimento? Ou, dito de outra forma, não seria o caso de refletirmos na possibilidade de vários 'sistemas demográficos' coexistindo na sociedade colonial brasileira?

### 3.1 - A demografia da sociedade colonial

Creemos que, com esse objetivo, será de muita utilidade recorrer a um estudo de Maria Luiza Marcílio (1984:193-207), que propõe para o século XIX quatro sistemas demográficos, originalizados em função das relações sociais definidas em espaços físicos relativamente diferenciados. Trata-se do *sistema demográfico das economias de subsistência*, do *sistema demográfico das economias das **plantations***, dos *sistemas demográficos das populações*

*escravas, e dos sistemas demográficos das áreas urbanas no século XIX...* Com excessão, talvez, para as áreas das cidades, temos a certeza de que não cometemos a heresia do anacronismo, aprofundando para o século XVIII as nossas considerações.

Ao que tudo indica, a variável característica das diferenças entre os sistemas era principalmente a mortalidade - é óbvio, sempre elevada. Por toda a parte, habitava o país uma população pobre que vivia de uma agricultura de subsistência, com excessão dos aglomerados urbanos localizados mais próximos à costa, com características próprias. O regime da produção era fundamentalmente doméstico. Com muita probabilidade, este era o principal meio de vida da família de Gregório Gonçalves em Curitiba. Viviam da roça, cuja agricultura relativamente variada era complementada pela criação de animais, em geral porcos e galinhas. Até aí, parece que estamos descrevendo o caipira que, cada vez mais, se torna raro na atualidade do interior brasileiro. Cremos, entretanto, que esse tipo de população era menos sedentária no passado, vivendo de uma agricultura itinerante em função da profusão de terras que se colocava ao alcance destes caipiras, pela posse, sempre mais ao interior.

Em Curitiba e nos campos paranaenses, o homem comum adaptava-se. Cada vez mais, uma quantidade maior de pessoas dos extratos inferiores da sociedade dedicavam-se sazonal e subsidiariamente à colheita do mate, atividade tipicamente regional. Em função do aumento da demanda do produto nos mercados platinos, de modo gradativo o eventual foi sendo substituído pelo principal, comprometendo assim a própria agricultura de subsistência da região e os excedentes destinados aos núcleos urbanos. Mas esta é outra história. Ela foi aqui inserida para mostrar a complexidade regional do problema maior que estamos analisando. Até que ponto a região paranaense de então caracterizar-se-ia por um sistema demográfico original?

Assegurada a alimentação durante todo o ano, a sociedade brasileira tradicional praticamente não conhecera, como até há pouco ocorria na Europa, nem as crises de mortalidade, nem as crises de subsistência que, aos se superporem, causavam terríveis danos às comunidades locais. Eram as chamadas 'mortalidades de crises'. Dada a dispersão da população, praticamente evitavam-se os contágios e a propagação de doenças, como a varíola e, mais tarde, a febre amarela e o cólera-morbus, comuns onde havia relativa concentração de efetivos populacionais. A elevada e característica mortalidade, resultava principalmente da incidência de doenças endêmicas, causadas por moléstias parasitárias e infecciosas de tipo tropical. Além disso, somava-se o desconhecimento completo de preceitos de higiene, o que contribuía para ceifar maneira contínua parte substantiva das crianças que nasciam (190 e 214 por mil), e abreviando a vida dos adultos (esperança de vida ao nascer entre 30 e 40 anos).

Esse cotidiano sofria variações regionais que eram coerentes com variações nos gêneros de vida. Um pouco mais na direção do interior paranaense, por exemplo, ocupando sempre o Planalto e regiões de campos, definia-se a base da economia regional, marcada pela fazenda de criação de gado. Era uma economia praticamente 'autárquica', cuja população em geral era sustentada pelo trabalho escravo, mão-de-obra dedicada à produção de gêneros alimentícios para as fazendas. Nada permite supor que a situação da mortalidade era muito diferente nestas unidades econômicas, a não ser que se considere a probabilidade de uma concentração populacional mais significativa.

Aliás, este seria o caso do segundo sistema demográfico proposto, concernente às economias das **plantations**, isto é, economias alicerçadas por uma agricultura monocultora, latifundiária e integralmente dependente da 'economia mundo' (MARCÍLIO, 1984:199). Da mesma forma que nos latifúndios

de criação no sul, numa estrutura fundamentada mais do que nunca no eixo 'senhor-escravo', parte da população, provavelmente cativos na maioria, era desviada da atividade econômica principal para cuidar da subsistência de toda a comunidade. Maria Luiza Marcílio julga que *as melhores terras e de acesso mais fácil eram obviamente utilizadas pela monocultura exportadora (cana, café, tabaco, algodão ou cacau), resultando numa alimentação desequilibrada e mais pobre em variedade e teor nutritivo* (1984:199). Assim, é plausível concordar que a mortalidade, conseqüentemente, fosse maior neste sistema. Todavia, é muito provável que a razão fundamental das diferenças com as regiões de subsistência radicava-se na promiscuidade resultante da maciça presença escrava. A literatura tem mostrado resultados de pesquisas que indicam uma mortalidade extremamente elevada neste tipo de sub-população escrava dedicada à uma agricultura tropical de exportação, o que deveria repercutir na população livre das plantations. Assim, o terceiro sistema, das populações escravas, caracterizava-se principalmente pela ocorrência de surtos epidêmicos devastadores, mais comumente de varíolas e, principalmente após 1850, de febre amarela.

O que nos parece necessário considerar é que, muitas vezes, os três sistemas interpenetravam-se, mais ou menos conforme a região, dependendo evidentemente da densidade demográfica local, da dinâmica econômica, e assim por diante. Esta interpenetração, do ponto de vista demográfico, também poderia traduzir-se em 'migrações'. Assim, no que se refere às plantations, *provavelmente deveria ocorrer, em âmbito geral, uma mobilidade espacial igualmente mais pronunciada, constituída pela saída de indivíduos desse setor* (MARCÍLIO, 1984: 201).

Ao voltarmos nossa atenção para as regiões mais costeiras, entretanto, verificamos que boa parte da população brasileira tradicional encontrava-se concentrada nas grandes cidades da época, nas vilas e povoações

do litoral. Evidentemente, temos as cidades de mineração, mais para o interior. Apesar da importância política e econômica destas últimas, constituem, do ponto de vista populacional, excessões. As evidências assinalam que a mortalidade nas cidades não só era alta, mas também era marcada por surtos epidêmicos importantes, como de varíola, febre amarela, ou cólera. Estes parecem tornar-se cada vez mais freqüentes a partir da segunda metade do século XIX, elevando os picos de óbitos nas vilas e cidades, principalmente estas últimas. As cidades litorâneas, por sua vez, recebiam, entre outros produtos de importação, epidemias trazidas da Europa e da África. É claro, o quadro se deteriorava rapidamente nestas ocasiões em virtude da concentração populacional que facilitava sobremaneira o contágio, agravado pelas terríveis condições sanitárias e de saneamento.

Muitos trabalhos recentes têm mencionado taxas e índices demográficos de mortalidade para o passado brasileiro. As diferenças e o caráter hipotético destas cifras são evidentes, e não vemos vantagem em tumultuar o texto com estes números. Guardemos, por hora, os números mencionados para a região de Curitiba. Todavia, lembremos que mesmo aqueles terríveis índices poderiam ser piores para regiões mais quentes ao norte e ao litoral. Ainda, fundamentados nas hipóteses dos sistemas demográficos brasileiros para o passado, aventamos uma escala diferencial da mortalidade, mas sem a desejável aventura da quantificação.

Por certo, a mortalidade era maior entre a população urbana do litoral. Com base nesta constatação, e à medida que a sociedade relativamente urbanizava-se na segunda metade do século passado, perguntamo-nos se a situação não ter-se-ia deteriorado em relação ao século XVIII. Desta maneira, por força dos 'progressos' econômicos da época, a mortalidade teria aumentado, antes de começar a diminuir por influência dos progressos relacionados à

chamada **transição demográfica**. Porque, obviamente, a mortalidade deveria ser menor entre a vasta população pobre que constituía uma parte representativa da população brasileira e que, de modo geral, vivia de uma 'agricultura de subsistência' Esta podia ser complementada em níveis diversos e regionais pela pesca, coleta, ou pastoreio. Eram os caiçaras do litoral, os diversos tipos de 'bastardos' do interior, e os descendentes de imigrantes açorianos mais ao sul, homogeneizados por uma espécie de 'civilização da mandioca'. Estamos generalizando, naturalmente, e correndo o perigoso risco de uma interpretação linear. Tenhamos presente o fato de que existem evidências empíricas que permitem supor diferenças regionais. Desta maneira, a mortalidade do litoral paranaenses era supostamente maior do que no Planalto curitibano. Os novecentos metros da diferença de altitude e a barreira formada pelas escarpas da Serra do Mar deveriam causar maior efeito no quadro epidemiológico da população, do que os quase trinta quilômetros a **vol d'oiseau** que separam um patamar do outro.

Da mesma forma, para não tumultuar o raciocínio, deixemos de lado provisoriamente a população cativa, onde sem dúvida deveria incidir a maior mortalidade em certos momentos da história da colônia. Não obstante, salientemos que, na problematização de uma mortalidade escrava, deveria ser considerado o fato de tratar-se de uma sub-população muito específica, exigindo um tratamento à parte. Além disso, à medida que nos aproximamos de um passado menos distante, essa população gradativamente desaparece enquanto categoria jurídica. Libertando-se da escravidão, engrossa na mesma medida a população pobre e miserável que, do ponto de vista social e econômico não estava muito distante do escravo.

O cenário era marcado pela permanência de uma estrutura social extremamente hierarquizada que marcava a fundo a sociedade colonial brasileira.

Sua relativa duração interferiria de forma negativa na dinâmica das relações sociais que caracterizaram o processo de modernização brasileiro. Enfim, população pobre que tentava sobreviver em roças, numa estrutura fundiária que também se modernizava paulatinamente, no litoral e no interior; a 'posse' tradicional conflitando com novas noções de propriedade, geridas por nossas elites, tanto no norte como nos campos do Brasil meridional.

Tudo isto em relação à morte! Morte ampliada, morte desfocada, em função do pânico gerado pelas epidemias, pelos seus efeitos, e pelas notícias de que 'em breve', a peste chegaria... Em consequência - e reagindo contra a idéia pré-determinada de que quanto mais recuamos para o passado, pior - talvez seja possível estabelecer a hipótese de que a situação no século XIX não era tão ruim como aquela que suas testemunhas nos pintaram. Evidências existem nesse sentido, principalmente para certas aglomerações 'urbanas' relativamente distantes das cidades do litoral - Curitiba, por exemplo -, para corroborar uma tal reflexão.

De um modo ou de outro, não se podia contar viver muito naquela época, e uma parcela importante das crianças nascidas nunca chegava à idade adulta. Repetindo um lugar comum entre os historiadores, também na sociedade brasileira tradicional **a morte estava no centro da vida!** E assim, os efeitos da mortalidade eram mais ou menos 'compensados' por uma reprodução humana muitas vezes iniciada precocemente pelos casais, a partir de uniões legítimas ou consensuais relativamente estáveis.

Sim, porque a união prematura, num regime de fecundidade onde praticamente não se utilizavam métodos contraceptivos, representava uma prole numerosa. Comparando-se alguns dados conhecidos, é provável que o regime da natalidade no Brasil só não era maior do que o do Canadá francês no século XVIII. De fato, a fecundidade só teria sido menos elevada, menor até do que a

mortalidade, nas concentrações urbanas de relativo porte localizadas no litoral, onde o crescimento demográfico apenas foi possível graças ao saldo migratório.

Como regra geral, o crescimento vegetativo da população brasileira colonial foi quase sempre elevado, principalmente nas regiões de economia de subsistência. Nestas, a taxa de crescimento seria sempre *superior e ao redor de 1.0% ao ano, em média* (MARCÍLIO, 1984:198). Portanto, taxas bem mais significativas do que aqueles que traduzem uma média geralmente aceita para as populações europeias tradicionais, de 0.2% a 0.5% ao ano (BELTRÃO, 1972:171). Porém, números bem menos expressivos do que aqueles que traduziriam a pujança demográfica latino-americana em geral, próximos dos 2.0% (BRIGNOLI, 1989:2). Os índices brasileiros, ainda mais, não teriam sido alterados no decorrer do século XIX, mesmo com a hipótese de um aumento da mortalidade, em virtude do incremento populacional gerado pela inserção dos imigrantes estrangeiros na população.

Estamos diante de generalizações e muitas vezes especulações, sem que pesquisas empíricas tenham sido desenvolvidas a contento para dar substância a essas conjecturas. Em todo caso, considerando esta a idéia geralmente aceita sobre a vitalidade populacional latino-americana, temos que a gradativa conquista de parte do território brasileiro desde o século XVIII, deve-se a um processo de **migrações internas**. Como vimos, a população brasileira tradicional era caracteristicamente móvel, mobilidade cujo 'motor' encontrava-se na dinâmica das atividades primário-exportadoras. Essa história nós conhecemos bastante. Ela compreende o pau-brasil, açúcar, pecuária, mineração, café, borracha... Entretanto, é necessário grifar as atividades relacionadas à economia de subsistência e às possibilidades da posse da terra, sempre mais para o interior.

*[...] (O) importante a assinalar é que cada ciclo mobilizou importantes contingentes populacionais e que, passado o seu auge, esta população continuou sobrevivendo, provavelmente numa área maior, contribuindo para a ocupação do território. A emergência de um novo produto de exportação, em geral em outra região, repetia, de certa forma, o mesmo mecanismo. O importante, no entanto, é que [...] essa ativa atividade exportadora não reabsorvia a população resultante da atividade anterior (FARIA, citado por MARTINE, 1990:17).*

De forma mais ampla, tendo como referência os fundamentos da história interna do Brasil, e ressaltando o processo 'natural' da ocupação demográfica do território, cumpre lembrar que, primeiro,

*[...] se fundam núcleos, de onde parte a expansão para o interior. São as **células fundamentais**. A expansão que daí parte, é a expansão natural de uma população que vai se assenhoreando das regiões geográficas mais próximas, num movimento natural de **expansão demográfica, sem finalidade política, sem finalidade nenhuma, mesmo, a não ser a sua própria subsistência, na cultura da cana, na criação de gado, na procura do ouro, na caça ao índio. São os múltiplos estímulos a que se refere João Ribeiro (PINHEIRO MACHADO, 1987:181).***

Dito de outra maneira,

*[...] Expansão da população, organizada em famílias, a partir dos núcleos iniciais da costa: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão. A expansão consistia na distensão das populações sobre os territórios contíguos, sem que a parte que se mobilizava perdesse o contato físico, social e econômico com o núcleo inicial. Assim se criavam conjuntos regionais com unidade territorial e comunitária, formados de um centro dominante e comunidades subordinadas (1985:17).*

Este quadro precisa ser completado com um adendo, pois sabemos que decisões de natureza política também nortearam a colonização e o povoamento do território brasileiro, articulando a posse e tratados diplomáticos, ao sul e ao norte. Portanto, ao dinamismo da população em função da luta pela sobrevivência, articulava-se a ação do Estado português, dando forma, finalmente, a um território demograficamente conquistado.

Fazendo abstração das diferenças regionais e de outras contradições internas, bem como, não considerando as concentrações urbanas mais expressivas, poderíamos tentar a aventura de caracterizar um 'sistema demográfico para o Brasil tradicional', marcado, igualmente, por uma alta natalidade e uma alta mortalidade. Porém, aqui teríamos uma marca original. Trata-se de um saldo natural do qual resultava um belo **superavit**, possibilitando um contínuo crescimento da população. A alta natalidade era consequência de uma fecundidade, como em outras populações camponesas tradicionais, **prémalthusianas**. A natalidade parecia estar articulada à precocidade de uma fração representativa das uniões, num sistema baseado na ilegitimidade provavelmente importante dos elos conjugais, fossem elas estáveis ou eventuais.

Por consequência, o alicerce de contrôles sociais vigentes, que poderiam explicar possível ou possíveis sistemas demográficos, estariam fincados nos elos entre uma forma de 'posse' e o produto da terra para o sustento (agricultura, pesca, coleta,...) em regime de produção domiciliar. Como resultado, um novo casal não tinha, a princípio, obstáculos para se constituir, organizando assim uma nova atividade produtiva mais adiante, e gerando uma nova 'penca' de filhos. Estes eram importantes para a consolidação de uma economia doméstica determinada.

Este 'sistema' vinculava-se mais ou menos, cá e acolá, com a dinâmica de uma economia de **plantation**, onde regionalmente tomavam forma relações de produção específicas, tanto na agricultura monocultora de exportação ou nas atividades de mineração, quanto nas fazendas de criação de gado. Num lugar, era menos fluída a noção de 'propriedade', decorrente da própria lógica do sistema; em outro, mais adiante, esta noção se consolidava, à medida que se 'modernizavam' as instituições.

Como contraponto, temos uma mortalidade elevada, caracterizada fundamentalmente pelas marcas endêmicas da morbidade. Esta resultava da ação contínua de doenças infecciosas e parasitárias, sendo perturbada uma vez ou outra por epidemias que se originavam das más condições de vida da escravaria nas plantations ou, mais ou menos eventualmente conforme a época, do contato com as cidades.

A história demográfica do Brasil caracteriza-se, portanto, por um expressivo crescimento natural da população. Complementando este quadro, vemos que o sistema era marcado por uma relativa mobilidade, que determinou, até certo ponto, as fronteiras do país, bem como as marcas culturais e os limites das histórias regionais.

Voltemos, porém, ao presente. Há pouco tempo, em proporção aos longos períodos necessários às mudanças demográficas, a história do Brasil passou por um **boom** de crescimento populacional, cujas seqüelas ainda se fazem sentir. A mortalidade caiu bruscamente a partir dos anos cinqüenta - ou talvez alguns anos antes -, seguida muito de perto da queda da fecundidade, a partir dos anos setenta. Assistimos, assim, um processo duplo, sendo o primeiro aparentemente o causador do segundo, que parece ainda não ter terminado.

Com efeito, os demógrafos mostram-se chocados. As mulheres estão aderindo em massa - ou sendo levadas a aderir - à 'pílula' ou à esterilização. As projeções demográficas estão sendo recalculadas, segundo novas estimativas baseadas na realidade mais recente. É fácil identificar esse fenômeno. Aconteceu em outros países, e está ocorrendo em diferentes partes do Terceiro Mundo.

Como ligar esses acontecimentos com um passado, seja próximo de nós, como o início deste século; seja mais distante, como o período colonial? Hoje, somamos no Brasil mais ou menos 150 milhões. Há pouco mais de duzentos anos éramos somente 2.5 milhões (1772). Em números redondos e cálculos rápidos, a população brasileira dobrou em sessenta anos, chegando a 5.519 milhões, em 1832 (MORTARA, citado por MARCÍLIO, 1973:21). Para dobrar novamente, levou mais quarenta anos, atingindo 10.145 milhões em 1872, ano do primeiro censo nacional. As duplicações posteriores têm levado cada vez menos tempo para ocorrer. Em síntese, em um século a população brasileira cresceu quatro vezes, mas só precisou de setenta anos (1872-1940) para aumentar outro tanto. Um tal desenvolvimento, cujas características há muito tempo já haviam impressionado Thomas Malthus, ocorreu **antes** da aceleração demográfica constatada nos vinte anos subseqüentes e que, apesar da desaceleração, ainda impacta a sociedade brasileira. .

Este crescimento ocorreu em função, primeiramente, do contínuo saldo vegetativo na história demográfica brasileira. A partir de 1870, assistimos um incremento gradativo, graças à tendência de queda da mortalidade que se anunciava timidamente, combinada com a influência positiva do ingresso nos efetivos populacionais de importantes contingentes de imigrantes europeus. A mortalidade diminui, num primeiro período até cerca de 1930; a partir daí, temos uma queda mais sensível que se torna vertiginosa por volta dos anos cinqüenta. Finalmente, logo em seguida, cai a fecundidade. Entretanto, entre um processo e

outro, a manutenção das altas taxas de nascimentos propiciou uma significativa explosão demográfica.

Os demógrafos, para explicar estes acontecimentos, têm utilizado de forma genérica, o conceito de **transição demográfica**. Este se refere às 'rupturas' de um regime demográfico tradicional - fundamentado em altas taxas de natalidade e de mortalidade - para um regime 'moderno' - caracterizado por baixas taxas de natalidade e de mortalidade. ,

### 3.2 - A teoria da 'transição demográfica'

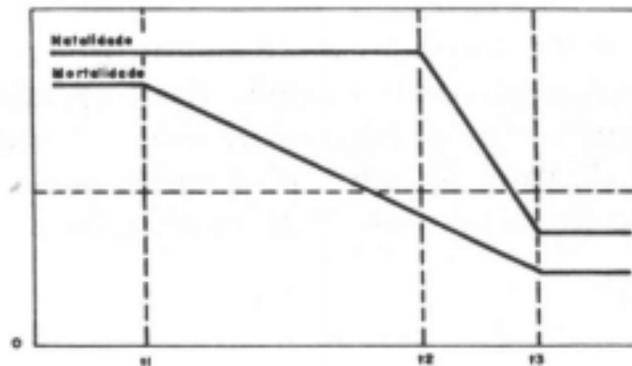
Desde o final do século passado, os estudiosos da população já vinham observando as mudanças demográficas que estavam ocorrendo, com base nas evidências empíricas do noroeste da Europa. A partir destas constatações, começaram a elaborar hipóteses, retomadas pelos demógrafos deste século, tentando dar conta do crescimento demográfico. Em outras palavras, procurava-se explicar a história recente de uma parcela da população europeia que havia passado de um estado de equilíbrio, com níveis elevados de natalidade e mortalidade, para uma fase que anunciava outro equilíbrio com níveis baixos de natalidade e mortalidade.

Conseqüentemente, evidenciando esse descompasso, esse **hiato** entre as duas componentes da dinâmica demográfica, concluía-se por uma transição demográfica. Acrescentaríamos, ainda, que se tratava de uma transição que marcava a passagem de um 'antigo regime demográfico', característico de uma sociedade tradicional, para uma sociedade moderna, com um regime demográfico pertinente. Tratava-se, como muitos demógrafos e historiadores escreveram depois, de mudanças profundas. Realmente, foi uma **revolução**

**demográfica**, inserida numa verdadeira revolução mental, cujos traços talvez mais importantes teriam sido as mudanças de valores sociais referentes à fecundidade humana, ou seja, a adoção cada vez mais generalizada da contracepção. Mudanças que sempre estimularam a produção dos historiadores, economistas e demógrafos, para só citar alguns, que coincidiram com a 'revolução agrícola' e a 'revolução industrial'. Mudanças, de outro modo, que complementaram profundas alterações na sociabilidade privada e na história da família ocidental (SHORTER, 1977). Aliás, a consequência não seria outra. A transição demográfica teria vindo a reboque da revolução agrícola e industrial.

O diagrama a seguir, já clássico, esquematiza teoricamente esse processo. O t1 assinala a passagem do *pré-hiato demográfico* para a *abertura do hiato demográfico*; o t2, a passagem desta fase para o *fechamento do hiato demográfico*; e o t3, a passagem para o *pós-hiato demográfico* (BELTRÃO, 1972:171 ):

**Figura 10 - A transição demográfica - esquema teórico.**



Fonte: BELTRÃO, 1972: 170.

Enfatizamos que se trata de um esquema teórico que traduz um processo em linhas gerais historicamente verificado, portanto, datado. A abertura do hiato demográfico ter-se-ia verificado a partir dos anos 1750 a 1775, e o fechamento ter-se-ia completado por volta de 1925 a 1950. Sublinhamos, ainda,

nesta história, três evidências básicas. A primeira, mais óbvia, refere-se ao fato de que a regressão da mortalidade na Europa compreende não só a diminuição da curva relativa ao fenômeno, mas também da diminuição da amplitude das crises e 'picos' de mortalidade. A segunda, relaciona-se à consequência direta e 'natural' da queda da mortalidade: mantendo-se a natalidade, aumentou a população. Finalmente, a última, refere-se à desarticulação entre as crises de mortalidade e as curvas de preços dos cereais, cujas flutuações muito comuns até então caracterizavam as chamadas mortalidades de crise.

Na sua generalização, é evidente a correspondência entre a teoria da transição demográfica e a chamada 'teoria da modernização'. Ambas opõem uma sociedade 'tradicional', 'agrária', localizada em algum lugar do passado, a uma sociedade 'moderna', industrial e urbana, ponto de chegada já atingido por algumas populações, meta a ser alcançada pela humanidade. Fica implícita, pois, a idéia de que a modernização alcançará necessariamente as culturas mais atrasadas, um dia ou outro. Igualmente, a idéia de que a transição demográfica constitui a face populacional da modernização.

Essas teorias, por conseguinte, sugerem um sentido pré-determinado para a história, geral e único. Trata-se de uma perspectiva, além de 'linear', 'eurocêntrica'. Em outros termos, teorias simplificadoras do processo histórico, que possibilitam a 'armação' perigosa de versões oficiais ou institucionais da realidade, com objetivos políticos conscientes ou não. Com efeito, na teoria da transição demográfica, *o período precedente e o período subsequente são considerados, o primeiro como dimensão explicativa e o segundo como dimensão teleológica* (OLIVEIRA & PATARRA, 1988:20), isto é, a queda da mortalidade como fator da queda da fecundidade. Assim, suas formulações traduziram-se em

teorias **neo-malthusianas**, advogando políticas de controle populacional para os países do Terceiro Mundo.

Deparamo-nos, assim, com o pressuposto que uma parte da humanidade não conseguiu seguir o modelo de industrialização proposto pelo ocidente, tardando de forma variada a modernização. Da mesma forma, as populações respectivas não ultrapassaram todas as fases necessárias da transição demográfica:

*Para as restantes regiões da terra, tardias nas tentativas de industrialização, o crescimento demográfico teria sofrido outras formas, inusitadas e extraordinárias, através da queda brusca da mortalidade (século XX) fruto do controle artificial da morte pelas técnicas industriais importadas. Propunha-se então para estas regiões, dentro da 'teoria da transição demográfica', o controle igualmente artificial e brusco da fecundidade, pelas igualmente importadas e industrializadas formas de controle da vida (MARCÍLIO, 1977:2).*

Isto não significa que a transição demográfica não ocorra, pois, a princípio, as evidências concretas apontam para uma explicação geral neste sentido. O problema que queremos salientar é, antes de mais nada, a ideologização dos mecanismos explicativos do processo, fundamentado em bases históricas nem sempre sólidas. Na ausência de uma compreensão fundada na complexidade do processo e de aprofundamentos nas questões teóricas concernentes ao fenômeno, para que o mesmo seja intelegível, tem-se a *necessidade de uma história global definida fora e independentemente dela* (FURET, 1988:58). É essa história que tem sido utilizada pelos advogados das políticas de controle radical da população, apontando para uma hecatombe demográfica situada em algum momento do nosso futuro.

Com relação ao modelo descrito, um dos seus postulados radica-se na idéia de que a passagem de um 'estado' demográfico a outro é **causado** pela

queda da mortalidade. Assim, a fecundidade diminuiria, por exemplo, pelo aumento do período de amamentação decorrente da diminuição da mortalidade infantil; da mesma forma, pelo aumento do sentimento de segurança familiar, decorrente também da diminuição da mortalidade entre as crianças.

São explicações lógicas, sem dúvida evidenciadas empiricamente. Porém, não dão conta de toda a história. Do mesmo modo que não é possível generalizar demais os antigos regimes demográficos, também é necessário verificar até que ponto os mecanismos do modelo são generalizáveis. Temos evidências de que, para algumas regiões da Alemanha, as mães teriam agido no sentido de diminuir a prole, justamente para diminuir a mortalidade infantil (IMHOF, 1987:95). É conhecido, igualmente, o exemplo clássico da França, onde o pioneirismo da utilização de métodos contraceptivos e a conseqüente queda de fecundidade deu-se justamente em função do seu paralelismo no tempo com a queda da mortalidade. E isso ocorreu também em outros países (FERREIRA & PATARRA, 1986: 8-9 e 20).

O referido modelo também caracteriza-se por outra generalização perigosa. Em sendo verdade que o passado é marcado por altas taxas de mortalidade e natalidade, o que lhe daria uma feição comum do ponto de vista demográfico (o **ancién régime démographique**, como dizem os franceses), também o é, mais ainda, que a referida simplificação escamoteia diferenças históricas, profundas e complexas. Em outras palavras, ao igualarmos o passado do ponto de vista demográfico, igualamos o passado social e cultural, sem atentar para diversidades, geralmente significativas, dos níveis de mortalidade e natalidade no início da transição. Da mesma forma, desconsideramos as histórias anteriores das populações referidas, no longo e no curto prazo, antes da chamada revolução demográfica.

Em suma, as delicadas relações entre as condições materiais de sobrevivência - a produção, a terra, a subsistência... -, as relações sociais a elas articuladas, o peso das instituições e das estruturas mentais e as variáveis demográficas - tais como a nupcialidade, a natalidade, a mortalidade e as migrações -, armam-se de forma e com conteúdos diferenciados, de época para época, de civilização em civilização e, por certo, de região para região, em função de relações de produção específicas. Conseqüentemente, a complexidade da transição demográfica, para ser compreendida, tem de ser inserida nas suas especificidades históricas. As condições diversificadas no pré-hiato demográfico e o momento cronológico em que ela se inicia, devem necessariamente originalizar os processos de mudança. Além disso, é muito provável que a 'temporalidade' e o **timing** do processo tenham muito a ver com a dialética das durações que evidenciam a história demográfica e social anterior de uma determinada população.

De qualquer forma, é sempre necessário levar em conta que a transição constitui parcela de um amplo processo de mudanças estruturais, que parte da Europa renascentista, propagando-se vagarosamente e tocando cada uma das culturas humanas (CHESNAIS, 1989:171). Assim sendo, torna-se importante *deslindar mecanismos explicativos em períodos onde as mudanças nas relações de produção foram significativas, envolvendo relações entre dinâmica demográfica e dinâmica capitalista* (FERREIRA & PATARRA,1986:24). Destas evidências de mudanças estruturais partem as possibilidades de generalizações; é necessário só cuidar para que tais procedimentos não venham a ser, mais uma vez, realizados de modo a corroborar explicações lineares e teleológicas.

### 3.3 - A 'transição demográfica' na história da população brasileira

A problemática de uma 'transição demográfica' no Brasil leva-nos à formulação de algumas questões. A primeira delas, naturalmente, consiste na possibilidade de se aventar um sistema, ou sistemas demográficos, concernentes ao país no pré-hiato demográfico. Cremos que, em linhas muito largas, colocamos neste texto algumas hipóteses, fundamentadas em estudos de caso, que poderiam ser desenvolvidas nesse sentido. Decorrente desta questão, vislumbramos, de forma complementar, alguns dos 'contrôles sociais' vigentes na sociedade tradicional que teriam permitido um (certo) equilíbrio demográfico, relativamente duradouro.

Seguindo adiante, poderíamos pensar em tentativas de definir a cronologia, ou cronologias, para este qualificativo 'duradouro'. Assim, por exemplo, até que ponto este equilíbrio demográfico teria sofrido mudanças, inclusive mudanças importantes, digamos, do século XVIII para o XIX, considerando também as possíveis diferenças regionais?

Finalmente, como o 'capitalismo' nascente, e seu correlato processo de urbanização, que se evidencia principalmente no século XIX teria erodido aqueles controles sociais (cf. LEVINE, in FERREIRA & PATARRA:24-5) que mantiveram o equilíbrio demográfico mencionado? E, mais ainda, quando se verificaram mudanças significativas nas relações de produção na história do Brasil, capazes de explicarem mecanismos de mudanças populacionais, ou seja, o desenrolar de mudanças estruturais características de uma transição demográfica?

Ora, parece-nos que estas transformações já foram todas arroladas e suficientemente explicadas na história do Brasil. Referimo-nos ao papel da imigração estrangeira no século XIX, e também no XX, fenômeno ligado ao

processo de transição demográfica nas sociedades 'emissoras'. A grande imigração está indelevelmente atada às transformações estruturais marcantes na segunda metade do século XIX brasileiro e, em certa medida, avança no XX. Tal fato corresponde aproximadamente à tradicional periodização proposta pela história econômica, balizada pelos anos de 1850 e 1930, e que se caracterizou pela primazia ditada pelo café na economia e sociedade brasileira e, numa outra perspectiva, pela consolidação do trabalho assalariado. Mais do que isso, o período praticamente teve início com a promulgação da 'lei de terras', ressaltando-se nos anos subseqüentes seus amplos efeitos; e, igualmente com o fim do tráfico negreiro, o que praticamente assinalou o começo da transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre. Evidentemente, não foi coincidência que a segunda metade do século passado viu crescer extraordinariamente a imigração estrangeira no país. Outras mudanças fundamentais ocorreram sob a égide institucional, como as transformações na educação, a separação Igreja-Estado, o Código Civil, e assim por diante... Em torno desses temas, já se gastou muita tinta.

. Resumindo, conhecemos um pouco algumas bases do provável sistema, ou de alguns dos prováveis sistemas que engendrariam os processos demográficos antes de 1830, data que poderia ser estendida até meados do século passado. Igualmente, as tendências recentes, datadas principalmente de 1940 (ou 1930, se formos um pouco mais flexíveis) para cá. Entretanto, nada ou muito pouco conhecemos do período 1850 até a década de 1930, justamente quando ocorrem as mais profundas mudanças estruturais na história brasileira. Neste intervalo de tempo, devem ter sido acionados mecanismos na sociedade brasileira para a montagem da transição demográfica, cujo conhecimento é vital para a compreensão global do problema. Ocorre-nos o termo **mutação** para designar o conjunto das mudanças estruturais neste quase um século. É patente

que tal conceito deve comportar as transformações demográficas, mesmo aquelas verificadas **após** o período em referência. Uma tal equação é ainda mais óbvia, se considerarmos a hipótese lógica de uma articulação entre a dinâmica capitalista e a dinâmica demográfica.

A sociedade brasileira, ao integrar-se de forma mais completa à economia-mundo, provavelmente assistiu um aumento da mortalidade geral. Ela urbanizou-se parcialmente, e este processo sintetiza um aumento dos contatos interpessoais: com o interior - intensificando-se as migrações -, e com o exterior - ampliando-se o tráfico marítimo e abrindo os portos nacionais às epidemias de trânsito e mercado internacionais, como a febre amarela e a cólera. Além disso, a concentração urbana, ontem como hoje, agrava problemas de saneamento e saúde pública, piores enquanto não fossem tomadas medidas de controle.

Este provável crescimento da mortalidade, pensando numa situação menos pior no século XVIII, deve ter sido, de um lado, equilibrado pelo incremento populacional gerado pela imigração. De outro, pelos resultados da crescente intervenção do Estado em prol da saúde pública, acompanhado na época pelos cada vez mais significativos progressos na medicina. Nesta perspectiva, o resultado da intervenção estatal também vinha se verificando na ocupação mais efetiva do território brasileiro. Com efeito, e ampliando-se a observação para a América Latina como um todo, o crescimento da população que, como dissemos, vinha ocorrendo desde o século XVIII, significou simultaneamente um processo de colonização interna e ocupação do território, dentro da máxima **gobnar es poblar**. Fronteira e imigração foram parte constitutiva desse processo de contínuo crescimento demográfico.

Para finalizar, queremos ressaltar pelo menos uma questão. A problemática da transição demográfica é geralmente pensada em termos

'nacionais', ou seja, considerando evidências empíricas agregadas. É claro que, num país de dimensões continentais como o Brasil, tal **démarche** não se sustenta, pois não é possível fixar-se na idéia de um processo único, global e sincrônico das mudanças referidas, na mesma medida que a própria história do Brasil não ocorre desta maneira. Mais uma vez, tal procedimento far-nos-ia correr o risco de homogeneizar o passado, inclusive sua geografia. Parece-nos evidente que a desagregação, considerando a multiplicação dos estudos de caso bem escolhidos, permitir-nos-ia melhor entender o fenômeno, sem perder de vista a análise possível e desejável, mais geral, da transição demográfica como um aspecto da expansão do capitalismo.

Com relação às possibilidades de relativas sincronias no processo, cremos não ser demais salientar a constatação de mudanças na fecundidade de grupos sociais determinados (BIDEAU & NADALIN, 1988), já no final do século XIX. Isto comprovaria a hipótese de que, em múltiplas situações, as histórias locais poderiam transcender as próprias tendências de uma história nacional, aproximando-se da história da sociedade burguesa ocidental. Os sinais de 'modernidade' demográfica detectados, por exemplo, entre os luteranos em Curitiba na passagem do século mostram que o fenômeno da queda da fecundidade não pode ser simplesmente analisado como uma excessão à regra, como uma excepcionalidade, mas como parte de um processo de urbanização que evidenciaria um processo mais amplo de rupturas estruturais. De fato, o tamanho médio destas famílias de descendentes de imigrantes alemães provavelmente não se diferia muito das famílias oriundas das classes médias inglesas, na mesma época. Nunca é demais alertar que, embora a nível nacional a queda da mortalidade antecedeu a da fecundidade, isto não significa que o mesmo tenha se verificado a nível regional ou micro.

## CONCLUSÃO

É com freqüência que olhamos para o passado, e nele enxergamos o que queremos ver: uma alta mortalidade e natalidade, cujas relativas alterações levavam a um maior ou menor crescimento populacional. Ou, mesmo, às catástrofes demográficas que tanto sensibilizaram e ainda comovem os historiadores da população, em especial os europeus.

A projeção dessas expectativas para o pretérito evidencia-se a partir de uma lógica, fundamentada nas características demográficas de um passado mais recente. Ainda ontem, era significativamente elevada a fecundidade da população brasileira; e, antes de ontem, a mortalidade. Certos extratos sociais e regionais passaram rapidamente por uma transição epidemiológica e, de modo geral, toda a população foi beneficiada por tecnologias que resultaram numa sensível melhoria das condições demográficas. Assim, rápida e recentemente, o quadro se fecha, de modo a confirmar a teoria.

Estamos, pois, completando nossa passagem de um sistema demográfico tradicional, e entrando na modernidade. Isto, apesar de todas as contradições inerentes ao processo. Não obstante, espantamo-nos, apesar da relativa lentidão na produção de dados para o passado, com evidências da heterogeneidade anterior à transição. Este 'anterior' comporta bem mais de uma centena de anos e realidades regionais diferenciadas.

Neste contexto, foram construídas as histórias de Anna Maria e Gregório, que se uniram pelo matrimônio e fixaram domicílio nos campos curitibanos, no último quartel do século XVIII. Porém, poderíamos ter fixado-nos em Francisca e Manoel, Izabel e José, ou Fulana e Beltrano! Por meio de uma

série de artifícios, e recorrendo à nossa imaginação, construímos a 'biografia' de uma família. Isto foi feito, com o auxílio de duas fontes de informações, os registros paroquiais e as listas nominativas de habitantes. Ao mesmo tempo em que utilizamos os dados obtidos das atas, confirmadas pelos censos antigos, fizemos a leitura das entrelinhas na documentação. O resultado foi uma aparente concretude, e a narrativa construída em decorrência objetivou dar esta impressão ao leitor.

Assim, pelo menos durante vinte e cinco anos de vida conjugal - o que não era pouco - os Gonçalves parecem ter sido felizes. A morte passou ao largo. Teríamos escolhido mal o nosso modelo? Será que, para tornar exemplar a referida família, deveríamos ter pesquisado adiante, para determinar o destino demográfico de cada um dos seus membros? Até que ponto o domicílio de Gregório foi privilegiado, num ambiente em que netos nunca conheceram seus avós, ou num contexto em que havia uma concreta possibilidade de óbito de pelo menos um dos pais, antes dos filhos atingirem a idade adulta? Ou, o que era mais triste, numa realidade em que boa parte das crianças nascidas não chegava à adolescência? Em conseqüência, a última questão, conclusiva: até que ponto essa seria uma família 'possível', consideradas as condições demográficas da época?

Primeiramente, é necessário observar que agimos da mesma forma que o pesquisador referenciado (BURMESTER, 1981). A história dos Gonçalves terminou em 1797, para efeitos práticos da pesquisa, quando a presença da família foi detectada pela última vez em Curitiba. Só que - e esta é a grande diferença - Burmester agregou à 'nossa' família todas aquelas que, reconstituídas, estavam presentes na época do censo. Devemos nos lembrar que nosso exemplo constitui um pequeno núcleo conjugal domiciliar. Em contraposição, pensemos na 'família' como uma estrutura mais extensa e complexa, saindo dos estreitos limites

do 'fogo'. Pensemos em parentescos de sangue, mas também em parentescos de honra, de alianças, de compadrio, de vizinhança... portanto, laços unindo verdadeiras células comunitárias, como era comum nas sociedades tradicionais.

Mudemos a perspectiva, pois, e deste modo poderemos aventar que a maioria dos filhos de Anna Maria nunca tiveram a chance de conhecer seus avós. Se isto aconteceu dessa maneira, a morte realmente passou ao largo, mas nem tanto assim! Vizinhos, parentes próximos, foram precocemente tocados por ela. Também não é difícil imaginar que a Peste, companheira da Morte, assombrava o cotidiano da família. É inútil interrogar os registros paroquiais e os censos: eles se calam a esse respeito.

Naqueles tempos, a vida era muito rude. A doença, a pobreza, a má alimentação, os 'vermes', devem ter deixado suas marcas em Gregório e Anna Maria, e em alguns de seus filhos. Não tinham cinquenta anos em 1797, mas aos nossos olhos, seriam quase dois velhos. Provavelmente, sobravam-lhes poucos dentes; conviviam com o pavor da morte, e com o medo das doenças. As enfermidades eram muitas vezes fatais: mencionamos a febre amarela, a varíola, a cólera; porém, grassavam da mesma forma a escarlatina, a difteria, a coqueluche, e outros males. Ainda, as feridas que saravam com dificuldade, ou que transformavam-se em aleijões; o cotidiano da dor, os acidentes fatais, a violência característica das sociedades tradicionais. Tudo isto constituía parte de um espetáculo de sofrimentos, agravado pelas más condições de vida da maioria da população.

Foi nesse ambiente que Anna Maria deu à luz seus nove filhos - um exemplo de fecundidade. Mas, também aí temos de ser contidos. Não era inusitado a mulher do 'vizinho', aproximadamente da mesma idade, ter parido um número menor de filhos. Algumas léguas adiante, outro casal, ainda menos; e não era incomum a existência de casais estéreis...

Face à estas questões, clareia-se a mudança de perspectiva. Em primeiro lugar, chamamos a atenção novamente para o fato de que não seguimos o ciclo vital de cada um dos componentes da família conjugal até o fim. O risco de que algo acontecesse a Anna, a 'temporona', a Felizardo e, mesmo Izabel, nos anos subseqüentes à realização do último censo em referência, era muito elevado. Em segundo lugar, a esperança de vida ao nascer traduz um número probabilístico; reflete uma 'média' de possibilidades que, nas sociedades tradicionais, passavam da simples morte fetal, da mortalidade infantil e juvenil, a uma distribuição diversificada nas idades da morte, da infância à velhice.

A experiência social de uma população, as relações estabelecidas pelos indivíduos e famílias que constituem a base demográfica de uma determinada sociedade, constitui a soma de comportamentos esperados face à uma determinada realidade. Mas, também, a adição de acasos, de acidentes... Do ponto de vista populacional, a agregação dos comportamentos e dos seus condicionantes e efeitos demográficos compõem uma complexidade que se traduz quantitativamente em 'taxas', 'índices', e que servem aos exercícios de generalização normalmente realizados pelo historiador e pelos cientistas sociais.

De forma que, durante o período observado, a maioria dos filhos de Gregório conseguiu ultrapassar a fase perigosa da infância e da adolescência. À medida que a mortalidade tradicional era principalmente caracterizada pelas altas taxas de mortalidade infantil, é muito provável que tivessem atingido uma idade não incomum nos países menos desenvolvidos do mundo contemporâneo.

As médias referentes às variáveis demográficas do passado refletem questões intrincadas nas distribuições dos eventos, impensáveis na maioria das sociedades contemporâneas. Mesmo aquelas cujas pirâmides etárias traduzem perfis semelhantes ao passado, como das populações do terceiro mundo.

Estas questões nos levam a outras, num plano mais teórico, e que gostaríamos de sublinhar nesta conclusão. As evidências da heterogeneidade nos comportamentos populacionais do passado têm de ser considerados com carinho. A homogeneização do processo demográfico resulta na sua 'teleologização'.

Sem duvidar que, em linhas gerais, tal processo segue a história da população europeia - seguramente com retardo e em prazos mais curtos - queremos enfatizar dois pontos. Em primeiro lugar, compreender melhor a complexidade do que aconteceu **antes** talvez permita melhor compreender o processo mais recente. Assim, distanciar-nos--íamos das simplificações eivadas pelos ranços ideológicos. Em segundo lugar, **compreender** o processo mais recente talvez nos auxilie a contornar a leitura de um passado necessariamente pior que o presente. Sem nenhum saudosismo - estamos somente chamando a atenção para o perigo do anacronismo embutido na linearização da história - é possível que a situação do passado não era assim tão ruim como em geral supomos.

Com efeito, mostramos no livro como pesquisas realizadas tendo como foco central a população curitibana nos séculos XVIII e XIX, sinalizam taxas de mortalidade e probabilidades de morte que poderíamos qualificar de relativamente baixas para a época. Diante disso, temos a tendência de duvidar de resultados como esses, supondo problemas nas fontes, ou 'vieses' na pesquisa. Entretanto, devemos refletir um pouco mais sobre estes problemas, e os demógrafos dominam as técnicas para nos auxiliar e dialogar conosco nesta tarefa. Estas palavras finais querem grifar a importância de desmistificar racionalizações homogeneizadoras e simplificadoras, baseada numa ideologização do passado, ligado ao futuro pela linha reta do progresso.

**Mutatis mutantis**, certas parcelas da sociedade brasileira, hoje, apresentam taxas de mortalidade infantil vizinhas às europeias, mais ou menos

próximas de zero. As diferenças, por sua vez, são explicadas pelas contradições, pelas complexidades relativas às relações sociais, pelas desigualdades de renda, e assim por diante... A sociedade moderna é, nesse sentido, complexa. Porém, não o eram também, à sua maneira, as sociedades do passado - e talvez mais?

Hoje em dia, quando são apontadas pequenas diferenças na esperança de vida ao nascer, traduzimos seus significados em enormes diferenças sociais, econômicas e tecnológicas entre as nações contemporâneas. Para o passado, ao contrário, fazemos avaliações de mortalidade sintomaticamente pouco precisas, 'em torno de...', 'perto de...', etc; não raro raciocinamos com base em diferenças na esperança de vida que hoje representariam diferenças como entre o Haiti e Estados Unidos, para exagerar nas possíveis dissemelhanças. O que fazer? Tais estimativas demandaram anos de investigação em levantamento e arrolamento de fontes, em exaustivas manipulações e rigorosos cálculos. Concluímos, e damo-nos por satisfeitos!

É evidente que não queremos que o leitor nos entenda mal; esta não é uma posição amarga, nem pessimista. Pelo contrário, entendemos ser esse um dos grandes desafios a serem vencidos pelos demógrafos historiadores. Chamávamos a atenção no texto para a possibilidade - além dos sistemas demográficos propostos por Maria Luiza Marcílio - de originalidades regionais articuladas a diferentes complexidades sociais. Pensando em termos 'seculares', as 'altas' taxas de mortalidade deveriam variar bastante no passado. Ousamos colocar a hipótese, a partir de algumas fracas evidências, de que o nosso século XVIII poderia não ser tão brabo como o de certas regiões européias. Tal fato explicaria, inclusive, um crescimento vegetativo importante para o processo de ocupação e colonização do país. Ainda, contrariando aquele mecanismo teleológico, é possível supor que uma primeira 'transição' demográfica teria ocorrido no Brasil, mas para pior, no século XIX. As alterações ocorridas no

período, face às injunções em especial do desenvolvimento do capitalismo, poderiam ter reduzido num determinado momento a expectativa média de vida da população, em função principalmente do aumento da morbidade. Somente os efeitos das conquistas médicas e de políticas de intervenção que começam a ser desenvolvidas pelo Estado de modo principal no último quarto do século passado, parecem ter iniciado um processo de reversão da tendência. A situação modificava-se, parcialmente, abrindo-se o hiato da transição demográfica que ocorre no século XX.

Para concluir, novamente uma ênfase. Cumpre considerar que a complexidade dos sistemas demográficos do passado, que estão pautando todo este novo raciocínio, na verdade revelam fatos de **civilização**. Há mais de vinte anos, Philippe Ariès passou-nos o recado. Dizia que as variações de natalidade, de longevidade, da distribuição das densidades, dos movimentos da população, da maneira como se sucederam no tempo, aparecem como manifestações quantificáveis de mudanças mais profundas e mais secretas da mentalidade humana, da idéia que o homem faz de si mesmo. As estatísticas demográficas nos esclarecem sobre a maneira de viver dos homens, sobre a concepção que têm de si mesmos, de seu próprio corpo, de sua existência familiar. Em suma, sua atitude diante da vida (ARIÈS, 1971:15; citado por REVEL, 1978:137).

Temos consciência da limitação deste livro; do caráter às vezes apressado, muitas vezes preliminar, de algumas análises e conclusões. Sobretudo, da sua qualidade ainda preambular. Mas, quem não tem defeitos? Esperamos que suas imperfeições combinem-se com suas qualidades, constituindo seu 'charme'. Esperamos, também, que ajudamos a mostrar o caminho para seguir o programa proposto por Ariès. Confiamos, finalmente, ter contribuído com este trabalho para a discussão da amplitude dos campos abertos ao historiador, nos quais pode e deve ter lugar a história da população e a demografia histórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Último recado:** A listagem a seguir, de forma nenhuma, pretende ser exaustiva ou exemplar. Muitos autores que trataram, direta ou indiretamente, dos temas abordados neste livro poderiam ter sido arrolados. De muitos, absorvemos e incorporamos suas lições, a tal ponto que hoje não mais sabemos até onde são nossas muitas das concepções que temos da História e da História da População.

Em conseqüência, ficou decidido arrolar somente os autores citados no texto, pela ordem alfabética e segundo duas categorias básicas. Primeiramente, os livros, e também as 'teses' não publicadas. Em seguida, os artigos de periódicos e capítulos de livros - no caso das coletâneas de textos. Com exceção dos trabalhos de Ana Maria Burmester e Maria Luíza Marcílio, especialmente referenciadas na Introdução, não entramos no mérito das obras, artigos e capítulos de livros relacionados a seguir. A ordem é convencional, e nada tem a ver com a importância dos autores mencionados para a confecção do nosso livro.

A bibliografia é exemplarmente heterogênea. São textos e obras que tratam da população, da história demográfica, da história social..., enfim, da História. Ela é tão variada quanto devem ser variadas as abordagens metodológicas e analíticas da história da população.

## 1. Livros e Teses.

ALMEIDA, Angela Mendes de. ***O gosto do pecado***; casamento e sexualidade nos manuais de confissões dos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ANDERSON, Michael. ***Elementos para a história da família ocidental***; 1500-1949. Lisboa: Quercó, 1984.

ARIÈS, Philippe. ***Histoire des populations françaises et de leur attitude devant la vie depuis le XVIIIe siècle***. Paris: Seuil, 1971.

\_\_\_\_\_. ***História social da criança e da família***. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BELTRÃO, Pedro Calderan. ***Demografia, ciência da população***; análise e teoria. Porto Alegre: Sulina, 1972.

BLOCH, Marc. ***Introdução à história***. [Lisboa:] Europa-América, [1965].

BURMESTER, Ana Maria de O. ***A população de Curitiba no século XVIII - 1751-1800, segundo os registros paroquiais***. Curitiba, 1974. 107 p. Dissertação, Mestrado. Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. ***Population de Curitiba au XVIIIe siècle***. Montreal, 1981. 398 p., 2 v. Tese, Doutorado, Universidade de Montreal.

CHESNAIS, Jean-Claude. ***A vingança do Terceiro Mundo***. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

DE BONI, Maria Ignês Mancini. ***A população da Vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes***; 1765-1785. Curitiba, 1974. 146 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

FLEURY, Michel & HENRY, Louis. ***Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancién***. Paris: INED, 1965.

HEER, David M. ***Sociedade e população***. São Paulo: Pioneira, 1972.

HENRY, Louis. ***Anciennes familles genevoises***; étude démographique: XVIe-XXe siècle. Paris: PUF, 1956.

KUBO, Elvira Mari. ***Aspectos demográficos de Curitiba***; 1801-1850. Curitiba, 1974. 124 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

LASLETT, Peter. ***Household and family in past time***. Cambridge: Cambridge University, 1972.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara; terra e população.** São Paulo; Paulinas/CEDHAL, 1986.

MIRANDA, Beatriz Teixeira de M. **Aspectos demográficos de uma cidade paranaense do século XIX: Curitiba, 1851-1880.** Curitiba, 1978. 227 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

MOHLS, R. **Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XVIe au XVIIIe siècle.** Louvain: Duculot, 1974.

NADALIN, Sergio Odilon. **A origem dos noivos nos registros de casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969.** Curitiba, 1974. 340 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. **Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la Communauté Evangelique Luthérienne à Curitiba (Brésil) entre 1866 et 1969.** Paris, 1978. 555 p. Tese, Doutorado, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

QUEIROZ, Maria Luiza B. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande; estudo de história demográfica.** Curitiba, 1992. 416 p. Tese, Doutorado, Universidade Federal do Paraná.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo:USP, 1975.

SAUVY, Alfred. **Eléments de démographie.** Paris: PUF, 1976.

SHORTER, Edward. **Naissance de la famille moderne; XVIIIe-XXe siècle.** Paris: Seuil, 1977.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario de lingua portuguesa.** Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1922. 2 v. /fac-simile da 2a. ed., 1813/.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo: Queiroz, 1984.

VILAR, Pierre. **Iniciación al vocabulario del analisis histórico.** Barcelona: Crítica, 1980.

WRIGLEY, E.A. **Historia y población; introducción a la demografía histórica.** Madrid: Guadarrama, 1969.

## 2. Artigos em revistas e capítulos de livros.

BALHANA, Altiva Pilatti & NADALIN, Sergio Odilon. Análise do ciclo vital a partir de reconstituição de famílias: estudos em demografia histórica. In: **Anais**; Segundo Encontro Nacional; Associação Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo: ABEP, 1981. p.645-64.

BIDEAU, Alain & NADALIN, Sergio Odilon. Etude de la fecondité d'une communauté évangélique luthérienne à Curitiba (Brésil) de 1866 à 1939. **Population**, 43(6):1035-64, nov.-dec. 1988.

BRIGNOLI, Héctor Pérez. El crecimiento demográfico de America Latina en los siglos XIX y XX: problemas, metodos y perspectivas. /Paper inédito, apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina, Ouro Preto, julho de 1989./

BURMESTER, Ana Maria de O. Contribuição metodológica para estimativas de mortalidade: Curitiba, século XVIII. In: COSTA, Iraci del Nero da (org). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. p. 295-308.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. A dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS, Jair L.F., LEVY, Maria Stella F. & SZMRECSÁNYI, Tamás /orgs./. **Dinâmica da população**; teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T.A.QUEIROS, 1980. p.12-8.

CARDOSO, Jayme Antonio & NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná - séculos XVIII, XIX e XX. **História: questões & debates**, 3(5):105-29, Dez. 1982.

FERREIRA, Carlos Eugenio & PATARRA, Neide Lopes. Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise. **Textos NEPO**, 10:03-37, out.1986.

FOURASTIÉ, Jean. De la vie traditionnelle à la vie "tertiaire"; recherches sur le calendrier démographique de l'homme moyen. **Population**, 14(3):417-32, juil-sept, 1959.

FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Fco. Alves, 1988. p.49-63.

IMHOF, Arthur E. Demografia Histórica. In: NEVES, Abilio Afonso B. N. & GERTZ, René E. /Coord./. **A nova historiografia alemã**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Instituto Goethe, Instituto Cultural Brasileiro Alemão, 1987. p. 90-115.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento histórico da população brasileira até 1872. **Cadernos CEBRAP**, 16:1-26, 1973.

\_\_\_\_\_. Introdução. **Demografia histórica**; orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Pioneira, 1977. p.1-22.

\_\_\_\_\_. Levantamento censitário da fase proto-estatística do Brasil. **Anais de História**, Assis, **9**(1977):63-75 /separata/.

\_\_\_\_\_. Os registros eclesiásticos e a demografia histórica da América Latina. **Memórias da I Semana da História**. Franca, 1979. p. 257-68 [separata].

\_\_\_\_\_. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: \_\_\_\_\_ /org/. **População e sociedade**; evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 193-207.

MARTINE, George. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: NADALIN, S.O., BALHANA, A.P. & MARCÍLIO, M.L. /orgs/. **História e população da América Latina**. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.16-26.

NADALIN, Sergio Odilon. Os alemães no Paraná e a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba. **Estudos Brasileiros**, **7**(12):05-36, dez.1981.

OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. & PATARRA, Neide L. Transição, transições. In: **Anais**; Quarto Encontro Nacional: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Contagem: M.L.Abreu; Belo Horizonte: ABEP, 1988. p.17-36.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: questões & debates**, **6**(10):3-23, jun.1985.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: questões & debates**, **8**(14/15):177-205, jul.-dez. 1987.

REVEL, Jacques. Démographie historique. In: LE GOFF et alii /orgs./. **La nouvelle histoire**. Paris: CEPL, 1978. p. 133-8.

VENÂNCIO, Renato P. Nos limites da sagrada família; ilegitimidade e casamento no Brasil Colonial. In: VAINFAS, Ronaldo /org./. **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.107-123.